



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

ADRIANA ISIDÓRIO DA SILVA ZAMITE

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DA REMIÇÃO DE
PENA PELO TRABALHO, ESTUDO E PELA LEITURA NO COMPLEXO
PENITENCIÁRIO DE XURI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES)**

**VITÓRIA (ES)
2022**

ADRIANA ISIDÓRIO DA SILVA ZAMITE

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DA REMIÇÃO DE
PENA PELO TRABALHO, ESTUDO E PELA LEITURA NO COMPLEXO
PENITENCIÁRIO DE XURI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maira Cristina Grigoletto.

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

**VITÓRIA (ES)
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pela autora

Z24p Zamite, Adriana Isidório da Silva
O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES) / Adriana Isidório da Silva Zamite. - 2022.
168 f.: il.

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, 2022.

1. Biblioteca Prisional. 2. Remição de Pena. 3. Sistema Prisional do Espírito Santo. I. Grigoletto, Maira Cristina. II. Universidade Federal do Espírito Santo. III. Título.

CDD: 027.6
CDU: 026:343.81

ADRIANA ISIDÓRIO DA SILVA ZAMITE

**O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DA REMIÇÃO DE
PENA PELO TRABALHO, ESTUDO E PELA LEITURA NO COMPLEXO
PENITENCIÁRIO DE XURI NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

_____ [assinatura digital] _____

Prof.^a Dr^a Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
(Orientadora)

_____ [assinatura digital] _____

Prof.^a Dr^a Daniella Camara Pizarro
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

_____ [assinatura digital] _____

Prof.^a Dr^a Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MAIRA CRISTINA GRIGOLETO - MATRÍCULA 2110597
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Em 15/06/2022 às 20:28

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/496764?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO - MATRÍCULA 7419014 Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação Em 17/06/2022 às 12:03

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/496881?tipoArquivo=O>



Documento assinado digitalmente

DANIELLA CAMARA PIZARRO

Data: 20/06/2022 12:47:51-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

A Deus, por que tudo que sou e o que tenho dedico a ele. A Bruno, aos meus pais, familiares e amigos, em especial, dedico a minha mãe Adélia (*in memoriam*) e ao meu sogro Guanair (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar viva e por concluir essa pesquisa, uma vitória em meio ao caos vivido nestes dois anos de pandemia.

Ao meu companheiro, namorado e marido Bruno, uma benção na minha vida. Por todo o carinho e paciência neste período feliz, conturbado e difícil de nossas vidas.

À minha família, em especial aos meus pais, Deolindo e Adélia (*in memoriam*), pelo incentivo e pelo apoio durante anos para que eu chegasse até aqui. Aos meus irmãos, Ademir, Adilson e Adenizio por terem sido referência nos estudos, exemplos que me inspiraram. Às minhas cunhadas Isabel, Cirlene e Sirley e ao meu cunhado André. Não posso deixar de agradecer à minha sogra Maria Isabel, pelo apoio e pelo carinho, e ao meu sogro Guanair (*in memoriam*), que participou do início desta caminhada, mas que infelizmente não conseguiu estar presente nesta conclusão.

Aos amigos e colegas pelo apoio, pela compreensão e pela força em momentos alegres e difíceis no decorrer do curso.

A minha professora e orientadora Maira pelo carinho, pela dedicação e pelas discussões para que esta pesquisa finalizasse.

Aos professores e professoras do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação que contribuíram nesta caminhada, o meu respeito e a minha gratidão.

Aos docentes da banca de qualificação e de defesa desta dissertação, Daniella Pizarro, Lucileide Lima, Rodrigo Sales, Marta Leandro e Luiz Carlos por disponibilizarem seu tempo para a realização da leitura desta pesquisa e para a produção das contribuições necessárias ao seu desenvolvimento.

À Subgerência de Educação nas Prisões vinculada à Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo, em especial a Silvia e a Ludmila pelo apoio e pela parceria. Aos diretores e funcionários do Complexo Penitenciário de Xuri (ES) pelo acolhimento. Um agradecimento especial aos internos trabalhadores das bibliotecas do Complexo por terem colaborado e participado dessa pesquisa.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter financiado esta pesquisa.

A todos e todas, muito obrigada!

O poder das bibliotecas reside, enfim, em seu papel crucial na transmissão da cultura e dos saberes. As bibliotecas são lugares da continuidade, mas também das rupturas da tradição.

Christian Jacob

RESUMO

O Estado do Espírito Santo possui trinta e seis estabelecimentos prisionais, destes, trinta possuem bibliotecas. Diante desta informação, este estudo investiga o papel da biblioteca no Complexo Penitenciário de Xuri nos processos de acesso à informação e da remição de pena pelo trabalho, estudo e leitura. Em específico, relata a conformação da pena e da prisão no cenário da execução penal no Brasil; identifica o funcionamento e as práticas de remição de pena desenvolvidas pelas unidades prisionais a partir de suas vinculações com as bibliotecas do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha no Espírito Santo; caracteriza os usos das bibliotecas prisionais como espaço para práticas socioeducativas e de acesso à informação para os internos do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha; e analisa as potencialidades para a implementação de projetos voltados para remição de pena pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha, a partir de uma política emancipatória da unidade penal mediada pela biblioteca. Utiliza pesquisa exploratório-descritiva com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos, emprega as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Realiza levantamento bibliográfico e documental em bases de dados, livros, documentos oficiais e normativas do direito penal. Em relação à pesquisa de campo, utiliza como instrumento de coleta de dados questionário e observação. Durante etapa de pesquisa de campo, foram aplicados questionários presencialmente para a representante da Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo e para os internos que trabalham na biblioteca do Complexo Penitenciário de Xuri. Para a análise dos dados, utiliza o método de análise de conteúdo. Aponta nos resultados que a biblioteca possui relevância para os internos, por tratar-se de um espaço de conhecimento, de entretenimento e de trabalho, porém, é pouco explorada pela instituição. Conclui que a biblioteca é um dispositivo socioeducativo e cultural para os reeducandos, além de um lugar para remir a pena, mas que necessita ser (re) conhecida e valorizada como tal pela instituição, para que a mesma promova ações que contribuam para uso criativo e educativo do tempo do reeducando e de sua reintegração ao coletivo.

Palavras-chave: Biblioteca prisional. Remição de pena. Pena-prisão. Sistema prisional do Espírito Santo. Bibliotecário.

ABSTRACT

The State of Espírito Santo has thirty-six prisons, of which thirty have libraries. Given this information, this study investigates the role of the library in the Xuri Penitentiary Complex in the processes of access to information and the remission of punishment through work, study and reading. Specifically, it reports the conformation of punishment and imprisonment in the context of criminal execution in Brazil; identifies the functioning and practices of penalty redemption developed by the prison units from their links with the libraries of the Xuri Penitentiary Complex in Vila Velha in Espírito Santo; characterizes the uses of prison libraries as a space for socio-educational practices and access to information for inmates at the Xuri Penitentiary Complex, in Vila Velha; and analyzes the potential for the implementation of projects aimed at remission of punishment through reading in the Xuri Penitentiary Complex, in Vila Velha, based on an emancipatory policy of the penal unit mediated by the library. It uses exploratory-descriptive research with a qualitative approach. As for the methodological procedures, it uses bibliographic, documentary and field research. Conducts bibliographic and documentary research in databases, books, official documents and criminal law regulations. Regarding field research, it uses a questionnaire and observation as a data collection instrument. During the field research stage, questionnaires were applied in person to the representative of the Sub-management of Education in Prisons in the State of Espírito Santo and to the inmates who work in the library of the Xuri Penitentiary Complex. For data analysis, it uses the content analysis method. It points out in the results that the library has relevance for the inmates, because it is a space of knowledge, entertainment and work, however, it is little explored by the institution. It concludes that the library is a socio-educational and cultural device for the reeducated, as well as a place to redeem the penalty, but that it needs to be (re) known and valued as such by the institution, so that it promotes actions that contribute to creative and educational period of the re-educating person and their reintegration into the collective.

Keywords: Prison library; Remission of penalty; Prison sentence; Espírito Santo prison system; Librarian.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|----------|--|-----|
| Figura 1 | Hospedaria de Imigrantes Pedra D'água em Vitória, atual Instituto de Reabilitação Social..... | 33 |
| Figura 2 | Instalação das celas metálicas no presídio em Novo Horizonte na Serra/ES em 2006 | 38 |
| Figura 3 | Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN do Espírito Santo em 2019..... | 47 |
| Figura 4 | Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN do Espírito Santo em 2021..... | 48 |
| Figura 5 | Apostila do Curso de Auxiliar de Biblioteca..... | 88 |
| Figura 6 | Biblioteca da PEVV I..... | 110 |
| Figura 7 | Biblioteca da PEVV III..... | 113 |
| Figura 8 | Estantes da biblioteca do PEVV III..... | 114 |
| Figura 9 | Biblioteca do PEVV V..... | 119 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------|--|---------|
| Quadro 1 | Unidades prisionais criadas após a reestruturação do sistema penitenciário do Espírito Santo de 1970..... | 34-37 |
| Quadro 2 | Escolas das unidades prisionais do ES..... | 40-41 |
| Quadro 3 | Normativos estaduais que regulamentam a remição pela leitura por unidade federativa e sistema penitenciário..... | 45-46 |
| Quadro 4 | Orientações para serviços de biblioteca para reclusos – IFLA..... | 66-67 |
| Quadro 5 | Estatísticas das Bibliotecas prisionais no Brasil..... | 69 |
| Quadro 6 | Tese, dissertações e artigos científicos sobre Biblioteca prisional e remição de pena no Brasil..... | 76 |
| Quadro 7 | Trabalho de conclusão de curso e artigos científicos publicados sobre Biblioteca prisional..... | 82-84 |
| Quadro 8 | Ofertas de Sala de Leitura / Biblioteca do Sistema Prisional do ES.... | 92-93 |
| Quadro 9 | Recuperação de teses, dissertações e artigos científicos em bases de dados sobre Ciência da Informação; Biblioteca prisional e Biblioteconomia no contexto social..... | 96-97 |
| Quadro 10 | Recuperação de teses, dissertações e artigos científicos em bases de dados sobre Sistema prisional, Biblioteca prisional e Remição de pena..... | 97 |
| Quadro 11 | Cronograma de visitas ao Complexo Penitenciário do Xuri (ES) | 99 |
| Quadro 12 | Características metodológicas do estudo segundo os objetivos pretendidos..... | 99-100 |
| Quadro 13 | Organização da análise de conteúdo..... | 101 |
| Quadro 14 | Informações coletadas do questionário aplicado a Instituição..... | 102-104 |
| Quadro 15 | Informações coletadas do questionário aplicado aos internos que trabalham na biblioteca PEVV I..... | 107-108 |
| Quadro 16 | Informações coletadas do questionário aplicado aos internos que trabalham na biblioteca PEVV III..... | 111-112 |
| Quadro 17 | Informações coletadas do questionário aplicado aos internos que trabalham na biblioteca PSVV..... | 115 |
| Quadro 18 | Informações coletadas do questionário aplicado aos internos que trabalham na biblioteca PEVV V..... | 117-118 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| ACA | <i>América Correctional Association</i> |
| ALA | <i>American Library Association</i> |
| ANT | <i>Actor Network Theory</i> |
| BRAPCI | Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CBBDD | Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação |
| CBBP | Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais |
| CDD | Classificação Decimal de Dewey |
| CDPG | Centro de Detenção Provisória de Guarapari |
| CDU | Classificação Decimal Universal |
| CI | Ciência da Informação |
| CNJ | Conselho Nacional de Justiça |
| CNPCP | Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária |
| CONEP | Comissão Nacional de Ética em Pesquisa |
| CPDCI | Centro de Detenção Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim |
| DEPEN | Departamento Penitenciário Nacional |
| DF | Distrito Federal |
| EAMES | Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| ES | Espírito Santo |
| FEBAB | Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientista de Informação e Instituições |
| GET | Gerência de Educação e Trabalho |
| GRSC | Gerência de Reintegração Social e Cidadania |
| IBBD | Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia |
| IASES | Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo |
| IFLA | <i>International Federation of Library Associations and Institutions</i> |
| IIB | Instituto Internacional de Bibliografia |
| ILNUD | Instituto Latino-americano da Organização das Nações Unidas para o Tratamento da Delinquência |
| IRS | Instituto de Reabilitação Social |

| | |
|------------|--|
| LEP | Lei de Execução Penal |
| OASISBR | Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAD | Processo Administrativo Disciplinar |
| PEVV I | Penitenciária Estadual de Vila Velha I |
| PEVV II | Penitenciária Estadual de Vila Velha II |
| PEVV III | Penitenciária Estadual de Vila Velha III |
| PEVV V | Penitenciária Estadual de Vila Velha V |
| PREFEM/SE | Presídio Feminino de Sergipe |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| PSME2 | Penitenciária de Segurança Média 2 |
| PSVV | Penitenciária Semiaberta de Vila Velha |
| RBBD | Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação |
| RIUFES | Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo |
| SAA | Subsecretaria para Assuntos Administrativos |
| SASP | Subsecretaria para Assuntos do Sistema Penal |
| SEJUS | Secretaria de Estado da Justiça |
| SEST SENAT | Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte |
| SPCON | Subsecretaria de Planejamento e Controle |
| SRES | Subsecretaria de Ressocialização |
| SUBED | Subgerência de Educação nas Prisões |
| UDESC | Universidade Estadual de Santa Catarina |
| UNIMETRO | Unidade de Integração Metropolitana |
| UNESCO | <i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 DISPOSITIVOS DE PUNIÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL | 21 |
| 2.1 O DESENVOLVER DA PENA DE PRISÃO: AS RAÍZES DO SISTEMA PRISIONAL..... | 22 |
| 2.2 PENA-PRISÃO NO BRASIL..... | 26 |
| 2.2.1 Uma breve história do sistema prisional do Espírito Santo | 31 |
| 2.3 REMIÇÃO DE PENA: TRABALHO, ESTUDO E LEITURA | 41 |
| 3 BIBLIOTECAS PRISIONAIS: NOS TRILHOS DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO | 50 |
| 3.1 BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL.. | 50 |
| 3.2 BIBLIOTECA PRISIONAL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E CORRENTES | 61 |
| 3.3 PADRÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS PARA BIBLIOTECAS PRISIONAIS | 64 |
| 3.4 BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO BRASIL: EM BUSCA DE ABORDAGENS SOBRE OS ESTUDOS E AS PRÁTICAS PARA REMIÇÃO DE PENA | 68 |
| 3.5 A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA E DO BIBLIOTECÁRIO NO AMBIENTE PRISIONAL..... | 85 |
| 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 91 |
| 4.1 TIPO DE PESQUISA | 91 |
| 4.2 AMBIENTE DA PESQUISA..... | 92 |
| 4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 95 |
| 4.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental | 95 |
| 4.3.2 Pesquisa de campo | 98 |
| 4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS | 100 |
| 4.5 TRATAMENTO DOS DADOS | 100 |
| 5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS | 102 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| REFERÊNCIAS | 126 |
| APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O QUESTIONÁRIO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO | 146 |
| APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O QUESTIONÁRIO PARA OS INTERNOS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI (ES) | 154 |
| ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI (ES) | 160 |
| ANEXO B - TERMO DE ANUÊNCIA DOS DIRETORES DAS UNIDADES PRISIONAIS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI (ES) | 161 |

| | |
|--|------------|
| ANEXO C - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA ACADÊMICO..... | 162 |
| ANEXO D - TERMOS DE DOAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO PEVV I..... | 166 |
| ANEXO E - ETIQUETA COM ORIENTAÇÕES PARA O INTERNO SOBRE DANOS AO LIVRO DA BIBLIOTECA DO PSVV (ANTES PEVV IV)..... | 167 |
| ANEXO F - CATÁLOGO DE LIVROS DA BIBLIOTECA PEVV V..... | 168 |

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) constitui-se em sua essência como um campo interdisciplinar que busca entender os fenômenos informacionais nos processos de organização e de disseminação da informação. Ela surge na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, em um momento marcado por mudanças políticas, sociais, culturais e econômicas (MACEDO, 2013). Embora tenha em sua origem epistemológica influências britânica e estadunidense, a CI é considerada uma ciência global, pois disseminou-se para outras partes do mundo (CARVALHO, 2016).

No Brasil, a CI emergiu na década 1970, com o curso de Mestrado em Ciência da Informação, implantado pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), atualmente denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) (QUEIROZ; MOURA, 2015). A princípio, seus pesquisadores assumiram a preocupação de resolver problemas de fluxo de informação, no âmbito da comunicação científica, mas, com o passar dos anos, desenvolveram novas demandas de estudos, incorporando aos processos de pesquisa o objetivo de entender as necessidades informacionais do sujeito e da sociedade.

Além disso, Oliveira (2008) destaca que a Ciência da Informação desenvolveu-se no Brasil correlacionada com a Biblioteconomia, mesmo com diferentes orientações e paradigmas. A autora explica que a CI não é uma evolução da Biblioteconomia, e que as duas trabalham juntas na solução do problema que orienta a área, a informação. Tanto a Biblioteconomia como a CI preocupam-se não só com problemas na utilização dos registros documentais e informacionais, mas também com seu papel social perante a sociedade (CARVALHO, 2016).

Para Carvalho (2016), a diferença entre elas está relacionada ao desenvolvimento de atividades: enquanto a Biblioteconomia visa à promoção da organização, o tratamento, o acesso e a disseminação da informação através de serviços oferecidos em centros de informação, bibliotecas entre outros; a CI está voltada e preocupada em desenvolver atividades no campo científico referente a informação, por ser um campo direcionado aos problemas do uso e das necessidades informacionais entre os seres humanos, seja no contexto social, institucional ou individual (SARACEVIC, 1996). Le Coadic (2004) considera esta última como uma ciência social preocupada em esclarecer o problema informacional do ser social que a busca.

A CI pode colaborar com pesquisas direcionados às abordagens sociais ou às

atividades que favoreçam a inclusão social dos sujeitos em privação de liberdade por meio da apropriação e da construção do conhecimento a partir da leitura, por meio das práticas sociais, ou por meio de serviços para atender necessidades de informação (SOUSA; PINTO; FARIAS, 2020). Wersig e Nevelling (1975) relatam que possibilitar a construção de conhecimento para os que necessitam é uma responsabilidade social, e esse conceito parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da Informação.

Por isso, o uso da informação como uma prática social em ambiente prisional é significativo, justamente por contribuir nos processos de reintegração e de trocas de experiências principalmente entre os reeducandos, visto que tal prática contribui no convívio social dentro do cárcere. Para Cardoso (1994), deve-se entender todo e qualquer processo de produção ou consumo de informação como social, já que a informação acontece entre grupos, classes, ou em quaisquer outras relações sociais.

Para atender a tais necessidades, é preciso que o sistema prisional promova ações ou atividades em que o reeducando possa participar e obter a oportunidade de um recomeço. A biblioteca deve constituir-se como uma aliada no desenvolvimento de práticas socioeducativas e culturais. Para Oliveira (2008), a função social da biblioteca a posiciona metaforicamente como um fio condutor entre o sujeito e o conhecimento. Ademais, ela é um dispositivo social e uma estrutura expressiva no sistema prisional por meio do qual o reeducando pode usufruir de livros, de demais artefatos e de seus respectivos saberes.

Conforme artigo 21 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal (LEP), o estabelecimento prisional, dependendo das suas condições locais, deve dotar-se de uma biblioteca para compor a estrutura organizacional da Instituição (BRASIL, 1984). Entende-se que a biblioteca no sistema prisional é um espaço de trabalho e de aprendizagem, mas que pode também colaborar em processos de remição de pena por meio da leitura. Neste contexto, é relevante destacar que o interno tem, por Lei, o direito de remir a pena através do trabalho, do estudo e da leitura. Por isso, é significativo que a Instituição viabilize, em sua estrutura, espaços passíveis de serem utilizados para a realização de atividades relacionadas a projetos que envolvam a redução de pena e que estimulem a leitura no cárcere. A biblioteca é um desses espaços.

Pelo exposto, estabeleceram-se como objeto empírico desta pesquisa as

bibliotecas das unidades prisionais do Complexo Penitenciário de Xuri¹, em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo. Segundo Santos (2019), as unidades prisionais do Complexo foram inauguradas entre 2010 e 2011. Sua estrutura organizacional é composta cinco (5) penitenciárias, entre elas três (3) de regime fechado (Penitenciária Estadual de Vila Velha I – PEVV I; Penitenciária Estadual de Vila Velha II – PEVV II e Penitenciária Estadual de Vila Velha III – PEVV III), uma unidade de regime semiaberto (Penitenciária Semiaberta de Vila Velha – PSVV) e uma unidade de regime misto, provisório e fechado (Penitenciária Estadual de Vila Velha V – PEVV V).

O Complexo possui um Centro de Detenção Provisória e a Unidade de Internação Metropolitana (Unimetro). As penitenciárias e o Centro de Detenção Provisória são administrados pela Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), e a Unimetro, pelo Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES) para menores transgressores (SANTOS, 2019). Para delimitação dessa pesquisa, as unidades a serem estudadas serão: PEVV I, II, III, V e a PSVV.

O ES foi escolhido por ser o Estado onde a pesquisadora reside e pela vivência profissional que obteve como instrutora do Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST SENAT), quando ministrei o curso de auxiliar de biblioteca por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para internos do sexo masculino nas unidades da PEVV I e PEVV II do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES) em 2014.

No decorrer do curso, observei a existência de bibliotecas nas unidades com as quais mantive vínculo e o serviço de empréstimo realizado por alguns internos que trabalhavam na biblioteca. Entretanto, percebi, durante as aulas, a pouca fluência leitora dos alunos e a carência de atividades de reintegração educativa, social e cultural para os internos. Por questões de segurança, os internos não visitavam a biblioteca, os livros, quando solicitados, eram entregues nas celas por intermédio dos internos² que atuavam na biblioteca. Algumas das situações observadas estavam em desarmonia com o posicionamento de Lehmann e Locke (2015) de que a biblioteca e seus serviços têm que estar acessíveis a todos os reclusos, independentemente da classificação de segurança em que o sujeito se encontre.

¹ Este Complexo está localizado na Rodovia BR 101 – Sul, Km 313, Fazenda Santa Fé, Bairro Xuri, Vila Velha, região metropolitana de Vitória no Estado do Espírito Santo.

² Atuam na biblioteca os internos que possuem “bom comportamento”, nas Unidades que atuei existiam cinco (5) internos na biblioteca. E estes tinham acesso a todo material (tesoura, lápis, canetas, etc.).

Outra questão pertinente a ser apresentada é a falta do bibliotecário nas unidades prisionais do ES. A organização do acervo e o empréstimo de obras são realizados de modo informal pelos internos trabalhadores da biblioteca. Este processo ocorre sem orientação de um profissional capacitado para tal função, sujeito essencial para contribuir com o processo de reintegração dos internos por meio de atividades e da elaboração de projetos mais condizentes com as necessidades de informação dos reeducandos.

A partir da vivência relatada e das problemáticas identificadas, encaminhou-se para a formulação do problema de pesquisa, que se estabeleceu nos seguintes termos: Quais são os limites e as potencialidades de ação das bibliotecas no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, pelo estudo e pela leitura nas unidades prisionais do Complexo de Xuri, em Vila Velha (ES)?

Para abordagem desse problema, o objetivo geral da pesquisa foi assim constituído: Investigar o papel da biblioteca no Complexo Penitenciário de Xuri (ES) nos processos de acesso à informação e da remição de pena pelo trabalho, pelo estudo e pela leitura.

Na sequência, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos:

- Relatar a conformação da pena e da prisão no cenário da execução penal no Brasil;
- Identificar o funcionamento e as práticas de remição de pena desenvolvidas pelas unidades prisionais a partir de suas vinculações com as bibliotecas do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES);
- Caracterizar os usos das bibliotecas prisionais como espaço para práticas socioeducativas e de acesso à informação para os internos do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES);
- Analisar as potencialidades de implementação de projetos voltados para remição de pena pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES), a partir de uma política emancipatória da unidade penal mediada pela biblioteca.

Ao considerar a biblioteca como um possível espaço transformador e educativo no ambiente carcerário do ES, as discussões propostas nesta pesquisa enfatizam as potencialidades, a importância e a função da biblioteca prisional para os reeducandos no contexto socioeducativo e nos processos de abatimento de pena. Além disso,

apresenta a necessidade de direcionar pesquisas sobre os processos realizados para a remição de pena pelo trabalho, pelo estudo e pela leitura nas instituições prisionais dessa localidade. É importante destacar também a relevância social desta pesquisa, visto que os sujeitos privados de liberdade são muitas vezes esquecidos pelo coletivo e, dessa forma, necessitam de um olhar sensível para que os mesmos possam ter uma oportunidade de melhora.

Em relação aos encaminhamentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, optou-se pela pesquisa exploratório-descritiva com procedimentos operacionalizantes oriundos das pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A etapa metodológica foi dividida em duas partes: no primeiro momento, foram realizados os levantamentos bibliográfico e documental em bases de dados, em sítios do Governo, em livros e em normativas que regem a execução penal no Brasil. No segundo momento, foi realizada a pesquisa de campo com aplicação de dois tipos de questionários, ambos com perguntas semiestruturadas. Um questionário foi submetido para a representante da Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo. O outro questionário foi aplicado para os internos que trabalham nas bibliotecas do Complexo Penitenciário de Xuri (ES).

Para esclarecimento, esta dissertação foi estruturada na linguagem da primeira pessoa do singular, visto que se apresenta a minha vivência e em terceira pessoa para possibilitar o cumprimento dos objetivos propostos. Optou-se, nesta pesquisa, pela utilização do termo Biblioteca prisional e, para a situação das pessoas privadas de liberdade, os termos: Reeducando, como significado para reintegrador, e Interno, pois o termo utilizado nas camisas dos mesmos é Recluso.

Esta pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão de fomento a pesquisas dos programas de pós-graduação no Brasil. Apresentam-se a seguir as seções da etapa descritiva desta pesquisa:

Na seção 1 – **Introdução**, evidenciou-se a justificativa, a problemática da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, além disso, a sistematização dos procedimentos metodológicos.

A seção 2 – **Dispositivo de punição no Sistema prisional**, foram relatados estudos sobre a origem da pena-prisão e dos dispositivos punitivos, desde a

Antiguidade ao surgimento da Lei de Execução Penal e da remição de pena no Brasil. Em complemento, discorre-se brevemente sobre a história do sistema prisional do ES.

Na seção 3 – **Bibliotecas prisionais: nos trilhos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação**, abordou-se a aproximação entre Biblioteconomia e Ciência da Informação para o tratamento dos conceitos, das características e dos desafios das bibliotecas prisionais no âmbito nacional e internacional. Apresentam-se as orientações e as diretrizes voltadas para as bibliotecas em estabelecimentos prisionais. Para práticas em bibliotecas prisionais no Brasil, direcionam-se as análises pontuais sobre os estudos realizados em âmbito nacional. Por fim, trata-se da função da biblioteca e do bibliotecário no ambiente prisional.

A seção 4 – **Procedimentos metodológicos**, apresenta o tipo de pesquisa, o ambiente a ser estudado, os procedimentos de coleta e o tratamento de dados, e os procedimentos éticos para realização da pesquisa.

A seção 5 – **Apresentação e análise dos resultados** obtidos da pesquisa realizada com a instituição e com os internos trabalhadores da biblioteca nas unidades penitenciárias para atendimento dos objetivos propostos.

A seção 6 - **Considerações finais** indicam as conclusões obtidas na finalização da pesquisa.

2 DISPOSITIVOS DE PUNIÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Nesta seção, apresentam-se pesquisas que contribuíram para a discussão e o entendimento sobre a origem da prisão e da pena, além dos dispositivos punitivos desde a Antiguidade até seu surgimento no Brasil. A partir desse panorama, descreve-se uma breve história do sistema prisional do Estado do Espírito Santo e como é realizado o abatimento da pena pela remição. Por tratar-se de um tema complexo em sua essência, buscou-se a colaboração de outras áreas do conhecimento, com intuito de fundamentar a pesquisa no aspecto jurídico em interseção com pesquisas no âmbito da CI em ambientes prisionais.

Para melhor entendimento, esta etapa da pesquisa foi dividida em subseções: 2.1 o desenrolar da pena de prisão: as raízes do sistema prisional, fundamentada a partir dos autores Amaral (2016) e Bitencourt (2017); e 2.2 sobre a origem da pena e suas singularidades para entender a realidade prisional.

Os traços históricos da aplicação de penas da Antiguidade aos dias atuais, a compreensão da realidade prisional e as normas jurídicas relacionadas a esse tema são explanados com base em Cláudio do Prado Amaral (2016), juiz de Direito e professor da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, que estudou o encarceramento e os problemas jurídico-penais, numa visão punitiva do crime por meio da pena de prisão.

Esta pesquisa aproximou-se dos entendimentos de Cezar Roberto Bitencourt (2017), advogado e doutor em Direito penal, que aborda o surgimento da pena e a visão da prisão como uma instituição falida em termos de reintegração do sujeito à sociedade.

As pesquisas dos autores citados serão a base para compreensão da origem da pena nas abordagens sobre os respectivos métodos punitivos. Para os entendimentos mais precisos sobre as relações de poder e sobre a prisão, buscaram-se fundamentos nos estudos de Foucault (2018; 2019). Michel Foucault foi filósofo, historiador, teórico social, crítico literário e professor no Collège de France. Ele é um dos teóricos mais discutidos em estudos da Ciência da Informação e mais relevantes por seu vasto conhecimento e por suas publicações relacionadas ao ambiente prisional, principalmente quando o tema abordado é o sujeito privado de liberdade. O autor constituiu genealogias a partir de fundamentos sobre os dispositivos de poder e sobre os processos punitivos que subsidiaram esta pesquisa.

Na seção seguinte, buscou-se apresentar uma breve história do sistema prisional do ES, desde o período da capitania com as primeiras construções das prisões até os dias de hoje. E para finalizar esta primeira parte da pesquisa, apresentase o instituto de Remição de pena por meio do trabalho, do estudo e da leitura, com intuito de compreender como este benefício é utilizado no sistema prisional.

2.1 O DESENVOLVIMENTO DA PENA DE PRISÃO: AS RAÍZES DO SISTEMA PRISIONAL

De acordo com Amaral (2016), na Antiguidade, do período por volta de 4.000 a.C. até 476 d.C., a prisão não era compreendida como local de cumprimento de pena, mas vista como local onde o sujeito era detido para evitar sua fuga e esperar seu julgamento; ou seja, a prisão encarcerava para ter a custódia física do sujeito e era considerada uma antessala da câmara de torturas ou sala de espera para a morte. Neste período, as sentenças aplicadas eram desumanas, incluindo açoites e mutilações. Os condenados não tinham voz, defesa nem condições de asseio; eles apenas eram depositados nas masmorras e muitas vezes adoeciam lá, podendo, inclusive, morrer antes do seu julgamento.

Estudos realizados sobre o antigo Egito e tratados por Chiaverini (2009) demonstram que a custódia do sujeito era do governo, que aplicava a pena com trabalho forçado. As prisões eram descritas como fortalezas, com celas e masmorras, onde os condenados aguardavam o julgamento ou sua execução. Bitencourt (2017) relata que outras civilizações utilizavam este modelo de punição como lugar de custódia e suplício, a exemplo da Pérsia, da Babilônia e da Grécia. Na Grécia, a prisão era usada como forma de reter os devedores até o pagamento de suas dívidas. Desse modo, os sujeitos eram escravizados e ficavam à mercê de seus credores. Em síntese geral, na Antiguidade, o preso era custodiado e a finalidade da prisão era confinar o réu até a execução das condenações referidas.

A Idade Média, período de 476 a 1453 d.C., não conheceu o aprisionamento como sanção criminal, visto que os acusados esperavam o julgamento nas prisões (AMARAL, 2016). As prisões eram estabelecidas conforme a situação financeira do condenado e as penas poderiam ser comutadas por meio de recebimento de valores (AMARAL, 2016). O encarceramento acontecia de forma custodial e sem direitos, pois mulheres, crianças e velhos eram presos, espremidos entre si nas fortalezas, esperando suas sentenças (BITENCOURT, 2017).

De acordo com Foucault (2018), a maior parte das condenações eram por banimento ou por multa, mas, de qualquer forma, os banidos eram expostos com coleiras de ferro, açoitados e marcados com ferrete. Ou seja, qualquer que fosse a pena tinha que ter sofrimento e dor. Essas sentenças eram aplicadas em praças públicas, tornando-se espetáculos para o público da época em função do suplício dos condenados, descrito por Foucault (2018), como pena corporal agonizante, fato injustificável devido à sua crueldade, e que também era uma forma de manifestação do poder do soberano.

Observando os registros desse contexto, Foucault (2018) argumenta que a prisão é uma forma de condicionar o sujeito por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo, tornando-o dócil e útil. A prisão não socializa o sujeito, mas condiciona-o a pagar sua pena, de forma desumana, pela qual é punido duas vezes. Foucault (2018) explica que a prisão não é recente e que ela se constituiu antes do aparelho judiciário, com processos desumanos, tirando deles o tempo e as forças e constituindo sobre eles um poder centralizador.

A Idade Média ficou conhecida como contexto de origem da pena na prisão, com a participação ativa da Igreja e da Inquisição, por essa igreja impetrada. A igreja utilizava o encarceramento como local de penitências, tais correções espirituais aconteciam em prédios eclesiásticos, conventos ou mosteiros. Os inquisidores, por sua vez, utilizavam a prisão como custódia dos sujeitos (AMARAL, 2016). Além da prisão eclesiástica, surgiu a prisão do Estado, restrita aos inimigos dos governantes e formalizada a partir de duas modalidades: (i) a prisão-custódia, um local onde o réu esperava a execução da pena; e (ii) a detenção temporal ou perpétua, modalidade em que os sujeitos poderiam receber o perdão real (BITENCOURT, 2017).

No entanto, nas duas formas de aprisionamento, os sujeitos eram submetidos a diversas punições. Esses suplícios não estabeleciam a justiça, mas reascendia o poder do soberano (FOUCAULT, 2018); ou seja, um poder controlador e legitimado, exercido pelo soberano como forma de demonstrar sua autoridade sobre as pessoas. A igreja exerceu um papel influenciador na Idade Média com o Direito Canônico³, contribuindo para o surgimento da prisão moderna. Segundo Bitencourt (2017), as primeiras ideias para o direito penal derivadas do Direito Canônico foram vinculadas ao termo Penitência, originando das palavras Penitenciário e Penitenciária, visto que

³ Normas jurídicas oriundas da Igreja Católica (BACELAR, 2018).

o crime era um pecado contra as leis humanas e divinas. Bitencourt (2017) relata que a pena ou a penitência era um mecanismo reconciliador entre o pecador e a divindade, com a finalidade de despertar o arrependimento do culpado, mas não eram desprezados os métodos de expiação e de castigo.

A Idade Moderna, de 1453 a 1789 d.C., ficou conhecida como período de transição, pois perpassa o sistema feudal até o momento de criação do Estado Moderno. Trata-se do período em que há um considerável aumento do comércio, do crescimento das cidades, das pestes, da fome e das guerras (AMARAL, 2016). A pobreza espalhou-se por toda a Europa com vários casos de roubos, de delinquências e de assassinatos. Com o crescimento exagerado da pobreza, não havia condição de aplicar a pena de morte, já que não seria possível aplicá-la a muitos (BITENCOURT, 2017).

Para conter a criminalidade, o Estado construía prisões para correção dos reeducandos. Neste processo, a prisão deixou de ser de custódia para tornar-se uma prisão de pena. A finalidade da prisão era retirar os mendigos e os delinquentes das ruas e prendê-los para transformá-los. O sistema orientava-se pela convicção de que o trabalho e a férrea disciplina são meios para mudar o recluso (BITENCOURT, 2017). Amaral (2016) relata que, com o propósito de obter vantagens sobre o preso, foram criadas as *House of Correction*, lugar onde o reeducando trabalhava e era castigado por indisciplina, uma das primeiras casas de correção a ser utilizada localizava-se em Londres. O autor explica que, nessas casas, ficavam retidos os sujeitos que cometiam pequenas delinquências, o que permite notar semelhanças entre esse processo e o atual sistema prisional brasileiro (AMARAL, 2016).

Logo, com esses mecanismos, buscava-se a reabilitação do condenado. No entendimento de Bitencourt (2017), o intuito era obter o fim educativo por meio do trabalho incansável, do castigo corporal e dos ensinamentos religiosos. Durante todo este período, o castigo sempre esteve presente nos processos de aplicação de pena, seja ela aplicada por punição corporal ou por reclusão. Durante a reclusão, os condenados sofriam castigos físicos com crueldade (AMARAL, 2016).

Entre o fim do século XVIII e início do século XIX, verificaram-se novas possibilidades para a penalidade de detenção, e a prisão tornou-se um instrumento essencial no conjunto das punições e um marco na história da justiça penal (AMARAL, 2016). Neste momento reconhecia-se que a vigilância é mais eficaz que a punição, surgindo, então, um novo exercício de poder que implicou em mudanças do regime

político (FOUCAULT, 2019). Na concepção de Foucault (2019), no século XVIII, o regime de poder se encontrava no mesmo nível do corpo social, e não acima dele, tais mudanças estavam ligadas às estruturas fundamentais dos pequenos exercícios de poder. O autor destaca que, através desse micropoder constituído, o Estado expulsa a Côrte e o rei, tornando o soberano um personagem arcaico (FOUCAULT, 2019).

Com o aparecimento das ideias iluministas, o movimento pela humanização na constituição da elaboração da pena privativa de liberdade ganhou força, o que levou as autoridades a considerar a necessidade de erguer prédios adequados onde houvesse trabalho penoso para reintegrar o sujeito (AMARAL, 2016). Por meio do trabalho obrigatório, o condenado poderia obter uma melhora no seu comportamento. Acreditava-se que a prisão deveria ser um lugar transformador como a escola, o quartel ou o hospital, ou seja, um instrumento preciso para o sujeito voltar a ser correto (FOUCAULT, 2019).

Jeremy Bentham⁴ propôs, em 1789, para o campo penal, um modelo arquitetônico, o panóptico⁵, que consiste, de maneira geral, em uma torre de observação, localizada no pátio central, de onde todos pudessem ser observados (AMARAL, 2016). No entendimento de Foucault (2018), o panóptico é uma máquina de vigilância e um dispositivo de controle e de poder. Esse modelo poderia também ser utilizado para fazer experiências com pessoas, modificar comportamentos e analisar os sujeitos como espécie de laboratório. Dessa forma, esses mecanismos de controle não surgiram para humanizar a pena privativa de liberdade, mas para controlar o sujeito e discipliná-lo.

Então surgiu o pensamento de utilizar o criminoso para atividades econômicas e políticas, configurando, assim, uma nova forma de dominação e de demonstração de poder (FOUCAULT, 2019). Aponta-se que a relação da prisão e a necessidade de ordem econômica são elementos que demonstram a dominação da burguesia sobre o proletariado, sendo, assim, um mito reintegrar o sujeito privado de liberdade por meio da prisão (BITENCOURT, 2017).

⁴ Filósofo e juriconsulto inglês, criador do modelo panóptico de prisão em 1789 (AMARAL, 2016).

⁵ Uma figura arquitetural de Bentham, na periferia uma construção em anel dividida em celas com uma torre com janelas que se abrem sobre a face interna do anel, uma torre de vigilância (FOUCAULT, 2018).

No século XVI, a burguesia teve o mérito de mudar as penas de morte, entretanto, nos séculos XX e XXI, verifica-se, a massificação do uso da pena privativa de liberdade em todo o mundo e a aniquilação da pena como um método reintegrador. Aparecem, assim, conflitos entre os detentos e funcionários, bem como o afastamento entre a sociedade e a população prisional (AMARAL, 2016). Diante disso, a sociedade começou a tratar o condenado como uma coisa e não como ser humano.

Para conter o sujeito, inaugurou-se um novo modelo de execução de pena que alterou as políticas de individualização para a neutralização criminal, retirando o sujeito da sociedade (AMARAL, 2016). A prisão apareceu como forma imediata de reter os sujeitos e custodiá-los. Em seus estudos, Foucault (2018) relata que a disciplina fabrica corpos submissos e dóceis. Compreende-se, então, que a prisão tem o poder disciplinador, um poder de punir e controlar os sujeitos (FOUCAULT, 2019).

Segundo Amaral (2016), apesar de a pena privativa de liberdade não existir na dimensão humanizada e reintegradora, obteve-se algumas relevantes conquistas em diversos países, dentre elas: a regulamentação e a judicialização da execução da pena; os direitos e as garantias dos reeducandos; e o apoio dos direitos humanos. Apesar dessas conquistas, países da América Latina, África e Ásia possuem prisões como lugares onde os sujeitos são depositados não só em situação desumana e indigna, mas também sem qualquer instrumento para a reintegração social (AMARAL, 2016).

Assim, a prisão é vista como instrumento de dominação do Estado. Na sociedade contemporânea, um novo mecanismo de punição é aplicado, o regime de segurança máxima. Orientado pela segurança e pela disciplina, esse regime prevê que qualquer desvio de conduta tem repercussão direta na pena, alterando-a. Para Amaral (2016), esse modelo de endurecimento rigoroso das condições de pagamento da pena é identificado nos Estados Unidos e na Espanha, visto que estes países construíram seus estabelecimentos penais longe dos centros urbanos e em estruturas que dificultam o contato entre funcionários e reeducandos.

2.2 PENA-PRISÃO NO BRASIL

O sistema prisional brasileiro, para Amaral (2016), inicia-se a partir dos direitos penais indígenas, fundamentados em tradições e baseados no respeito entre as comunidades e suas divindades. Entretanto, quando acontecia traição ou algum homicídio na tribo, a punição era a morte. Após a colonização dos portugueses foram

implantadas normas penais do reino, com a finalidade de aplicar penas por meio de castigos e de pena de morte aos delitos cometidos contra a igreja, o reino e os bons costumes (AMARAL, 2016).

Conforme Santiago (2011), os ricos eram beneficiados, pois não sofriam nenhuma punição; mas os pobres da época, os índios e os negros sentiam na pele a punição. Para tal castigo, os governantes construíram um pelourinho (um instrumento de poder utilizado como forma de controlar possíveis problemas ou manifestações contra os governantes), uma estrutura obrigatória em cada cidade.

Durante este período da história, o Brasil passou por várias ordenações oriundas de Portugal. Na perspectiva de Amaral (2016), a primeira foi a Ordenação Afonsina, no reinado de D. Afonso V, considerada como um ponto de partida para um novo Direito Português. Tratava-se de uma normativa pioneira por meio da qual a pena de prisão não era muito utilizada, mas, sim, a pena de morte. Este modelo não perdurou, pois, nos primeiros anos, a vida social e política da colônia brasileira não tinha relações jurídicas (AMARAL, 2016).

No ano de 1505 d.C., D. Manuel I determinou a realização da revisão da Ordenação Afonsina, originando as Ordenações Manuelinas, que não se diferenciavam muito da anterior. Neste período, as terras da colônia foram entregues aos fidalgos portugueses (ou ainda, os donatários), que tinham total poder sobre a justiça e instituíam em suas terras o direito e suas penas (AMARAL, 2016).

A partir de 1581, o Brasil passou a ser dominado pela Espanha, que, referente ao campo jurídico, trouxe várias contribuições com a inauguração do Tribunal de Relação da Bahia⁶ (AMARAL, 2016). As ordenações Manuelinas vigoraram até meados de 1603. Depois disso, Felipe II impôs seu código durante anos na Espanha, Portugal e Brasil.

No entanto, em 1630, os Holandeses aportaram em Olinda, no Estado de Pernambuco, em busca de lucros e espoliação, aproveitando-se da precariedade estrutural do Brasil para estabelecer suas diretrizes judiciais. Maurício de Nassau organizou o sistema de justiça em Pernambuco, baseado nas ordenações e costumes imperiais da Holanda (AMARAL, 2016). De acordo com Santiago (2011), viveu-se um momento no qual as autoridades locais decidiam o que fazer com os infratores e as

⁶ Foi criado em 1609, em Salvador, um tribunal de segunda instância, que julgava as sentenças ou decisões de primeira instância. Os desembargadores, substituíam a Casa de Suplicação de Lisboa, que julgava em grau de recurso, os processos do Brasil (AMARAL, 2016).

penas podiam variar desde castigos físicos, torturas, até penas de mortes, sendo esta ordenação atuante até 1654.

Dentre as ordenações, as Filipinas de D. Felipe II merecem maior destaque, por terem atuado por mais tempo no Brasil. Derivadas da atualização das Ordenações Manuelinas, o Livro V dessa ordenação previa a aplicação de penas cruéis e injustas, inclusive a pena mais comum da época: a pena de morte (AMARAL, 2016). A aplicação da pena de morte poderia ser da seguinte forma: morte cruel, em meios a suplícios lancinantes; morte atroz, com confisco de bens, queima do corpo ou esquartejamento; morte simples, sem prévia de tortura; ou, a morte civil, em que eram eliminados os direitos (COSTA, 2009). As Ordenações Filipinas representaram a crueldade do tratamento penal que os sujeitos sofriam naquela época, com o intuito de provocar medo e conter o sujeito. Segundo Amaral (2016), é fundamental destacar que as Ordenações Filipinas, conhecidas como crudelíssimas, vigoraram no Brasil até serem substituídas formalmente pelo Código Criminal de 1830.

Em 1808, com a chegada da família real no Brasil, o direito regido por meio das Ordenações Filipinas não se modificou, mas, com auxílio da Carta Régia, que abriu os portos para o comércio estrangeiro, estabeleceu-se uma nova e poderosa burguesia (AMARAL, 2016). Assim, com grande condição financeira, os pais burgueses enviaram seus filhos para estudar em Coimbra, e estes trouxeram para o país um conceito humanista europeu que influenciou a Independência do Brasil, a Constituição de 1824, o Código Penal de 1830 e o Código de Processo Penal de 1832 (AMARAL, 2016).

Após a independência política de Portugal, o Brasil elaborou, o Código Penal de 1890 – uma legislação que era própria e que garantia direitos civis e políticos aos cidadãos, mas que ainda tinha traços da Constituição de 1824 (AMARAL, 2016). Para Amaral (2016), a Constituição de 1824 elaborou diretrizes para a renovação do direito penal. Consta-se, no artigo 179, inciso IX, a postura política afirmando a prisão como pena. No mesmo artigo 179, inciso XXI da Constituição de 1824, é assegurado ao condenado: uma cadeia limpa, arejada e com divisórias, para evitar a conglomeração dos condenados primários com os criminosos mais violentos (AMARAL, 2016).

O Código Criminal de 1830 fundamentou-se nas doutrinas da escola de Jeremy Bentham. Mesmo com influências iluministas, não deixou de aplicar pena de morte, castigo, prisão com trabalho, banimento e açoite (AMARAL, 2016). Neste código criminal, Amaral (2016) destaca que a prisão como pena é apresentada de forma

jurídica e as penas privativas de liberdade baseavam-se na prisão-trabalho que obrigava o condenado a trabalhar diariamente no ambiente prisional que o mesmo se encontrava recluso. Nas prisões simples, os condenados eram obrigados a cumprirem suas sentenças de reclusão nas prisões públicas, vistas como modelos arquitetônicos de comodidade.

Diante disso, Amaral (2016) explica que o Código de 1830 preocupava-se com a estrutura física das prisões e não com o tratamento a ser ministrado ao recluso. As prisões apareceram como uma solução do problema da criminalidade e os presídios implantados foram baseados nas estruturas prisionais inglesas, derivadas do modelo panóptico (ARAÚJO, 2018). Essas arquiteturas prisionais eram vistas como um mecanismo de ordem e vigilância. Para Foucault (2018), o panóptico funciona como um laboratório para definir as relações de poder ou como um dispositivo de controle. No Brasil, este modelo não se sustentou, pois o país não tinha verba suficiente para implantar prisões com características estrangeiras, produzindo, assim, modelos prisionais improvisados (ARAÚJO, 2018).

Apesar das reações negativas do Código Criminal de 1830, este dispositivo influenciou o Código Espanhol e os Códigos das Repúblicas Latino-americanas de Língua Castelhana (AMARAL, 2016). Além desse Código, o Brasil teve o Código de Processo Criminal de 1832, criado com intuito de disciplinar procedimentos e assegurar os direitos dos acusados, pois, até aquele momento, não havia uma normativa entre o direito penal e o direito processual penal (AMARAL, 2016). Contudo, neste breve histórico, cabe atenção especial ao Código Criminal de 1830, por ter influenciado na construção de outros Códigos penais.

De acordo com Amaral (2016), com a rapidez imposta para implantação do Código de 1830, algumas estruturas físicas destinadas ao cumprimento de pena por trabalho não pareciam com os descritos pela Constituição de 1824. As prisões eram um lugar de condições deploráveis, principalmente no aspecto da higiene. No Império, por exemplo, as casas de correção com trabalho que existiam estavam superlotadas, apresentavam escassez de recursos financeiros e eram mal arejadas e sem segurança (AMARAL, 2016). Por isso, Foucault (2019) explica que a prisão não transforma, mas serve para produzir novos criminosos.

As prisões no período do Império, tinham muitas fugas, e para conter essas indisciplinas adotaram outras arquiteturas prisionais (AMARAL, 2016). Em 1834, encontrou-se registro da existência de uma prisão chamada Ilha das Cobras,

localizada no Rio de Janeiro. Segundo Amaral (2016, p. 103), “[...] as solitárias da fortaleza da Ilha das Cobras possuíam vinte e nove palmos de comprimento por dez de largura, com poucas frestas de luz e ventilação voltadas para o pátio”. Antes, sua finalidade era de acolher militares, entretanto, com a falta de unidades prisionais, esse estabelecimento passou a prender civis e escravos (AMARAL, 2016).

Em seus relatos, Amaral (2016) explica que as Casas de Correção do Rio de Janeiro, a partir de 1837, começaram a receber escravos oriundos de calabouços, indiciados e condenados a prisões simples, africanos livres, entre outros. O autor relata que os tratamentos aos condenados eram diferenciados: enquanto os escravos sofriam castigos, os condenados à prisão simples passavam por tratamentos reintegradores. Neste cenário, é possível evidenciar as relações sociais e a discriminação (AMARAL, 2016).

Outra Casa de Correção criada foi a de São Paulo, em 1870, na qual os condenados tinham liberdade de comercializar produtos no trabalho e conversar entre as grades, estabelecendo uma relação harmoniosa e sem conflitos com os agentes (AMARAL, 2016). Com decorrer dos anos, essa harmonia passou a ser difícil nos estabelecimentos, pois o crescimento da população carcerária e a falta de recursos para modernização das prisões, entre outros fatores, ocasionaram conflitos entre os funcionários e sujeitos reclusos (AMARAL, 2016).

Em 13 de maio de 1888, data da Abolição da Escravatura, houve uma alteração nos estatutos penais do Império, com a elaboração de um novo Código Penal em 1890⁷, instituído pelo Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890, que anulou a pena de morte no país (AMARAL, 2016). Apesar de tal Código sofrer severas críticas⁸, pois privilegiava a elite e criminalizava as camadas populares, ele prevaleceu até 1940.

Na perspectiva de Alvarez, Salla e Souza (2003), o referido Código continha, principalmente nos dispositivos localizados no Livro III, informações sobre contravenções penais imputáveis a mendigos, ébrios, vadios e capoeiras. Neste

⁷ Este é o Código que substituiu o Código de Processo Criminal de Primeira Instância, promulgado pela Lei de 29 de novembro de 1832, e que tratou da organização judiciária e da parte processual complementar ao Código Criminal de 1830, alterando inteiramente as formas do procedimento penal então vigentes, herdadas da codificação portuguesa (PESSOA, 2015).

⁸ O jurista Aurelino Leal dedicou-se a demonstrar que a legislação penal republicana havia adotado dispositivos jurídicos que eram verdadeiros ‘germens do crime’, pois estimulavam a criminalidade ao invés de combatê-la (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003).

documento, as autoridades demonstravam a intenção de intimidar a ociosidade e obrigar as classes populares a trabalhar.

Para os autores, o Código de 1890 foi elaborado com o propósito de exercer a construção da ordem legal republicana e o controle social da população, e foi publicado após o sistema escravista, quando começou a expansão da urbanização no Brasil (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003). Em continuidade, esclarecem que este ocasionou algumas alterações no que se refere ao funcionamento das prisões brasileiras em relação à pena privativa de liberdade e a outras modificações pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, modificado e substituído pela Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977 (ALVAREZ; SALLA; SOUZA, 2003).

Diante das informações apresentadas sobre o panorama brasileiro e para conhecimento específico da origem dos modelos punitivos e das prisões do Estado pesquisado, apresenta-se na seção seguinte, uma breve história do sistema prisional do Espírito Santo e seus dispositivos de punição.

2.2.1 Uma breve história do sistema prisional do Estado do Espírito Santo

Em 1534, o rei D. João III doou ao donatário Vasco Fernandes Coutinho a capitania do Espírito Santo e ordenou que povoasse e fizesse construções no território da capitania (DAEMON, 2010). No ano seguinte, acompanhado por alguns fidalgos portugueses, Vasco Fernandes Coutinho desembarcou na capitania e trouxe com ele influências portuguesas principalmente no modelo punitivo, as Ordenações (DAEMON, 2010). Para Daemon (2010), o donatário assim que chegou à capitania ordenou várias construções na província, entre elas, um pelourinho⁹ e uma forca em uma ilha para a punição dos criminosos. Este local, que é um dos primeiros espaços de correção do Estado, existe até hoje e é denominada de Ilha da forca¹⁰.

No decorrer da sua administração, Vasco Fernandes Coutinho não prosperou e, por conta da idade e da doença, foi forçado a renunciar à capitania para a Coroa (DAEMON, 2010). Daemon (2010) explica que vários outros donatários administraram a capitania e fizeram mudanças estruturais. Neste percurso, apresenta-se o coronel Francisco Gil de Araújo, que comprou a capitania em 1674 e que, por dispor de

⁹ Coluna de pedra ou madeira usada para castigar escravos e/ou criminosos, localizada em lugar público (AMORA, 2009).

¹⁰ Uma pequena ilha que existe em frente à pequena enseada da vila do Espírito Santo, e que ainda até hoje conserva o nome Ilha da forca (DAEMON, 2010, p.111). Localizada em Vila Velha, atual Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo (EAMES).

recursos necessários, realizou várias edificações e impulsionou a capitania. Oliveira (2008) destaca que as obras foram realizadas após o ano de 1678, quando o coronel saiu da Bahia e chegou ao solo espírito-santense. Entre as edificações reconstruídas e construídas, estão a Santa Casa de Misericórdia, câmaras e cadeias, além do mais, o donatário tinha a permissão do rei para construir pelourinhos, criar termos, jurisdições e mais direitos (DAEMON, 2010).

No início do século XVIII, a capitania passou por graves situações financeiras, pois o que era arrecado não era suficiente; mas, com auxílio de outras vilas, aos poucos, a colônia foi se desenvolvendo e foi necessitando que cada vez mais novas unidades militares e presídios fossem construídos (OLIVEIRA, 2008). Neste período, as pessoas eram presas por transgredirem, independentemente da situação financeira ou de seus credos, mas por seus costumes serem diferentes. Diante disso, Daemon (2010, p. 250) relata que,

[...] em 1795, tendo-se introduzido, pelo contato com os indígenas, o costume de só falar-se na capitania a língua dos silvícolas, viciando-se assim o idioma português, por uma ordem dimanada da Câmara Municipal da vila da Vitória, datada de 23 de maio deste ano, e outra da mesma data da vila de Nova Almeida, são proclamados bandos pelas ruas ordenando-se que só se falasse a língua portuguesa, sendo os infratores sujeitos às penas de prisão.

No Espírito Santo, entre os séculos XVI e XIX, moradores e ex-moradores, acusados de bigamia, feitiçaria, heresia, entre outros, eram perseguidos e sentenciados pelo Tribunal da Inquisição (SANTOS, 2014). Santos (2014) explica que neste período, as pessoas eram acusadas por meio de denúncias ou suposições de qualquer pessoa e, antes de ser julgada, a vítima era presa sem saber qual era a acusação, tinha seus bens recolhidos e sua casa era fechada ou destruída por ordem da Inquisição. O autor relata ainda que, as torturas não tinham limites e que poderiam ser aplicadas mesmo sem confissão do réu. As cadeias eram precárias e desumanas, o juiz ordinário João Antônio Pientznauer, descreveu que

[...] tendo-se-lhe recomendado, que conserve o preso em casa decente, pela maneira, que ordena o Decreto de vinte e três de maio de 1821, respondeu, que a Cadeia não tem lugar algum decente, e o preso não goza de privilégio, continuando a conservá-lo na imundíssima enxovia, onde as operações naturais são feitas sobre o mesmo pavimento, que pisam os infelizes encarcerados, e dando ordem para ser incomunicável (OLIVEIRA, 2008, p. 325).

Desde os primórdios da história do Espírito Santo, nota-se que as cadeias ou os modelos punitivos são descritos como lugares hostis e sem qualquer higiene. No relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, o doutor Luiz Pedreira do

Coutto Ferraz, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1848, apresenta trechos sobre a situação das prisões,

O mau estado de todas as cadêas da provincia, no que é concernente a sua commodidade, e pouca segurança [...] Autorisei o chefe de polícia para mandar assoalhar a prisão do lado do sul, que, estando ao nível da rua, é a causa, por sua humidade, de frequentemente adoecerem os presos que n'ella são recolhidos. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 1848, p. 52-53).

Contudo, essa condição não mudou no decorrer dos anos, pois, em 1908, numa mensagem dirigida ao Congresso Espírito-santense na Segunda Sessão da 6ª Legislatura, o Dr. Jerônimo de Souza Monteiro, Presidente do Estado, descreveu que “[...] O serviço penitenciário, entre nós, é deficientíssimo, devido principalmente ao estado de quase ruína em que se acham muitas prisões” (ARQUIVO PUBLICO DO ESPÍRITO SANTO, 1908, p. 17). Nessa sessão, sugeriu-se a construção de uma penitenciária com oficinas para que os detentos pudessem trabalhar, minorando a tortura e dando-lhes uma oportunidade.

Em 1924, foi criada a primeira penitenciária do Estado, localizada na antiga Hospedaria de Imigrantes da Pedra D'Água¹¹ (Figura 1), mas foi desativada em 1910. Ela serviu depois como Quartel Militar; a seguir, como Hospital de isolamento; e, por fim, através da Lei nº 1.416 de 31 de maio de 1924, foi transformada em penitenciária do Estado (PIVA, 2008).

Figura 1 – Hospedaria de Imigrantes Pedra D'água em Vitória, atual Instituto de Reabilitação Social (IRS)



Fonte: Morro... (2012).

¹¹ O edifício ao qual foi dado o nome de Hospedaria de Imigrantes Pedra D'água foi construído em 1889. Até o início daquele ano, todos os imigrantes que se estabeleceram no Espírito Santo eram alojados em hospedarias improvisadas, localizadas no centro da cidade de Vitória, em ruas como a do Comércio (hoje Avenida Florentino Ávidos), a da Alfândega e a Primeiro de Março (estas duas hoje incorporadas à Avenida Jerônimo Monteiro). Foi na administração do Presidente da Província Dr. Henrique de Athayde Lobo Moscoso (06/08/1888 a 08/05/1889), que se empreendeu a construção da hospedaria (MORRO..., 2012).

A instituição teve seu nome alterado para Penitenciária da Pedra D'Água, conforme descrito no Decreto nº 5.870, de dezembro de 1925 (um ano após a sua criação) e depois para Instituto de Readaptação Social, em 1952, o que fez o sentenciado neste ambiente passar a ser denominado de 'interno' ou 'segregado' (ESPÍRITO SANTO, 1952). Piva (2008) relata que essa penitenciária, entre os anos 1937 e 1938, passou por várias transformações e reformas para mudar o modelo construído para a hospedaria. Ele também ressalta que a nova denominação, Instituto de Readaptação Social, foi dada pelo Governador Jones dos Santos Neves por meio da Lei nº 688, de 29 de dezembro de 1952¹². O autor explica que, com a construção de outros presídios no velho prédio da hospedaria, o local ficou conhecido como Complexo Penitenciário de Vila Velha (ES).

A partir disso, normas gerais foram estabelecidas para a reestruturação do sistema penitenciário do Espírito Santo conforme a Lei nº 2.517, de 10 de julho de 1970 (ESPÍRITO SANTO, 1970). No artigo 2º da Lei nº 2.517, foram atribuídos à Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, por meio do Coordenador dos Serviços Penitenciários, superintender, em regime de cooperação com as autoridades judiciárias a execução da política penitenciária. Foram integrados os seguintes estabelecimentos ao Sistema Penitenciário Estadual: Instituto de Readaptação Social; Colônia Penal Agrícola; Manicômio Judiciário e Outros órgãos instituídos por lei (ESPÍRITO SANTO, 1970). Após essa reestruturação foram construídas outras instituições prisionais, conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Unidades prisionais criadas após a reestruturação do sistema penitenciário do Espírito Santo de 1970

| Unidade | Lei ordinária / Decreto | Promulgação |
|---|---|---|
| Criação da Casa de Detenção Odilon Castelo Borges em Vila Velha. | Lei nº 3.172, de 11 de novembro de 1977 | Revogada e consolidada pela Lei nº 10.975/2019. |
| Criação da Penitenciária Agrícola do Espírito Santo "Desembargador Mario da Silva Nunes", a Colônia Penal Agrícola de Viana | Lei nº 3.295, de 13 de novembro de 1979 | Revogada e consolidada pela Lei nº 10.975/2019. |
| Implantação de Penitenciárias Agrícolas no Estado | Lei nº 4.432, de 13 de setembro de 1990 | Não há informação referente a esta Lei. |

¹² O Instituto deixou de ser classificado como regime especial pela Lei nº 233/2002 e foi revogada e consolidada pela Lei nº 10.975/2019 (ESPÍRITO SANTO, 2019).

| | | |
|--|--|---|
| | | |
| Criação da Penitenciária Estadual de Linhares, denominada "Desembargador José Mathias de Almeida Neto" | Lei nº 5.013, de 18 de janeiro de 1995. | Revogada pela Lei nº 5037/95 |
| Criação da Penitenciária Estadual de Cachoeiro de Itapemirim, denominada "Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg". | Lei nº 5.014, de 18 de janeiro de 1995 | Revogada pela Lei nº 5037/95 |
| Criadas a Casa de Detenção da Grande Vitória, como estabelecimento prisional, a Penitenciária Estadual de Linhares "Desembargador José Mathias de Almeida Netto" e a Penitenciária Estadual de Cachoeiro Itapemirim "Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg". | Lei nº 5.037, de 18 de maio de 1995. | Alterada pelas Leis nº 85/96,113/98, 233/02,5759/98, 5279/96; com critérios estabelecidos pelo Decreto nº 4140-N/97. Os órgãos criados pelo art. 1º desta Lei, deixaram de ser em regime especial conforme consta da Lei nº 233/2002. |
| Cria a Penitenciária Estadual Feminina. | Lei Complementar nº 85, de 10 de dezembro de 1996 | Altera os artigos 4º e 6º da Lei nº 5037, de 18 de maio de 1995; nos anexos I, II e III da Lei 5037/95 passam a ser: anexos III, IV e V, respectivamente. Revoga as alíneas "e.3" , "e.4", "e.6" e "e.7", do item IV, do artigo 8º, da Lei Complementar nº 04, de 17 de janeiro de 1990. Alterada pela Lei nº 113/98. Deixou de ser em regime especial pela LC nº 233/2002. |
| Cria a Casa de Custódia de Viana. | Lei Complementar nº 113, de 12 de janeiro de 1998 Obs.: Republicada no Diário Oficial de 14/05/1998, por ter sido publicada no 13/01/1998 com incorreção. | Vetos promulgados pela Assembleia em 14/05/98. Deixou de ser em regime especial pela Lei nº 233/2002. Obs.: Nos artigos 23 e 24 desta Lei, onde se lê "Lei nº 5293, de 10 de dezembro de 1996", leia-se "Lei Complementar nº 85/96". |
| Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Vila Pavão | Lei nº 5.697, de 02 de julho de 1998. | Não há informação referente a esta Lei. |
| Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Águia Branca | Lei nº 5.698, de 02 de julho de 1998 | Revogada pela Lei nº 11.124/2020 |
| Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de São Domingos do Norte | Lei nº 5.699, de 02 de julho de 1998. | Revogada pela Lei nº 11.124/2020 |
| Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Alto Rio Novo | Lei nº 5.714, de 29 de julho de 1998 | Revogada pela Lei nº 11.124/2020 |
| Autoriza o Poder Executivo a construir presídio no município de Água Doce do Norte. | Lei nº 5.716, de 29 de agosto de 1998. | Revogada pela Lei nº 11.124/2020 |

| | | |
|--|---|--|
| Cria a Penitenciária Regional de Barra de São Francisco e a Penitenciária Regional de Colatina. | Lei Complementar nº 167, de 18 de maio de 1999. | Alterada pelas LC nº 180 e nº 182/00. * As Penitenciárias criadas deixaram de ser em regime especial pela LC nº 233/02. |
| Cria o Módulo de Segurança do Sistema Penal - I. | Lei Complementar nº 180, de em 19 de junho de 2000. | Promulgada. * Revoga os artigos 19 e 20 da LC nº 167/99. * Deixou de ser em regime especial pela LC nº 233/2002. * Declarada inconstitucional pela ADI 0002901-45.2000.8.08.0000 do TJ/ES. Data da propositura 29/11/2000. |
| Altera os artigos 2º. e 21 da Lei Complementar nº. 167/99, que cria a Penitenciária Regional de Barra de São Francisco e a Penitenciária Regional de Colatina. | Lei Complementar nº 182, de 13 de julho de 2000. | Não informado. |
| Autoriza o Poder Executivo a privatizar os presídios existentes no território do Estado do Espírito Santo. | Lei nº 6.690, de 06 de junho de 2001 | Não informado |
| Cria a Casa de Passagem "Cel PM Manoel Nunes de Araújo", órgão no qual está centralizado o controle de entrada e saída de presos no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo. | Lei nº 6.755, de 28 de agosto de 2001 | Não informado |
| Moderniza e reorganiza a estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS) | Lei Complementar nº 233, de 10 de abril de 2002 | Os órgãos referidos no art. 42 deixaram de ser em Regime Especial, passando a integrar a estrutura organizacional da SEJUS. |
| Cria, na estrutura da SEJUS, a Penitenciária de Segurança Média II, de Viana - PSME II | Lei Complementar nº 278, de 29 de dezembro de 2003 | Não informado |
| Cria a Penitenciária de Segurança Média de Colatina. | Lei Complementar nº 305, de 16 de dezembro de 2004. | Regulamenta pela Portaria nº 430-S da SEJUS (D.O. de 31/05/06). |
| Inclui na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e a Escola Penitenciária do Espírito Santo. | Decreto nº 1531-R, de 30 de agosto de 2005 | Alterado pelo Decreto nº 3987/2016 |
| Cria a Penitenciária de Segurança Máxima II e o Centro de Detenção Provisória, ambos no município de Viana; e dá outras providências. | Lei Complementar nº 383, de 27 de março de 2007. | Não informado |
| Cria a Penitenciária Regional de São Mateus, o Pronto Atendimento de Saúde do Sistema Penal de Viana e o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim; e dá outras providências. | Lei Complementar nº 435, de 19 de março de 2008 | Não informado |

| | | |
|---|---|----------------|
| Cria o Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim, o Centro de Detenção Provisória de Itapemirim, o Centro de Detenção Provisória de Aracruz e o Centro de Detenção Provisória de São Gabriel da Palha; e dá outras providências. | Lei Complementar nº 449, de 21 de julho de 2008 | Não informado. |
| Cria o Centro de Detenção Provisória II de Viana e dá outras providências. | Lei Complementar nº 541, de 25 de fevereiro de 2010 | Não informado |
| Cria unidades prisionais e administrativas no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e dá outras providências. Seguintes unidades prisionais: Centro de Detenção e Ressocialização de Anchieta; Centro de Detenção Provisória de Vila Velha; Penitenciária I de Vila Velha; Penitenciária II de Vila Velha; Centro Prisional Feminino de Colatina; Penitenciária Feminina de Cariacica; Penitenciária Semiaberta de Cariacica; Penitenciária Semiaberta de Vila Velha. | Lei Complementar nº 555, de 30 de junho de 2010 | Não informado |
| Cria a Penitenciária Semiaberta de Cariacica e a Penitenciária Estadual de Vila Velha III e dá outras providências. | Lei Complementar nº 643, de 26 de outubro de 2012. | Não informado. |
| Altera a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado da Justiça, sem elevação da despesa. | Decreto nº 4.247 - R, de 10 de maio de 2018. | Não informado. |

Fonte: Adaptação realizada pela autora a partir do levantamento realizado no site da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2022).

O sistema prisional do Estado do Espírito Santo é gerido pela Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS), órgão do Governo Estadual responsável pela coordenação, pela articulação, pelo planejamento, pela implantação e pelo controle da Política Penitenciária Estadual, conforme a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (ESPÍRITO SANTO, 2021). A secretaria relata que sua missão é aplicar a Lei penal de forma humanizada (criada em 2004, pelo programa de humanização do Estado), garantir segurança a todos e promover à pessoa privada de liberdade condições dignas para a sua reintegração social (ESPÍRITO SANTO, 2015-2022).

Entretanto, em 2006, o sistema penitenciário do Estado do Espírito Santo passou por problemas estruturais e por terríveis episódios como torturas, superlotação, rebeliões e mortes. Isso deveu-se às estruturas precárias e às poucas expectativas de mudanças necessárias nos estabelecimentos prisionais. Essa problemática levou o Espírito Santo, no ano de 2006, a ser denunciado no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) pela situação gravíssima de superlotação (SANTOS; OBREGÓN, 2020).

Para ‘amenizar’ esta situação, o Estado, ainda no mesmo ano, resolveu instalar as celas e os contêineres de carga em alguns presídios da Grande Vitória: na Serra, no presídio de Novo Horizonte em (Figura 2); e em Cariacica, na Casa de Detenção Provisória de Cariacica e no presídio feminino de Tucum (SANTOS; OBREGÓN, 2020). Esta solução adotada em 2006 gerou uma crise no sistema penitenciário do ES por anos.

Figura 2 - Instalação das celas metálicas no presídio em Novo Horizonte na Serra (ES) em 2006.



Fonte: Albuquerque (2017).

Santos e Obregón (2020) relatam que, durante o referido período, nas prisões do ES, não havia condições de reintegração do sujeito à sociedade – pelo contrário, o estabelecimento ficou conhecido como símbolo de violação de diversos direitos fundamentais. Conforme relatos do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP, 2009), sob as celas metálicas, havia um rio de esgoto com insetos, roedores e todo tipo de sujeiras.

De acordo com Pinto (2018), o Estado teve que prestar esclarecimentos na 13ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)

que ocorreu em Genebra, em 2010, tanto por mortes e por esquadrejamentos ocorridos dentro de celas (que a imprensa estadual chamava de 'masmorras'), quanto por outras violações aos direitos humanos.

Esses relatos exemplificam o que Foucault (2018) denomina como suplício, uma pena corporal, dolorosa, com controle, manifestação de poder nas aplicações das sentenças e requintes de sofrimento. No caso das prisões-contêiner, esses suplícios ocorreram de forma degradante e desumana, pois os sujeitos eram retidos nas celas antes das aplicações das penas.

Para Foucault (2018), a prisão é uma forma imediata de controle sobre o sujeito. Em estudos sobre métodos punitivos, o autor argumenta que a prisão sempre aplicou medidas de sofrimento físico. Como já dito, a prisão vem, ao longo de sua história, se constituindo como uma forma de condicionar o sujeito a torná-lo dócil e útil, por meio de um trabalho preciso sobre seu corpo (FOUCAULT, 2018). Dessa forma, além de a prisão não reintegrar, ela passa a ser utilizada apenas como depósito de pessoas.

Sob essa realidade já constatada, o sistema prisional do ES passou por uma nova reestruturação a partir de 2009. Algumas instituições foram construídas para resolver a situação de superlotação e outros problemas humanitários nos presídios. Uma delas foi o Complexo Penitenciário de Xuri, localizado no bairro Xuri, zona rural do município de Vila Velha no Estado do Espírito Santo; e suas unidades foram construídas a partir de 2010. O Xuri encontra-se composto por cinco (5) penitenciárias e um (1) Centro de Detenção Provisória, administrados pela Sejus. Cita-se também a Unidade de Internação Metropolitana, onde os menores em conflito com a lei cumprem medida socioeducativa sob a gerência do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (IASSES), autarquia da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SANTOS, 2019).

Nessa nova reformulação foram criadas secretarias/gerências na Secretaria de Estado da Justiça com o intuito de proporcionar uma nova visão ao sistema prisional do Estado por meio de programas e de projetos, entre outras ações. Foram implantadas a Gerência de Reintegração Social e Cidadania; Gerência de Educação e Trabalho; Subgerência de Educação nas prisões, entre outras, para administrar e monitorar projetos ou atividades voltadas para os reeducandos (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Em 2014, foi inaugurada neste Complexo a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, denominada Cora Coralina, que atende aos alunos/internos do

Complexo e do Centro de Detenção Provisória de Guarapari (CDPG), localizado no município de Guarapari (ES) (SANTOS, 2019). A sede administrativa está localizada próxima à entrada do Complexo, devido às aulas serem ministradas nas unidades prisionais. A educação formal no ambiente prisional capixaba foi possível através da parceria da Secretaria de Estado da Educação e a Sejus, amparada pela Portaria nº 042.R, de 21 de junho de 2005, que garantiu a constituição de salas de aulas nas unidades prisionais do ES (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Além da escola Cora Coralina no Complexo de Xuri, em Vila Velha (ES), o sistema prisional possui outras unidades escolares, conforme apresentado no Quadro 2, que atendem ao público privado de liberdade nos turnos matutino e vespertino. Entretanto, no Centro de Detenção Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim (CPFCI), está ocorrendo uma experiência de ensino também no período noturno (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Quadro 2 – Escolas das unidades prisionais do ES

| SRE | MUNICÍPIO | UNIDADES PRISIONAIS | ESCOLA REFERÊNCIA |
|------------|---|---|-----------------------------|
| Carapina | Serra | Centro de Detenção Provisória da Serra (CDPS) | EEEF Prof. Adevalni Azevedo |
| Vila Velha | Guarapari | Centro de Detenção Provisória de Guarapari (CDPG) | EEEF Cora Coralina |
| | Vila Velha | Penitenciária Estadual de Vila Velha I (PEVV I) | |
| | | Penitenciária Estadual de Vila Velha II (PEVV II) | |
| | | Penitenciária Estadual de Vila Velha III (PEVV III) | |
| | | Penitenciária Semiaberta de Vila Velha (PSVV) | |
| | Penitenciária Estadual de Vila Velha V (PEVV V) | | |
| Cariacica | Cariacica | Unidade de Custódia de Tratamento Penal (UCTP) | EEEF Nelson Mandela |
| | | Centro Prisional Feminino de Cariacica (CPFC) | |
| | Viana | Penitenciária de Segurança Máxima I (PSMA I) | |
| | | Penitenciária de Segurança Média I (PSME I) | |
| | | Penitenciária de Segurança Média II (PSME II) | |
| | | Centro de Detenção Provisória de Viana II (CDPV II) | |
| | Penitenciária Agrícola do Espírito Santo (PAES) | | |
| Linhares | Linhares | Penitenciária Regional de Linhares (PRL) | EEEF Prof. Manoel Abreu |
| | | Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares (CDRL) | |

| | | | |
|-------------------------|-------------------------|--|--------------------------------|
| | Aracruz | Centro de Detenção Provisória de Aracruz (CDPA) | EEEF Misael Pinto Netto |
| Barra de São Francisco | Barra de São Francisco | Penitenciária Regional de Barra de São Francisco (PRBSF) | EEEF Governador Lindenberg |
| Colatina | Colatina | Centro de Detenção Provisória de Colatina (CDPCOL) | EEEF Lions Club de Colatina |
| | | Centro Prisional Feminino de Colatina (CPFCOL) | |
| | | Penitenciária de Segurança Média de Colatina (PSMECOL) | |
| | | Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina (PSMCOL) | |
| | São Domingos do Norte | Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte (CDPSDN) | EEEF São Domingos |
| Cachoeiro de Itapemirim | Cachoeiro de Itapemirim | Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim (CPFCI) | EEEF Inah Werneck |
| | | Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim (PRCI) | |
| | | Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim (CDPCI) | |
| | Marataízes | Centro de Detenção Provisória de Marataízes (CDPM) | EEEF Domingos José Martins |
| São Mateus | São Mateus | Penitenciária Regional de São Mateus (PRSM) - Feminina | EEEF Ceciliano Abel de Almeida |
| | | Penitenciária Regional de São Mateus (PRSM) - Masculina | |
| | | Centro de Detenção Provisória de São Mateus (CDPSM) | |

Fonte: Espírito Santo (2021)

Apesar de todas essas ações de melhoria, o Estado ainda possui uma população carcerária considerável: o Estado ainda possui uma população carcerária considerável: 22.815 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes, até o primeiro semestre de 2021 (BRASIL, 2021). Esse é um dado preocupante, visto que os reeducandos possuem dispositivos para reduzirem parte da pena, um direito individual garantido por lei. Na próxima seção, apresentam-se os dispositivos instituídos pela Lei de Execução Penal para abatimento de pena, são eles: remição pelo trabalho, pelo estudo e pela leitura.

2.3 REMIÇÃO DE PENA: TRABALHO, ESTUDO E LEITURA

Com intuito de aprimorar os dispositivos reguladores da justiça criminal, foi publicada, em 11 de julho de 1984, a Lei nº 7.210, denominada Lei de Execução Penal¹³ (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012). O objetivo era efetivar as disposições de

¹³ A Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de junho de 1984, decorreu do Projeto de Lei nº 76 de 1983 uma legislação normativa que dispõe sobre as diretrizes para o cumprimento de pena no Brasil (TORRES, 2017).

sentença ou a decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (BRASIL, 1984). Por meio desse instrumento, atribuiu-se o trabalho, o estudo e a leitura como formas de remir a pena. No entanto, esses benefícios não foram criados ao mesmo tempo. O instituto da remição de pena iniciou-se pelo trabalho, ou seja, dispondo ao condenado em regime fechado ou semiaberto o direito de remir parte da pena por meio do trabalho. Assim sendo, a cada três dias de trabalho, é remido um de pena (TORRES, 2017).

A remição de pena é um direito individual, concedido aos reeducandos e garantido por lei, que tem por objetivo o abatimento de uma parte do período do cumprimento da pena em função da realização de algo. Contudo, a compreensão do termo remição pode gerar dificuldades para os não especialistas. Em alguns casos, verifica-se a dificuldade inclusive quanto a grafia da palavra. Nesta perspectiva, as terminologias remissão e remição representam significados diferentes para o direito penal. Pode-se afirmar que a remissão significa perdão e é um ato exclusivo do Presidente da República, de acordo com o artigo 84, inciso XII da Constituição Federal de 1988, e a remição, até então, consistia somente no pagamento de parte da pena, por meio de trabalho e de estudo (CAPEZ, 2011).

É importante destacar que mesmo o reeducando estando impossibilitado de trabalhar, por acidente, essa contagem não é alterada e nem cancelada, pois o benefício continua. Este amparo é assegurado por lei, no artigo 126, § 2º da LEP (BRASIL, 1984). Após várias discussões, houve a alteração desse instrumento pela Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, de autoria do senador da república Cristovam Buarque (TORRES, 2017).

A legislação trouxe, portanto, alterações especificamente à LEP, incluindo entre as diretrizes do tratamento penal brasileiro a garantia do direito ao reeducando de reduzir parte do tempo de pena também pelos estudos (TORRES, 2017). Diferentemente da remição por trabalho, este benefício era concebido para os internos de regime fechado, aberto e semiaberto. Na prescrição do artigo 126, o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir parte da pena por meio do trabalho e por estudo. No estudo, a contagem será realizada por meio da frequência escolar em atividades de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou

(TORRES, 2017).

superior, da seguinte forma: será (1) um dia de pena a cada (12) doze horas de aula. A remição pelo trabalho manteve as mesmas diretrizes anteriores.

Essa alteração na lei concede ao condenado voltar aos estudos ou, até mesmo, iniciá-los, seja na modalidade presencial ou a distância, condição que já é realidade em alguns presídios do país, desde que certificadas pelas autoridades educacionais competentes (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020). O artigo 21 da Lei nº 7.210, de 1984 determina que cada estabelecimento prisional deve possuir uma biblioteca, dependendo das suas condições, com livros instrutivos e recreativos para os reclusos (BRASIL, 1984).

Entretanto, apesar da LEP ter realizado mudanças na sua redação em 2011, algumas normas não foram aprimoradas. Por isso, o Departamento Penitenciário Nacional publicou a Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, que disciplina o Projeto da Remição pela Leitura, no Sistema Penitenciário Federal. Nas suas funções legais, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto 'Remição pela Leitura', em atendimento ao disposto na Lei de Execuções Penais, no que tange à Assistência Educacional aos presos custodiados nas respectivas Penitenciárias Federais. Parágrafo único. O referido Projeto poderá ser integrado a outros projetos de mesma natureza que venham a ser executados nas Penitenciárias Federais.

Art. 2º O Projeto visa à possibilidade de remição da pena do custodiado em regime fechado, em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, alterado pela Lei nº 12.433/2011, de 29 de junho de 2011, concomitantemente com a Súmula 341 do STJ, com o Art. 3º, III da Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação e com o Art. 3º, IV da Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o qual associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Art. 3º A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante um (01) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, vinte (20) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto (BRASIL, 2012, p.1).

Em 26 de novembro de 2013, foi publicada a Recomendação nº 44 como complemento à Portaria supracitada, conforme o Conselho Nacional de Justiça (2020). Essa edição foi solicitada pelos Ministérios da Justiça e da Educação, para definir as atividades educacionais complementares da remição de pena por meio do

estudo e para estabelecer os critérios de aplicação do benefício, nos casos em que os detentos se dedicam à leitura. Resolve no artigo 1º, inciso V,

V - estimular, no âmbito das unidades prisionais estaduais e federais, como forma de atividade complementar, a remição pela leitura, notadamente para apenados aos quais não sejam assegurados os direitos ao trabalho, educação e qualificação profissional, nos termos da Lei nº 7.210/84 (LEP - arts. 17, 28, 31, 36 e 41, incisos II, VI e VII), observando-se os seguintes aspectos:

- a) necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico visando à remição pela leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva;
- b) assegurar que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo DEPEND, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais;
- c) assegurar, o quanto possível, a participação no projeto de presos nacionais e estrangeiros submetidos à prisão cautelar;
- d) para que haja a efetivação dos projetos, garantir que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades;
- e) procurar estabelecer, como critério objetivo, que o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito dias), no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;
- f) assegurar que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;
- g) cientificar, sempre que necessário, os integrantes da comissão referida na alínea anterior, nos termos do art. 130 da Lei nº 7.210/84, acerca da possibilidade de constituir crime a conduta de atestar falsamente pedido de remição de pena;
- h) a remição deverá ser aferida e declarada pelo juízo da execução penal competente, ouvidos o Ministério Público e a defesa;
- i) fazer com que o diretor do estabelecimento penal, estadual ou federal, encaminhe mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informações sobre o item de leitura de cada um deles, conforme indicado acima;
- j) fornecer ao apenado a relação dos dias remidos por meio da leitura (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013, p. 3).

Nessa Recomendação, os sistemas prisionais poderiam adotar o projeto como benefício ou não no estabelecimento prisional, por constituir-se, até então, como uma recomendação e não obrigatoriedade. Cabe esclarecer que o projeto de remição pela leitura foi instituído em 2009, no interior da penitenciária federal de Catanduva, no Estado do Paraná, pela equipe de especialistas e de técnicos em execução penal.

Salienta-se, como a primeira iniciativa, que se tem registro no país (TORRES, 2017). Além do Paraná¹⁴, outros Estados instituíram o projeto de remição pela leitura nas unidades prisionais.

Recentemente o Departamento Penitenciário Nacional publicou a Nota Técnica nº 1/2020 sobre remição de pena pela leitura. Essa nota teve o objetivo de orientar os Estados na institucionalização e na padronização das atividades de remição de pena pela leitura e resenhas de livros no sistema prisional brasileiro. Tal iniciativa foi o marco inicial para a criação do Programa Nacional de Remição de Pena pela Leitura no Brasil (BRASIL, 2020). Estão identificados no Quadro 3 os Estados brasileiros que possuíam projetos de leitura voltados aos reeducandos nas suas unidades prisionais até 2019.

Quadro 3 - Normativas estaduais que regulamentam a remição pela leitura por Unidade Federativa e Sistema penitenciário

| ESTADO | INÍCIO/ANO | LEGISLAÇÃO | NOME DO PROJETO |
|---|------------|--|--|
| Sistema Penitenciário Federal SPF/Depen | 2009 | Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, Justiça Federal (JF) / Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) | Remição pela Leitura |
| Acre | 2015 | Portaria nº 02, de 5 de fevereiro de 2015 (Vara de Execução Penal) | Leitura Livre |
| Alagoas | 2017 | Portaria nº 2, de 10 de abril de 2017, (Vara Criminal da Capital/Execução Penais) | Projeto Lêberdade |
| Amapá ¹⁵ | 2019 | Portaria nº 001, de 12 de março de 2019, da Vara de Execução Penal do TJAP | Remição pela Leitura |
| Amazonas | 2015 | Portaria nº 027/2015 – GAB/SEC/SEAP datada de 06/08/2015, publicada no DOE 09/06/2015 PG 16,17: e PROVIMENTO nº 272-CGJ/AM | Programa de Remição da Pena Através da Leitura |
| Bahia | 2014 | Provimento 001/2018-CGJ/BA e Procedimento Operacional 03/19 Superintendência de Ressocialização | Há diversos projetos em distintos estabelecimentos penais |
| Ceará | 2016 | Lei Estadual nº 15.718, de 26 de dezembro de 2014, publicada em 06.01.2015 | Livro Aberto |
| Distrito Federal | 2018 | Portaria nº 10, de 17 de novembro de 2016 (Vara de Execuções Penais) | Ler Liberta |
| Espírito Santo | 2017 | Não há regulamentação própria | Ler Liberta; Remição pela Leitura; Virando a Página e a Hora de Ler e Voar |

¹⁴ O Paraná foi o primeiro Estado da Federação a regulamentar a Remição pela Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Prisionais, instituído pela Lei Estadual nº 17.329/2012, como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011 (PARANÁ, 2020).

¹⁵ O Estado do Amapá foi inserido no quadro pela autora, pois não constava no levantamento.

| | | | |
|---------------------|------|---|--|
| Goiás | 2014 | Portaria nº 01/2018 – TJGO/MPGO/DGAP/SEDUCE | Programa de Remição pela Leitura |
| Maranhão | 2017 | Lei Estadual 10.606, de 30 de junho de 2017 | Projeto Leitura Interativa |
| Mato Grosso | 2018 | Provimento nº 24/2013-CGJ/MT | Remição pela Leitura |
| Mato Grosso do Sul | 2014 | Portaria Conjunta das VEPs (Varas de Execuções Penais) nº 001-2019, de 16 de abril de 2019. | Remição pela Leitura; Educando para a Liberdade |
| Minas Gerais | 2014 | Resolução Conjunta SEDS/TJMG nº 204/2016 | Projeto de Remição pela Leitura |
| Pará | 2012 | Portaria Conjunta nº 276 TJPA-Susipe-Seduc | A Leitura que liberta |
| Paraíba | 2016 | Provimento nº 13/2013 da Corregedoria Geral de Justiça – Tribunal de Justiça da Paraíba | Projeto de Remição pela Leitura |
| Paraná | 2012 | Lei 17.329/12 – Diário Oficial nº 8814, de 8 de outubro de 2012 | Remição pela Leitura |
| Pernambuco | 2017 | Portaria Conjunta entre a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e Secretaria Estadual de Educação nº 001/2016 | Remição de Pena pela Leitura |
| Piauí | 2015 | Não existe legislação estadual específica. Segue a Lei de Execução Penal (7.210/84) | Leitura Livre |
| Rio de Janeiro | 2016 | Resolução da Secretaria de Administração Prisional nº 722, de 07 de agosto de 2018 | Remição de Pena pela Leitura |
| Rio Grande do Norte | 2017 | Lei Estadual nº 10.182, de 21 de fevereiro de 2017 | Projeto Remição pela Leitura |
| Rio Grande do Sul | 2019 | Portaria da Superintendência dos Serviços Penitenciários nº 33/2019 | Remição pela Leitura |
| Rondônia | 2014 | Portaria 004/2015/VEP | Remição pela Leitura |
| Roraima | 2017 | Portaria Conjunta entre a Secretaria da Justiça e da Cidadania, Secretaria de Estado da Educação e Desportos e Vara de Execução Penal nº 010/2017 | Leitura pela Libertação |
| Santa Catarina | 2016 | Termo de cooperação técnica entre as Secretarias de Justiça e Cidadania e a Secretaria de Estado da Educação | Projeto Despertar pela Leitura |
| São Paulo | 2009 | Lei nº 16.648, de 11 de janeiro de 2018 – ALESP | Clubes de Leituras; Remição pela Leitura: dos Direitos Educativos ao Acesso à Justiça; e outros. |
| Sergipe | 2019 | Lei nº 8.420, de 22 de maio de 2017 | Remição pela Leitura |
| Tocantins | 2014 | Portaria 12 de 02 de junho de 2015 TJ/TO – Palmas | Remição pela Leitura |

Fonte: Adaptação realizada pela autora a partir do levantamento realizado pela COECE e RBEP/DEPEN (BRASIL, 2020).

Como se pode notar, o Estado do Espírito Santo não possui uma regulamentação própria sobre o projeto Remição pela Leitura. Desde 2017, o Estado apresenta projetos em parceria com algumas instituições públicas e privadas por iniciativas da direção de cada estabelecimento. O projeto Ler Liberta, por exemplo, foi criado pela Subgerência de Educação nas Prisões em parceria com a Faculdade de

Direito de Vitória (ES). Em 2016, a defensora pública Karina Rocha Mitleg Bayerl, da Defensoria Pública da União no Espírito Santo, por meio de uma iniciativa de arrecadar livros para o acervo dos presídios do Estado, idealizou a campanha Remir pela Leitura (DIAS, 2016). Mediante esta ação, ela iniciou a tratativa acerca de uma possível conversa com o governo do Estado, a fim de que um projeto de lei fosse à apreciação dos deputados na Assembleia Legislativa para formalizar a remição de penas.

No Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias sobre as atividades educacionais realizadas nos estabelecimentos prisionais, no período de julho a dezembro de 2019, o Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo utiliza a nomenclatura Remição pelo estudo através da Leitura (BRASIL, 2020). Em destaque na Figura 3, até dezembro de 2019, somente 51 internos participaram desse projeto. Um dado preocupante, pois a população prisional neste mesmo período era de 23.427 reeducandos. Nota-se que há poucos reeducandos em outras atividades educativas e nenhum participante da Remição pelo estudo através do esporte (BRASIL, 2020).

Entretanto, segundo Levantamento realizado no período de janeiro a junho de 2021, 11,43% dos internos realizaram atividades educacionais (Figura 4), e novamente não aparece nenhum dado sobre a Remição pelo estudo através da Leitura (BRASIL, 2021). É importante destacar que, segundo dados do Depen de 2021, a população carcerária do ES era de aproximadamente de 22.815 reeducandos em todos os regimes. Como em 2020, não há nenhum participante na Remição pelo estudo através do esporte (BRASIL, 2021).

Figura 3 – Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN do Espírito Santo em 2019.



Figura 4 – Dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do DEPEN do Espírito Santo em 2021



Fonte: Brasil (2021).

Assim, faz-se necessária a implantação de políticas públicas no sistema prisional do Estado que viabilizem a regulamentação de projetos voltados à remição de pena pela leitura, para que o sujeito possa ter a oportunidade de remir a pena por meios educacionais. Para os autores Garutti e Oliveira (2012), a educação passa a assumir uma função preponderante no processo de consciência social.

No dia 4 de maio de 2021, realizou-se uma sessão ordinária no plenário do Conselho Nacional de Justiça para aprovação da Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, que regulamenta a remição por estudo e que estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades prisionais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). O artigo 2º determina o reconhecimento do direito de remir a pena mediante participação em práticas sociais educativas, como atividades escolares, não-escolares e leitura de obras literárias.

A Resolução explica que as atividades escolares são aquelas organizadas pelos sistemas oficiais de ensino de competência do Estado, do Distrito Federal e pelo Sistema Penitenciário Federal da União, no qual cumprem os requisitos legais de carga horária. Já as práticas sociais educativas não-escolares, são relatadas como atividades de socialização, de aprendizagem coletiva ou de autoaprendizagem, com possibilidades educativas para além das disciplinas (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

Com essa Resolução, para a efetivação do reconhecimento do direito de remir a pena pelas atividades de educação escolar e não-escolar, o reeducando terá que participar ativamente das atividades e apresentar o número de horas equivalentes à efetiva participação. Contudo, com o artigo 5º, o reeducando terá o direito de remir sua pena por meio da leitura de qualquer obra literária, independentemente de participação em projetos ou de listagem de títulos autorizados (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021), mas levando-se em consideração as seguintes recomendações:

I – a atividade de leitura terá caráter voluntário e será realizada com as obras literárias constantes no acervo bibliográfico da biblioteca da unidade de privação de liberdade;

II – o acervo bibliográfico poderá ser renovado por meio de doações de visitantes ou organizações da sociedade civil, sendo vedada toda e qualquer censura a obras literárias, religiosas, filosóficas ou científicas, nos termos dos art. 5º, IX, e 220, § 2º, da Constituição Federal;

III – o acesso ao acervo da biblioteca da unidade de privação de liberdade será assegurado a todas as pessoas presas ou internadas cautelarmente e àquelas em cumprimento de pena ou de medida de segurança, independentemente do regime de privação de liberdade ou regime disciplinar em que se encontrem;

IV – para fins de remição de pena pela leitura, a pessoa em privação de liberdade registrará o empréstimo de obra literária do acervo da biblioteca da unidade, momento a partir do qual terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para realizar a leitura, devendo apresentar, em até 10 (dez) dias após esse período, um relatório de leitura a respeito da obra, conforme roteiro a ser fornecido pelo juiz competente ou Comissão de Validação;

V – para cada obra lida corresponderá a remição de quatro (4) dias de pena, limitando-se, no prazo de (12) doze meses, a até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas e assegurando-se a possibilidade de remir até quarenta e oito (48) dias a cada período de 12 (doze) meses (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021, p. 5).

Tal resolução veio para demonstrar a importância da biblioteca nos espaços privados de liberdade, por esta ser uma relevante ferramenta para o desenvolvimento educativo, social e cultural do reeducando. A biblioteca pode estimular no reeducando o gosto pela leitura e amenizar, de forma criativa, o tempo vivido no período da reclusão.

3 BIBLIOTECAS PRISIONAIS: NOS TRILHOS DA BIBLIOTECONOMIA E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, discute-se a contribuição da Biblioteconomia nas análises científicas sobre a função da biblioteca no contexto prisional. A Biblioteconomia é pioneira nesse assunto e constitui-se como uma área que influencia e interage com a Ciência da Informação tratando dessa temática. Explora-se, no âmbito da CI, o campo social e os relacionamentos com outras disciplinas que colaboram para o entendimento desta temática.

Aborda-se a biblioteca prisional a partir de conceitos, de características e de funcionalidades dentro da estrutura organizacional do sistema prisional, observando-se a literatura nacional e a internacional. Após tal contextualização, apresentam-se padrões e recomendações voltadas às bibliotecas prisionais, com intuito de conhecer e apresentar as diretrizes que possam ser adotadas por instituições dessa natureza.

Para melhor entendimento, as buscas foram realizadas seguindo a relevância histórica dessas orientações e sua notoriedade para os serviços e para as atividades das bibliotecas em estabelecimentos prisionais. Para abordar a biblioteca prisional no Brasil, buscou-se identificar, na literatura, contribuições e desafios enfrentados pelas bibliotecas no ambiente prisional. Posteriormente, são destacadas as pesquisas desenvolvidas sobre a biblioteca prisional no âmbito de teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil.

3.1 BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL

A Biblioteconomia configura-se como um campo dedicado aos métodos e aos processos orientados à organização do conhecimento. Ao longo da sua história, ela desenvolveu atividades de organização e de conservação de documentos, sendo conhecida, no seu sentido restrito, como campo que organiza, gerencia e disponibiliza o acervo de bibliotecas (ORTEGA, 2004). Esses procedimentos organizacionais, segundo Le Coadic (2004), são práticas ou simplesmente uma arte de organizar as bibliotecas. Entretanto, Saracevic (1996, p. 48-49) explica que,

Essas atividades são realizadas pelas bibliotecas não apenas como uma organização particular ou um tipo de sistema de informação, mas principalmente, como uma instituição social, cultural e educacional indispensável, de valor comprovado muitas vezes ao longo da história humana e através das fronteiras das diferentes culturas, civilizações, nações ou épocas.

Desde a sua origem, a Biblioteconomia vem acompanhando o surgimento das primeiras coleções, que, por meio das descobertas realizadas em 1975, tem gênese plausível no rico acervo de registros em tábulas de argila da Biblioteca de Ebla, localizada na Síria (ORTEGA, 2004). A autora menciona que as bibliotecas na Antiguidade eram constituídas para abrigar o conhecimento humano e que a biblioteca de Alexandria, por exemplo, foi uma que se destacou neste processo e parte do seu acervo foi constituído de livros copiados. No decreto de Ptolomeu III, os navios que parassem em Alexandria tinham que entregar livros para assim copiá-los e, nesse processo, a biblioteca de Alexandria ficou conhecida como uma das maiores e mais famosas da Antiguidade, apesar de ter sofrido saques e de ter passado por desastres naturais (ORTEGA, 2004).

Na Idade Média, as bibliotecas eram administradas por ordens religiosas, responsáveis pela preservação e pela guarda dos registros culturais greco-romanos (ORTEGA, 2002). De acordo com Santos e Rodrigues (2013), a invenção da imprensa por volta de 1440, provocou um rompimento do poder da igreja sobre a produção de manuscritos, ofício que, antes, era realizado por copistas dos mosteiros e que, depois do advento da imprensa, passou a ser executado em outros locais especializados.

No decorrer da Idade Antiga e Idade Média, as bibliotecas, os arquivos e os museus organizavam e armazenavam toda documentação e eram considerados durante períodos como uma mesma entidade. Entretanto, a partir da Idade Moderna, com a produção bibliográfica, a biblioteca passou a adquirir maior relevância social e passou a existir separadamente (ORTEGA, 2004). Essa revolução na produção do livro contribuiu para aumentar a distribuição das obras, mas também para baixar seu custo (ORTEGA, 2002).

A importância social da biblioteca pode ser reconhecida a partir do século XVII, nos países desenvolvidos da Europa e, em seguida, nos Estados Unidos, onde surgiu a biblioteca pública moderna, que era organizada com obras gerais e aberta ao público (ORTEGA, 2002). Neste sentido, Santos e Rodrigues (2013, p. 119) relatam que “[...] a biblioteca pública passou a representar a modernidade, em oposição às bibliotecas da Antiguidade e da Idade Medieval que a antecederam”. Além do mais, Ortega (2004) destaca que, com o surgimento da biblioteca pública e o crescimento das publicações periódicas, a Biblioteconomia seguiu novos caminhos e ganhou visibilidade social.

Essa visibilidade humanística desenvolveu-se a partir dos moldes orientados pelas Ciências Sociais, que, por sua vez, eram inspiradas pela Escola de Chicago. Neste percurso, o bibliotecário e a biblioteca passaram a ter uma função social reconhecida e definida por esta instituição, considerada, dos anos de 1930 até 1960, como um centro intelectual da Biblioteconomia nos Estados Unidos (ORTEGA, 2004). Destaca-se a influência do bibliotecário Jesse Shera (1903-1982), neste campo social, um teórico que

[...] levanta a questão dos elementos centrais na construção de uma perspectiva epistemológico-social, a saber: o papel social do bibliotecário, a relação entre o pensamento bibliotecário, o conhecimento e os registros da sociedade, a relevância central da linguagem no campo, a noção de biblioteca como construção social; relações de constituição entre cultura e instituições bibliotecárias (BOZZETTI; SALDANHA, 2017, p. 85, tradução nossa).

Para Shera (1980), a Biblioteconomia tem um importante papel de compromisso social, firmado entre a sociedade e a profissão. O autor, juntamente com Margaret Egan, contribuiu não só para o desenvolvimento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, produzindo estudos sobre armazenagem e sobre recuperação da informação; mas também para a idealização do conceito de Epistemologia Social, que posteriormente se corporificou como uma disciplina científica, proposta a partir da década de 1950 (ALVARES; ARAÚJO JÚNIOR, 2010). Além disso, Shera (1977) destaca que a finalidade da Biblioteconomia é servir à sociedade independentemente do nível intelectual em que o sujeito se encontra, potencializando a utilização social dos registros gráficos.

Neste percurso, foi possível evidenciar as contribuições do bibliotecário indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), para a criação do mais conhecido sistema de classificação facetado no campo da Biblioteconomia e pela formulação das cinco leis da Biblioteconomia: (i) os livros são para serem usados; (ii) a cada leitor, o seu livro; (iii) cada livro, o seu leitor; (iv) poupe o tempo do leitor; e (v) a biblioteca é uma organização em crescimento (ÁLVARES; ARAÚJO JÚNIOR, 2010).

Na primeira Lei da Biblioteconomia, Ranganathan (2009) relatou o princípio fundamental de que os livros são para serem usados. No entanto, durante séculos, os livros foram acorrentados às estantes, mas a situação foi alterada com a invenção da imprensa. Entretanto, mesmo depois de desacorrentados, os livros ainda possuem restrições para serem manuseados livremente em determinados ambientes (RANGANATHAN, 2009).

A segunda Lei da Biblioteconomia surgiu no rastro da primeira Lei, com intuito de avançar o grito revolucionário do livro para cada pessoa (RANGANATHAN, 2009). O autor abordou, nesta Lei, os livros como instrumentos educacionais, posto que os livros educam, fornecem informação e trazem alívio e recreação para o leitor. Esta Lei é um potencial a ser alcançado, no âmbito do direito de acesso à educação para todos (RANGANATHAN, 2009). Diante disso, Ranganathan (2009, p. 87) traz um verso¹⁶ inclusivo “[...] livros para os letrados e livros para os apenados, temos livros para todos e para cada um e para todos”.

De acordo com Ranganathan (2009), a terceira Lei da Biblioteconomia é um complemento da segunda Lei: trata-se do encontro do livro com o seu leitor, ou seja, do livre acesso a obras – já que o leitor deve ter a oportunidade de caminhar pela biblioteca e escolher o livro que mais o agrada, além da possibilidade de encontrar outras obras durante este caminhar (RANGANATHAN, 2009). É sabido que os leitores livres nem sempre caminham aleatoriamente pelos corredores de uma biblioteca, mas os serviços de uma biblioteca devem estar constantemente voltados para os interesses do público (RANGANATHAN, 2009). Todavia esse livre acesso não acontece em todas as bibliotecas, pois cada uma possui particularidades e restrições relativas aos espaços onde estão inseridas.

A quarta Lei aborda um interesse central e exclusivo nos leitores, com o intuito de poupar o tempo do leitor e prestar atenção na economia de tempo que este possa ter dentro de uma biblioteca (RANGANATHAN, 2009). Neste processo, é fundamental a participação do bibliotecário para auxiliar o leitor na obtenção da informação. O autor explica que o bibliotecário de referência disponibiliza toda a sua experiência e todo o seu conhecimento construído ao longo dos anos para economizar o tempo do leitor, disponibilizando de maneira mais rápida e mais precisa a informação para ele.

A quinta Lei da Biblioteconomia apresenta as características essenciais da biblioteca como instituição e suas transformações. Ranganathan (2009) descreve que a biblioteca possui atributos que a leva a absorver matéria nova, podendo transformar-se, mudar de tamanho e assumir novas aparências e formatos. Além das mudanças estruturais que a biblioteca passa nas instituições, deve-se ter a consciência de que a mesma é um organismo vivo, é educativa e é igualitária. Por isso, tem que estar constantemente em movimento para não paralisar e não perecer (RANGANATHAN,

¹⁶ Coral do movimento por bibliotecas: “O Coral da Biblioteca” (RANGANATHAN, 2009, p.86-87).

2009). Outro princípio vital da biblioteca, abordado por Ranganathan (2009), é considerá-la como um instrumento de educação universal, que reúne e que dissemina livremente o conhecimento.

Neste percurso sobre os marcos teóricos da Biblioteconomia, cabem também entendimentos sobre a Biblioteconomia no Brasil. Esta trajetória remonta às primeiras bibliotecas (que surgiram nas ordens religiosas dos Beneditinos, dos Franciscanos e dos Jesuítas) e também à implantação do ensino de Biblioteconomia (CASTRO, 2000). Neste processo, o autor destaca a notabilidade da Biblioteca Nacional (fundada em 1810) como *locus* da gênese do movimento para a criação do ensino da Biblioteconomia Brasileira. Neste período, o acesso à Biblioteca Nacional era restrito: apenas estudiosos ou pessoas com consentimento régio a utilizavam. Somente a partir de 1814, seu acesso foi liberado para todos (CASTRO, 2000).

Em meados do século XIX, surgiram outras bibliotecas, em especial, as bibliotecas públicas estaduais, fundadas em Sergipe (no ano de 1851), Pernambuco (em 1852), no Espírito Santo (em 1855), no Rio Grande do Sul (em 1871), dentre outras, com objetivo de atender à sociedade (FONSECA, 2007). Para Ortega (2002), a biblioteca pública foi e ainda é uma instituição com viés mais humanístico e menos técnico, em virtude da área de Biblioteconomia percorrer um caminho social, engajada na disponibilização do acesso à informação para o coletivo.

Para Targino (2006), a Biblioteconomia interage com o campo social não somente pelo conhecimento adquirido (ou seja, por reunir, organizar e disseminar o conhecimento registrado), mas também pela relevância atribuída à possível mudança dos grupos humanos. Neste cenário, o papel do bibliotecário é desafiador por conduzir práticas sociais em ambientes diferenciados e pouco explorados pela área, como presídios, comunidades carentes ou ambientes que necessitam de uma atuação mais humana do profissional.

Por tais encaminhamentos, direcionaram-se as observações pelas dimensões sociais da Ciência da Informação. Carvalho (2016) explica que existe um vínculo entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, pois ambas estão preocupadas com o seu papel social na utilização da informação. Silva e Freire (2020), em estudos sobre a epistemologia e a historiografia da Ciência da Informação, relatam a importância de conhecer a origem social da CI. Para os autores, a CI é uma ciência recente, que é classificada como uma ciência social e que tem, em seu escopo, uma discussão sobre sua identidade e seu enquadramento dentro da literatura científica (SILVA; FREIRE,

2020). Isso deve-se às vertentes teóricas que perpassam sua origem, sua fundamentação e suas características. Desse modo, a CI vem construindo sua identidade e suas teorias científicas.

A conceituação e a fundamentação da CI é contestada pela Bibliografia, pela Documentação e pela Biblioteconomia. Na concepção de Pinheiro (1999), as raízes da CI emergem da ramificação entre a Bibliografia, a Documentação e a Recuperação da Informação. Entretanto, para Le Coadic (2004), a CI tem origem anglo-saxônica, fundamentada a partir da Biblioteconomia, e seu objeto de estudo é a informação. Na perspectiva de Silva e Freire (2020), para compreender a Ciência da Informação, faz-se necessário atentar para a ação social, a política, a história, a economia e a ideologia do seu desenvolvimento e as suas contribuições para a ciência e sociedade. Em relação a sua origem, acredita-se em duas vertentes: a primeira é que o processo informacional existiu antes da explosão informacional e das problemáticas identificadas nesse processo; e a segunda, em outro entendimento, é que a CI surgiu no período da Segunda Guerra Mundial (SILVA; FREIRE, 2020).

A primeira vertente sinaliza que a CI teve origem no século XIX, com pesquisas sobre métodos para tratamento da informação. Considera-se como marco, as contribuições de Paul Otlet e Henri La Fontaine, a elaboração da Classificação Decimal Universal (CDU), inspirada no sistema de classificação de Melvin Dewey (CDD), em 1876, e o Movimento de Documentação, em 1890 (SILVA; FREIRE, 2020). Na visão de Freire (2006), Paul Otlet acreditava que a ação de recuperar uma informação era capaz de operar a comunicação intelectual e a mudança social esperando que o acesso à informação viesse a formar uma organização mundial da informação, iniciando, assim, uma ideia do que seria a CI.

A partir da 1ª Conferência Internacional de Bibliografia ocorrida em Bruxelas, Otlet e La Fontaine fundaram, em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB). A denominação foi alterada após 1931, para Instituto Internacional de Documentação e, por fim, em 1938, passou a ser conhecido como Federação Internacional de Documentação (PINHEIRO, 2002).

A segunda vertente da gênese da CI está relacionada à Biblioteconomia. Nesta linha, criou-se uma marca identitária que a tornaria CI, a partir da vertente da biblioteca pública, visto que esta ganhou renome como instituição socializadora e acessível aos cidadãos e necessitava de técnicas organizacionais para disseminação da informação contida nas obras bibliográficas (SILVA; FREIRE, 2020). Na concepção de Silva e

Freire (2020), há um embate entre a Documentação e a Biblioteconomia, quanto ao surgimento da CI, principalmente nas influências de cientistas norte-americanos após a Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Saracevic (1996), o ímpeto de desenvolvimento e a própria origem da CI podem ser identificados no artigo *As we may think*, do americano Vannevar Bush, em 1945. Neste artigo, Vannevar Bush identifica, inicialmente, o problema crítico a ser explorado: o crescimento exponencial da informação e de seus registros, a chamada explosão informacional; e no segundo momento, propôs uma solução que seria um ajuste tecnológico, usando as incipientes tecnologias de informação para combater o problema.

Neste processo, propôs uma máquina chamada Memex para associar ideias, duplicando os processos mentais artificialmente, uma outra percepção relacionada ao nascimento da CI (SARACEVIC, 1996). Diante dessas breves contribuições sobre o aparecimento da Ciência da Informação, Silva e Freire (2020) destacam que sua origem pode ser somada a fatores ou a eventos configurados desde o final do século XIX, e que sua gênese se encontra na armazenagem e nos atributos da informação, no contexto da explosão informacional, na recuperação da informação ou em debates dos campos da Bibliografia, da Documentação e da Ciência da Informação.

Importante destacar que, o breve histórico descrito aponta para as raízes históricas da Ciência da Informação como oriundas do século XIX, constando as disciplinas Bibliografia, Documentação e Biblioteconomia como precursoras. No entanto, pode-se acrescentar outras áreas do conhecimento, como Arquivologia, Museologia e Gestão da Informação, que atualmente se articulam com o campo da Ciência da Informação (SILVA; FREIRE, 2020).

Alguns eventos contribuíram para o início da CI. Em 1948, a Conferência no *Royal Society Scientific Information*, em Londres, reuniu 340 cientistas e documentalistas de todas as áreas do conhecimento com a finalidade de resolver os problemas da gestão da informação. Neste evento, foram tratados temas relacionados à política editorial, distribuição e classificação de periódicos (ALVARES; ARAÚJO JÚNIOR, 2010). Alvares e Araújo Júnior (2010) destacam que a CI surgiu em decorrência das reuniões ocorridas na Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, em 1961 e 1962, com o treinamento de especialistas da informação.

Na década de 1950, os bibliotecários americanos Jesse Shera e Margaret Egan, como relatado anteriormente, propuseram uma disciplina chamada

Epistemologia Social que contextualizou socialmente os processos informacionais (MACEDO, 2013). Essa disciplina contribuiu para o desenvolvimento social da CI. Para Renault e Martins (2007), a epistemologia tradicional não compreendia os processos intelectuais da sociedade, por isso houve a necessidade de uma nova epistemologia que estabelecesse uma relação entre o sujeito e o conhecimento. De acordo com Saldanha (2020), entre as décadas de 1950 e 1960, Shera apresentou alguns fragmentos humanísticos para o campo social da Ciência da Informação. Shera (1970) acreditava que a Teoria Sistêmica da Informação, que foi responsável pela criação da CI, envolvia a ação da informação na sociedade.

A partir da década de 1960, foram sistematizados os primeiros conceitos e fundamentos da área (ALVARES; ARAÚJO JUNIOR, 2010). Harold Borko (1968) foi um dos precursores na conceituação da CI como uma disciplina que investiga as propriedades e os comportamentos da informação, a fim de otimizar sua acessibilidade e sua utilização relacionados à origem, coleção, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Pinheiro (2002) relata que, na década de 1960, foi possível verificar a influência da UNESCO, criada em 1945 pelas Nações Unidas, na implantação de centros de informação em países periféricos, bem como na constituição e na inclusão da informação no processo de desenvolvimento de políticas públicas.

Para Andrade e Oliveira (2008), a história da CI brasileira perpassa a história dessa instituição. Contudo, a Ciência da Informação no Brasil, de acordo com Lima (2017), passa por um processo de amadurecimento, por causa de sua origem recente. Assim, a partir da década de 1970, a CI iniciou seus fundamentos voltados a perspectiva social. Autores como Wersig e Nevelling (1975) relatam que transmitir o conhecimento para os que necessitam é uma responsabilidade social e essa competência parece ser o verdadeiro fundamento da Ciência da informação.

Neste sentido, Pinheiro (1999) explica que a CI tem suas raízes, em princípio, vêm da bifurcação da Bibliografia, da Documentação e da Recuperação da Informação e apresenta interfaces com a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Sociologia da Ciência, entre outras áreas do conhecimento. No entanto, a autora adverte que a CI tem seu próprio estatuto científico, como ciência social, interdisciplinar.

Essa colaboração com outras áreas é apresentada por alguns autores (LE COADIC, 2004; PINHEIRO, 1999; 2002; SARACEVIC, 1996), como uma

característica exposta no campo científico da CI, apoiada pela interação e pela troca de conhecimento com as disciplinas. Para González de Gómez (2001), quando há um problema que exige uma resolução de diferentes saberes, é possível dizer que estamos em uma situação interdisciplinar.

A conexão da CI com outras disciplinas colabora para que seus estudos partam do reconhecimento de sua natureza social, relacionando-os ao novo papel da informação na sociedade (PINHEIRO, 1999). A natureza social da CI também é relatada por Le Coadic (2004) como uma ciência preocupada em esclarecer um problema social concreto, o da informação, e voltada para o ser social que procura informação.

Neste contexto, a CI pode colaborar com pesquisas ou com atividades que favoreçam a inclusão social dos sujeitos em privação de liberdade, por meio dos processos de apropriação da informação e de construção do conhecimento. Estes processos, por sua vez, podem ser propiciados por práticas sociais e educacionais e por serviços, com objetivo de atender às necessidades informacionais desses sujeitos no cárcere (SOUSA; PINTO; FARIAS, 2020).

Em pesquisas correntes da área, há relatos da dificuldade de definir o campo da Ciência da Informação, mas este impasse não é um problema recente. A autora Lena Vania Ribeiro Pinheiro relata que, na década de 1990, a Ciência da Informação caminha por um território acidentado e inexplorado, mas que, a cada panorama, ela mostra toda a sua beleza e mistério. Mas definir que tipo de ciência é a CI é uma tarefa difícil, mas o que sabemos é que aqueles que se dedicam aos seus estudos, constroem caminhos e buscam novos desafios (PINHEIRO, 1999).

Nesta perspectiva, Saldanha (2020), um pesquisador da epistemologia da CI, confirma que está cada vez mais difícil fundamentar a CI, pois as dificuldades de definir seus núcleos e fronteiras, bem como sua historiografia, são consequências de uma filosofia representacional pautada em questões contextuais. Diante desse quadro, Rabello (2012) explica que a suposta crise de identidade da CI pode estar relacionada à permanente busca de parâmetros disciplinares.

Assim, constatou-se que, entre esses questionamentos da gênese da CI, existem indicadores pontuais para sua condição social, visto que essa relação é norteada para suprir as necessidades informacionais de um sujeito ou de grupo. Na CI, são necessários mais estudos para a compreensão da própria identidade e de suas contribuições no âmbito social.

Conclui-se que a CI tem um campo vasto de estudos, que necessita ser explorado e compartilhado com outras áreas de conhecimento. De acordo com Saldanha (2020), a CI, como uma ciência social aplicada, importa inúmeros conceitos das ciências sociais e das ciências humanas, e apresenta uma grande rede de empréstimo de vocábulos de diferentes disciplinas.

Por meio dessas abordagens, foi possível buscar aproximações com estudos desenvolvidos pelo filósofo e antropólogo francês Bruno Latour sobre as bibliotecas e as perspectivas sociais da Ciência da Informação. O pesquisador, além de realizar investigações sobre dilemas da ciência moderna, sobre tecnologia e sobre coletivo, desenvolveu pesquisas em aproximação com a CI para abordar conceitos de informação e da biblioteca para o coletivo.

Outra influência dos estudos do autor ocorreu em 1995, por convênio CNPq/IBICT-UFRJ/ECO, quando a Pós-graduação em Ciência da Informação criou um grupo de estudos sobre ensino e pesquisa da Teoria ator-rede, no original, *Actor Network Theory* (ANT) de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (PEREIRA, 2000). Pereira (2000) relata que este modelo remove todo e qualquer privilégio central que os candidatos humanos e não-humanos detém verdadeiramente sobre as coisas.

Compreende-se que as contribuições de Bruno Latour são expressivas para o campo da CI. De acordo com Araújo (2009), o autor colaborou em temáticas sobre: a adoção de estudos sociais do conhecimento; a aplicação da Teoria ator-rede; a delimitação do objeto; a discussão da constituição de estatuto científico e epistemológico do campo; estudos da materialização da informação e o valor da biblioteca na construção do conhecimento.

Diante disso, buscou-se, para a finalidade desta pesquisa, estabelecer diálogos com a obra *Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas e coleções*¹⁷. O autor aborda a biblioteca como uma considerável instituição, onde se fabrica não só o corpo, mas a alma do conhecimento. Entretanto, ele enfatiza que esses lugares são muitas vezes desprezados ou pouco frequentados (LATOUR, 2006).

Na concepção de Latour (2006), a biblioteca não pode ser considerada uma fortaleza isolada ou um acumulado de conhecimento, mas, sim, um caminho que leva ao mundo, como lugar norteador da informação, configurando-se, assim, como um

¹⁷ Capítulo do livro *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente* dos autores Marc Baratin e Christian Jacob, uma obra Francesa¹⁷ traduzida para o Português no ano de 2000, com título original: *Le pouvoir des bibliothèques: la mémoire des livres em Occident*, de 1996.

centro de cálculo. Para entender tal colocação, é preciso compreender que um centro de cálculo é um conjunto de redes que associa cada inscrição ao mundo – ou seja, uma produção de conhecimento que transforma as inscrições, tornando-as mensuráveis por meio de gravuras, desenhos, relatos, entre outros (LATOUR, 2006).

A biblioteca é vista “[...] como o nó de uma vasta rede onde circulam não-signos, não matérias, e sim matérias tornando-se signos [...], curva o espaço e o tempo ao redor de si” (LATOUR, 2006, p. 21). Neste cenário, Latour (2006), define a informação não como um signo, mas, sim, como uma relação estabelecida entre lugares (um como periférico e outro como central), por onde circulam o conhecimento, proporcionando ao leitor uma reflexão sobre o mundo do saber e das inscrições que o sustenta.

A informação, neste processo, é o carregamento de inscrições que permite uma relação prática e material entre lugares cada vez mais móveis e confiáveis. A produção de informação permite resolver ações de seleção, de extração, de redução ou de contradição entre um lugar ou a ausência desse lugar. No entendimento de Latour (2006), o controle intelectual não se exerce diretamente sobre os fenômenos, mas, sim, sobre as inscrições que lhe servem de veículos. A biblioteca torna-se um espaço benéfico e singular quando a informação acumulada circula entre os leitores que a frequentam.

A biblioteca obtém um poder ou um valor fundamental em processos sociais de aquisição de informação, afastando-se da premissa que a distingue como um lugar estático ou uma fortaleza intocável e contribuindo expressamente para a disseminação da informação. Para Latour (2006), é impossível compreender este processo sem a relação da biblioteca com os livros e com os materiais que permitem a circulação e o transporte dessas inscrições.

Dessa forma, entende-se a biblioteca como uma instituição que não pode ser dispensada, por estar ligada ao leitor e ao mundo que a cerca (LATOUR, 2006). A biblioteca ultrapassa o olhar do leitor, numa tentativa de conciliar um desejo ou uma necessidade de escolher a própria leitura ou o caminho do saber sobre o mundo (JACOB, 2006). O autor destaca que as bibliotecas não se limitam ao mundo dos conceitos ou das palavras, mas significam claramente dispositivos de poder. Este pode ‘vir a ser’ um fator crítico pelo qual as bibliotecas, em alguns casos, são negligenciadas ou limitadas em termo de seu uso e requerem alocações em

dimensões específicas para a abordagem por saberes e por fazeres da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

3.2 BIBLIOTECA PRISIONAL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E CORRENTES

A partir dos séculos XIX e XX, os estabelecimentos prisionais começaram a observar o modo não só como o recluso cumpria sua pena, mas também como esse cumprimento influenciava o comportamento do interno (SERRANO, 2008). Desde 1955, com o Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, as bibliotecas em estabelecimentos prisionais foram implementadas e recomendadas para uso dos reclusos em vários países. A regra 40 do referido documento prescreve que cada estabelecimento prisional deveria ter uma biblioteca para os reclusos, destinada a fins educativos e recreativos (ONU, 1955). Assim, a biblioteca no estabelecimento prisional aparece como um espaço educador e reintegrador (SERRANO, 2008).

Em 1992, a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) publicou as primeiras Orientações para Serviços de Biblioteca para Reclusos, de Frances E. Kaiser. Posteriormente essas orientações foram traduzidas e alteradas algumas vezes com novas especificações (LEHMANN; LOCKE, 2015). Neste documento, a biblioteca de estabelecimento prisional é relacionada à biblioteca pública.

De acordo com o Manifesto sobre as bibliotecas públicas, o acesso à informação deve ser oferecido a todos, sem distinção (incluindo pessoas com deficiência, hospitalizadas ou em privação de liberdade), por meio de serviços e de materiais (UNESCO, 1994). Para Pérez-Pulido (1997, tradução nossa), a biblioteca de penitenciária não deve ser comparada à biblioteca pública, por tratar-se de um espaço restrito voltada para leitores com necessidades de informação especiais. Entretanto, quando os internos saem do sistema prisional, a biblioteca pública pode ser um espaço acessível e uma fonte de informação para os egressos.

As bibliotecas prisionais também são conhecidas como bibliotecas especiais. De acordo com Araújo e Oliveira (2008), essas bibliotecas são aquelas que atendem a um tipo especial de leitor e que possuem um acervo diferenciado para pessoas com deficiência visual, hospitalizadas ou reclusas em sistemas prisionais. Na visão de Fernandes (2019), as bibliotecas prisionais podem ser rotuladas como bibliotecas especiais, por estarem inseridas em um ambiente especial e por atenderem a público

que é privado de liberdade e que tem necessidades especiais de informação. Neste caso, a biblioteca é um lugar que o reeducando pode usufruí-la e, por alguns instantes, ter contato com o universo da literatura e assistência educacional.

Vale destacar que a biblioteca está inserida na seção V da Lei de Execução Penal do Brasil que aborda a Assistência Educacional para os reclusos (BRASIL, 1984). A biblioteca em espaços de privação de liberdade está vinculada ao contexto da educação prisional, sendo um instrumento educativo que contribui para o desenvolvimento de projetos ou de atividades educacionais para o reeducando.

Observa-se na literatura que a biblioteca prisional possui várias características e nomenclaturas. No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcanti (2008) apresentam alguns nomes utilizados: biblioteca de prisão, biblioteca penitenciária, biblioteca de cárcere, *correctional library*, *jail library* e *prison library*. No entanto, Eiras (2007) considera que a expressão mais correta é biblioteca de estabelecimento prisional. O autor português exemplifica que a designação utilizada pode ser comparada a outras realidades, a respeito dos hospitais que designam biblioteca de Hospital e, aos doentes clínicos, bibliotecas hospitalares.

Para a Presidente da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), Cátia Lindemann, há uma carência de conceituar a biblioteca prisional. A autora cita a necessidade de buscar-se uma compreensão na definição de Biblioteca pública baseada nas diretrizes da Biblioteca Nacional (LINDEMANN, 2020). De acordo com a Biblioteca Nacional, a Biblioteca pública tem o papel de suprir as necessidades informacionais de uma comunidade, tendo os recursos informacionais organizados e à sua disposição (BIBLIOTECA NACIONAL, 2010). Mas, no caso das Bibliotecas prisionais, o acesso é restrito à comunidade prisional. Diante disso, Lindemann (2020) relata que essa restrição serve para caracterizá-la como uma biblioteca especial, com particularidades e, portanto, uma biblioteca pública especial.

Diante dessas características e dessas nomenclaturas, este projeto limitar-se-á à nomenclatura de biblioteca prisional, definindo-a como um lugar de acolhimento no período de reclusão e, ao mesmo tempo, um espaço educativo e sociocultural, com a finalidade de atender às necessidades informacionais dos reeducandos. A biblioteca é uma ferramenta necessária para o desenvolvimento instrutivo e no processo de reintegração social do interno.

Para Carvalho e Carvalho (2017), a biblioteca possibilita ao leitor, que se encontra preso, obter um grau de liberdade intelectual, por meio do qual ele possa

transcender os muros da prisão. Além disso, Silva Neto e Leite (2011) relatam que as bibliotecas, nos ambientes prisionais, são espaços de oportunidade para os internos, visto que esses reeducandos têm acesso à educação, à leitura e ao convívio social entre eles. A biblioteca em estabelecimento prisional é um dispositivo social que possibilita, por meio da leitura, o viajar sem sair do lugar.

As bibliotecas prisionais são estabelecimentos que atendem a uma demanda informacional local, disponibilizando aos reclusos o acesso à informação, ao conhecimento e ao lazer (FERNANDES, 2019). De acordo com Carvalho (2009), as bibliotecas atendem a um público restrito e diferenciado, que vive sob limitações concretas por meio do aprisionamento. Essas limitações estão diretamente relacionadas a protocolos de segurança, ocasionando censuras de algumas obras e de alguns materiais.

Apesar dessas restrições, as bibliotecas prisionais não perdem a finalidade de proporcionar o acesso à informação, à cultura e ao lazer. Nos termos da IFLA, essa ação, além de proporcionar ao recluso uma sensação de normalidade em um contexto altamente regulado, oferece informação útil para os que se prepararam para a liberdade no mundo exterior (LEHMANN; LOCKE, 2015). Dessa forma, a biblioteca é uma fonte norteadora de informação para os reclusos. Costa e Sales (2021) explicam que as bibliotecas prisionais são espaços de leitura e de disseminação de informação e lugares de construção de significação que auxiliam os reclusos em sua trajetória dentro e fora dos estabelecimentos prisionais.

De acordo com Costa e Sales (2021), essas significações contribuem para que a biblioteca prisional seja um espaço heterotópico¹⁸, pois o uso da mesma é diferenciado dos outros ambientes da unidade prisional. Os autores explicam que “[...] a heterotopia é um lugar da diferença em um sentido filosófico e intensivo” (COSTA; SALES, 2021, p. 3). Caracterizados como um local de oportunidades, estes espaços permitem que os sujeitos tenham um momento recreativo e informativo. Para as autoras Colares e Lindemann (2015), as bibliotecas são importantes ferramentas nas prisões, pois contribuem com a administração prisional no aspecto educacional e na ocupação do tempo ocioso do interno por meio da leitura. Assim, a biblioteca aproxima o leitor e o livro, por meio de práticas de leitura, proporcionando momentos de liberdade, mesmo que por alguns instantes, no espaço de reclusão.

¹⁸ Este termo é utilizado por Michel Foucault, que o descreve como lugar diferente, que se opõe a outros (FOUCAULT, 2013).

3.3 PADRÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS PARA BIBLIOTECAS PRISIONAIS

O acesso à biblioteca é reconhecido mundialmente como um direito de todos, independentemente da situação em que o sujeito se encontra perante a sociedade. Apesar de ser um direito, esse acesso muitas vezes é negado, tornando-se fundamental a elaboração de padrões ou de recomendações que auxiliem a implementação de procedimentos qualitativos para o funcionamento das bibliotecas, neste caso específico, em estabelecimentos prisionais. Essas recomendações auxiliam as instituições quanto à oferta de oportunidades de acessar a biblioteca e seus serviços.

De acordo com Sulé (2018), o país que mais desenvolveu e publicou padrões ou recomendações para as bibliotecas prisionais foram os Estados Unidos. Desde o início do século XX, com a *American Library Association* (ALA) e a *América Correctional Association* (ACA), as associações adotaram uma função proativa na definição do que seria um serviço bibliotecário de qualidade dentro dos estabelecimentos prisionais (SULÉ, 2018).

As primeiras publicações para área, segundo Bailey (1972), apareceram em 1916, com a publicação de um manual¹⁹ por meio do *Committee on Library Work in Hospitals and in Charitable and Correctional Institutions* da ALA; e, anos depois, em 1931, a publicação de um estudo²⁰ que continha informações sobre as bibliotecas prisionais, uma referência para o campo (BAYLEY, 1972).

Os primeiros padrões oficiais da ALA foram aprovados em 1943, por meio do *Executive Committee of the American Prison Association* e pela *Executive Board of the American Library Association* em 1944²¹ (BAILEY, 1972). Em 1946, esses foram incorporados ao manual de padrões sugeridos para o sistema correcional do Estado²², documento organizado por um comitê de 17 criminalistas do país para a *American Prison Association* (SULÉ, 2018).

Em 1950, o *Committee on Institution Libraries of the American Prison Association* publicou o Manual da Biblioteca para Instituições Correcionais, com diretrizes que visavam ao funcionamento da biblioteca, bem como ao desenvolvimento

¹⁹ Manual para instituições bibliotecárias.

²⁰ A educação de prisioneiros adultos: uma pesquisa e um programa de Austin MacCormick

²¹ Objetivos e padrões para bibliotecas em prisões de adultos e reformatórios.

²² Título original: *Manual of suggested standards for a state correctional system* (BAILEY, 1972).

da coleção e a importância do bibliotecário no espaço prisional (BAILEY, 1972). A partir de 1954, os padrões foram revisados e atualizados. Em 1962, normas mais compactas foram criadas e aprovadas pela ALA e ACA.

De acordo com Sulé (2018), a partir de 1975, essas associações enfatizaram seus esforços em publicar padrões bibliotecários para todo tipo de instituição correcional, sendo a primeira vez que o serviço do bibliotecário e que a biblioteca foram incluídos nos programas de reabilitação dos estabelecimentos prisionais. Os Tribunais Federais dos Estados Unidos promulgaram várias sentenças que reforçaram o papel da biblioteca nos estabelecimentos prisionais. Por meio dessas sentenças, os reclusos tinham acesso a livros e a informações, assim como qualquer outro cidadão (SULÉ, 2018).

Posteriormente, a ALA e a ACA publicaram, em 1981, orientações²³ que destacavam a necessidade de criar coleções para atender às necessidades dos internos (LEHMANN, 2011). Em 1999, criaram também os Padrões bibliotecários para os jovens reclusos, os padrões da ALA e ACA são utilizados até hoje no planejamento dos serviços bibliotecários nos estabelecimentos prisionais estadunidenses (SULÉ, 2018). Na concepção de Sulé (2018), os padrões para adultos com o passar dos anos sofreram várias revisões para atender às demandas das instituições, baseadas no aumento da população prisional.

Outro padrão que merece destaque é o da *International Federation of Library Associations and Institutions*. Esse órgão não governamental e sem fins lucrativos, fundado em 1927, em Edimburgo na Escócia, teve, dentre as suas premissas, disponibilizar orientações e recomendações para bibliotecários e para o uso da biblioteca (IFLA, 2019). Apesar da sua origem ser inglesa, a IFLA foi registrada na Holanda em 1971, e sua sede localiza-se em Haia. As diretrizes da IFLA são padrões que buscam agregar valor à biblioteca e aos seus serviços. Contudo, deve-se relatar que essas diretrizes são recomendações, portanto, não obrigatórias. Os padrões da IFLA são documentos internacionalmente revisados, publicados e atualizados regularmente, com regras, diretrizes e melhores práticas de serviço para todos os tipos de bibliotecas (IFLA, 2019).

A IFLA tem a seção Bibliotecas de Pessoas com Necessidades Especiais (LSDP), que proporciona serviços especializados para grupos na comunidade que não

²³ Padrões bibliotecários para instituições correcionais para adultos.

têm possibilidades de utilizar serviços de biblioteca convencionais, sendo incluídos: pessoas em hospitais, com incapacidade física e de desenvolvimento, idosas, estabelecimentos prisionais, entre outras condições especiais (LEHMANN; LOCKE, 2015). Para atender às necessidades de informação e de biblioteca dos reclusos em estabelecimentos prisionais, foi criado, em 1985, um grupo de trabalho como intuito de discutir ações para tais finalidades.

Para Lehmann e Locke (2015), a primeira Orientação para Serviços de Biblioteca para Reclusos foi publicada em 1992, por Frances E. Kaiser, que centrava-se nos princípios gerais e nas práticas. Em 2005, o mesmo autor, publicou a segunda edição com informações mais específicas e atualizadas sobre serviços, acervos, pessoal, financiamento e avaliação (LEHMANN; LOCKE, 2015). Essas orientações foram atualizadas com objetivo de serem utilizadas nos estabelecimentos prisionais de diversos países.

Em 2015, foi lançada a terceira edição, até o momento a mais atualizada. Lehmann e Locke (2015) explicam que o objetivo deste documento é servir como guia para o planejamento, para a implementação e para a avaliação dos serviços prestados pelas bibliotecas prisionais. As referidas orientações podem ser adaptadas à realidade de cada estabelecimento e proporcionar o acesso à informação para os reeducandos e as diretrizes para os bibliotecários e para as pessoas responsáveis por gerir e por financiar as bibliotecas prisionais. A seguir, apresenta-se no Quadro 4 uma sistematização geral e condensada das dez (10) orientações da IFLA para as bibliotecas prisionais.

Quadro 4 - Orientações da IFLA para serviços de biblioteca para reclusos

| | |
|-------------------------------------|---|
| 1 Âmbito de aplicação | Estas orientações são aplicáveis a todas as instalações onde existam sujeitos reclusos. |
| 2 Administração | As políticas escritas para os serviços de biblioteca devem ser desenvolvidas por autoridades prisionais nacionais e/ou locais, baseando-se em leis e regulamentações sobre a biblioteca. |
| 3 Acesso | O acesso a uma biblioteca e aos seus serviços deve estar disponível para todos os reclusos, qualquer que seja a sua classificação de segurança ou a sua localização no estabelecimento prisional. |
| 4 Instalações e Equipamentos | O espaço físico ocupado pela biblioteca deve ser concebido especificamente para utilização, para fluxo de trabalho e para funcionalidade da biblioteca. Além disso, deve ser de fácil acesso para o maior número de reclusos, e ser acessível a pessoas com deficiências físicas. |
| 5 Tecnologias de Informação | A biblioteca de estabelecimento prisional deve utilizar as tecnologias de informação, tanto quanto possível, sem comprometer a segurança do estabelecimento prisional e |

| | |
|-----------------------------------|---|
| | também implementar um sistema informatizado de circulação e de empréstimo. |
| 6 Pessoal | Todas as bibliotecas de estabelecimentos prisionais, quaisquer que sejam as suas dimensões, devem ser supervisionadas e geridas por um profissional de biblioteca com as necessárias qualificações e competências adquiridas através de um grau académico universitário em Ciência da Informação ou diploma equivalente de escola de Biblioteconomia. |
| 7 Orçamento | A agência e/ou a autoridade responsável pela biblioteca deve garantir que a biblioteca seja financiada como um centro de custos próprio e que recebe verbas anuais. |
| 8 Coleções | As coleções da biblioteca devem incluir documentos em formato impresso ou não, formatos de modo a atender às necessidades informativas, educativas, culturais, recreativas e de reabilitação dos reclusos. |
| 9 Serviços e Programação | A biblioteca deve possuir serviço de informação e de referência; empréstimos entre bibliotecas; recursos especiais para reclusos com deficiências. Além disso, realiza atividades que promovam a leitura e ações culturais. |
| 10 Comunicação e Marketing | O pessoal da biblioteca de estabelecimento prisional deve manter aberto um canal de comunicação com os leitores da biblioteca e devem acolher sugestões. |

Fonte: Lehmann e Locke (2015) adaptado pela autora.

Vale ressaltar que, em 1994, a IFLA juntamente com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizaram o Manifesto IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. Neste documento, consta que os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos de forma igual e estar à disposição de qualquer leitor, independentemente de sua situação como deficiente, hospitalizado ou recluso (IFLA, 1994). Assim, o reeducando aparece, nesse manifesto, de maneira igual perante a sociedade e com o direito de buscar informação e de ter acesso aos serviços prestados pela biblioteca.

Além da parceria IFLA/UNESCO, as bibliotecas prisionais contam com o Instituto Latino-americano da Organização das Nações Unidas para o Tratamento da Delinquência (ILNUD). Na década de 1950, a ONU elaborou as Regras Mínimas Padrão para o Tratamento dos Presos, adotadas pelo 1º Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes, em Genebra (ONU, 1955).

Em 2015, as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, conhecidas como Regras de Nelson Mandela, foram revisadas para melhor atender aos reclusos. Esse documento conta com 122 regras que estabelecem boas práticas para o tratamento do recluso. A princípio, é estabelecido que todos os reclusos devem ser tratados com dignidade, sem submetê-los a atos de desrespeito ou de tortura (ONU, 2015).

As Regras de Nelson Mandela expõem que as pessoas privadas de liberdade devem ter acesso à informação através da leitura de jornais, de revistas, etc.; ou através de qualquer outro meio autorizado pela administração prisional, como rádio. Ela indicam, ainda, que, cada estabelecimento prisional, deve possuir uma biblioteca com livros recreativos e livros de instrução para uso dos reclusos e que estes possam ser incentivados a utilizá-la (ONU, 2015).

No entanto, mesmo com padrões e recomendações direcionados para as bibliotecas prisionais, há instituições que não possuem bibliotecas tampouco as conhecem. Sulé (2018) explica que a falta de consciência social e governamental quanto à relevância das bibliotecas para os detentos atrapalha o desenvolvimento educativo, os processos de reabilitação e a reinserção dos reeducandos na sociedade. As orientações deveriam ser práticas cotidianas nos estabelecimentos prisionais para melhor atender às necessidades informacionais dos reeducandos.

3.4 BIBLIOTECAS PRISIONAIS NO BRASIL: EM BUSCA DE PRÁTICAS E ESTUDOS PARA A REMIÇÃO DE PENA

As bibliotecas prisionais surgiram no Brasil em 1882, foram reconhecidas em sua função pelo Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882, que também regulamentou a Casa de Correção da Côrte²⁴. Tal Decreto faz referência à biblioteca e à leitura nos artigos 286 a 288 do capítulo XI da secção 4ª.

Bibliotheca e leitura

Art. 286. Haverá uma sala, onde á noite e à hora fixada pelo director se reunirão por secções, nos domingos e dias santificados, os presos de 3ª classe da divisão criminal.

Art. 287. Nesta sala poderá haver uma bibliotheca composta de livros de leitura amena e edificante, para o uso dos presos, segundo os grãos de intelligencia e disposições Moraes de cada um.

Art. 288. A leitura poderá ser feita, pelo capellão ou outro empregado designado pelo director, em voz alta, acompanhada de instrucções familiares áquelles que não puderem aproveitá-la individualmente.

Art. 289. A leitura poderá ser extensiva aos presos de outras classes, quando, por causa de máo tempo ou de outras circumstancia, forem suspensos os passeios. (BRASIL, 1882).

Apesar da sua origem ser referenciada em 1882, as bibliotecas prisionais foram implementadas somente na década de 1980, a partir da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal. No artigo 21 da LEP, é abordado que cada

²⁴ Assinado por Manoel Pinto de Souza Dantas, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça no Palácio do Rio de Janeiro em 14 de janeiro de 1882, 61º da Independência e do Império (BRASIL, 1882).

estabelecimento prisional deve dotar-se, mediante as condições locais, de uma biblioteca para uso educativo e recreativo dos reclusos (BRASIL, 1984). Em decorrência desta Lei, ações, mesmo que lentas e graduais, foram acontecendo em relação à situação do reeducando no estabelecimento prisional.

Em 1994, o país sancionou a Resolução nº 14, de 11 de novembro, que aborda as regras mínimas para os presos no Brasil, em consonância com as regras já elaboradas pela ONU no ano de 1955 (COSTA, 2020). Assim, as bibliotecas brasileiras começaram a ser incluídas em leis ou em recomendações para o pagamento de remição de pena, como exemplo, na Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que altera a Lei de Execução Penal nº 7.210 de 1984, para fins de remição de pena pelo trabalho e pelo estudo (BRASIL, 2011).

Embora a legislação nacional estabeleça diretrizes para a implantação e para o funcionamento de bibliotecas em estabelecimentos prisionais, essa condição ainda não é realidade em muitas instituições por diferentes fatores: estrutura física, falta de políticas públicas que estabeleçam esta obrigatoriedade, entre outros fatores. Segundo dados recuperados em 2020 pela Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais, o Brasil possui cerca de 1.426 instituições prisionais e, destas, somente 809 possuem bibliotecas, localizadas nas cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul (FEBAB, 2020). De acordo com as informações apresentadas no Quadro 5, as regiões que possuem mais bibliotecas prisionais são as regiões Sudeste e Nordeste.

Quadro 5 - Estatísticas das Bibliotecas Prisionais no Brasil

| Região | Quantidade |
|--------------|------------|
| Norte | 89 |
| Nordeste | 139 |
| Centro-oeste | 96 |
| Sudeste | 366 |
| Sul | 119 |
| Total | 809 |

Fonte: FEBAB (2020) adaptado pela autora.

Esses dados podem parecer promissores, mas, no Brasil, as bibliotecas prisionais ainda são insuficientes, visto que a população carcerária só aumenta. Informações do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), de 2019, indicam uma população carcerária de 748.009 de sujeitos privados de liberdade em todos os

regimes (BRASIL, 2020). No entendimento das autoras Sousa e Pinto (2018), poucos estabelecimentos prisionais brasileiros garantem o direito aos reeducandos de utilizarem os serviços da biblioteca. Portanto, o olhar é sobre as bibliotecas prisionais existentes e seus usos efetivos.

Por esse motivo, no decorrer desta seção, apresentam-se ações e projetos educacionais e/ou socioculturais promovidos por intermédio das bibliotecas prisionais implantadas ou reestruturadas no território brasileiro após a criação da Lei de Execução Penal. Destacam-se estudos desenvolvidos sobre a biblioteca prisional em teses, dissertações, artigos e trabalhos de conclusão de curso no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no Brasil. Compreende-se que esse percurso auxiliará no (re)conhecimento de diferentes frentes envolvidas no fortalecimento da remição de pena.

Em 1995, no Núcleo de Custódia de Brasília, atualmente Centro de Detenção Provisória, foi criada uma biblioteca, com o apoio da Coordenadoria de Bibliotecas do Distrito Federal (DF) e da Secretaria de Cultura do Distrito Federal que são instituições responsáveis pelas Bibliotecas públicas comunitárias do DF (SOARES, 2019). Soares (2019) relata que, com apoio de projetos e de parcerias, foram implantadas 500 bibliotecas comunitárias e a biblioteca prisional no Distrito Federal para o uso dos reclusos e dos servidores.

De acordo com Soares (2019), na ocasião, foram definidas algumas ações para identificar as necessidades e os níveis de escolaridade e de leitura dos reclusos; e para compreender a dinâmica da formação do acervo para este público-alvo. A autora explica que a biblioteca funcionava em uma pequena sala, adaptada para receber os livros, e, mesmo com toda a precariedade, era frequentada pelos reeducandos. Em 2001, foi utilizada para reclusão de condenados e o acesso foi suspenso – um desrespeito com o espaço e com os outros reclusos que usavam a biblioteca (SOARES, 2019).

A partir do Regimento Interno dos Estabelecimentos Penais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, aprovado em 1988, em que se previa o acesso à biblioteca e aos livros para os sujeitos privados de liberdade, foi instalada uma biblioteca com acervo variado, inclusive com livros de aperfeiçoamento técnico e de literatura infantil para as crianças durante as visitas (SOARES, 2019). A autora relata que, neste período, a biblioteca foi organizada e disponibilizada para fins educacionais e culturais com o auxílio dos internos e dos agentes penitenciários capacitados para

tal atividade. Com o passar dos anos, a biblioteca foi ampliada e ganhou mobiliário e livros novos. Além disso, os reeducandos tinham acesso à biblioteca para dar continuidade aos estudos e também para tentar concursos públicos (SOARES, 2019).

A biblioteca da penitenciária da Papuda, localizada em Brasília, possui um rico acervo. A primeira foi implantada pela bibliotecária Maria da Conceição Moreira Salles, na perspectiva de incentivar a leitura e a circulação dos livros entre as celas, por motivo de alguns internos não terem acesso livre à biblioteca (SOARES, 2019). Para Soares (2019), as unidades penitenciárias do DF dispõem de bibliotecas com serviços de empréstimos devido ao Código Penitenciário do Distrito Federal, instituído por meio da Lei nº 5.969, de 16 de agosto de 2017, que regulamenta e que incentiva a implantação de biblioteca nos ambientes prisionais do Distrito Federal.

As bibliotecas em penitenciárias federais foram inauguradas a partir de 2006, sendo a primeira na Penitenciária de Catanduvas no Paraná, seguida no mesmo ano da biblioteca na Penitenciária Federal em Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Em 2009, foram instaladas as bibliotecas em Porto Velho, no Estado de Rondônia e de Mossoró, em Rio Grande do Norte (SOARES, 2019).

Na visão de Soares (2019), as bibliotecas nas penitenciárias contribuem para a reintegração do preso e os livros têm função cultural e educacional, proporcionando ao leitor o gosto pela leitura. As bibliotecas localizadas nas penitenciárias federais possuem estruturas e ambientes diferentes. As bibliotecas prisionais federais dispõem de espaços favoráveis para leitura, entretanto, a maioria dos presídios brasileiros não possuem ambientes adequados. As práticas de leitura muitas vezes são realizadas em pátios, durante o banho de sol (SOARES, 2019).

Outra ação significativa ocorreu em 2012 no Rio Grande do Sul, por meio do Projeto de extensão intitulado 'Janela Literária: a Biblioteca no Contexto Carcerário', vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que resultou na implantação de uma biblioteca na Penitenciária Estadual do Rio Grande do Sul (COLARES; LINDEMANN, 2015). Segundo Colares e Lindemann (2015), a penitenciária já teve uma biblioteca, entretanto não existia mais, pois tornou-se alojamento para os reeducandos. De acordo com as autoras, para implantação dessa biblioteca, foi necessário um conhecimento prévio das condições da penitenciária e da população prisional; e, para tal ação, foi fundamental uma força-tarefa de quatro alunas de Biblioteconomia junto à Universidade, com administração da penitenciária e órgãos jurídicos para abertura da biblioteca.

Neste processo, foi detectada a baixa escolaridade dos/as reclusos/as e esta informação foi fundamental para a elaboração do projeto e para a formação do acervo na biblioteca da penitenciária (COLARES; LINDEMANN, 2015). Para Colares e Lindemann (2015), alguns estabelecimentos prisionais do Rio Grande do Sul possuem, nas salas de aulas, obras literárias, mas não possuem bibliotecas, por isso, a importância do 'Projeto Janela Literária' para a constituição do espaço físico e do conhecimento fornecido por estas obras para os reclusos na unidade prisional.

Esta implantação foi possível a partir da ação proposta pelo Projeto Janela Literária, mas também pela vontade e pela disposição das pessoas engajadas nessa ação. Segundo Colares e Lindemann (2015), foi preciso aguardar durante oito meses pela autorização da Superintendência dos Serviços Penitenciários para realizar o trabalho, além da disponibilidade de conseguir mobiliários e livros. No que diz respeito à organização e ao processamento técnico do acervo, contou-se com o auxílio voluntário de uma bibliotecária para que pudessem rapidamente disponibilizar o acervo para os reeducandos. Na experiência vivida durante a implantação da biblioteca, as autoras relatam que, assim que a biblioteca iniciou as atividades, foi percebido que não bastava somente organizar os livros nas estantes e emprestá-los, mas, sim, apresentar o livro e a leitura aos reclusos (COLARES; LINDEMANN, 2015).

Neste sentido, foram realizadas rodas de leitura, com o propósito de mediar a informação para o recluso. Em alguns casos, foi preciso ler para eles, pois muitos não eram alfabetizados (COLARES; LINDEMANN, 2015). Para Colares e Lindemann (2015), a biblioteca tornou-se um espaço educativo e consolador não só para eles, mas também para seus familiares, pois, em dia de visita, os filhos dos internos visitavam a biblioteca. Contudo, para que a biblioteca pudesse funcionar, foi preciso vencer obstáculos como o preconceito e a falta de apoio das autoridades, pois todo o serviço foi de forma voluntária (COLARES; LINDEMANN, 2015).

No Complexo Penitenciário de Florianópolis, em Santa Catarina, a Biblioteca está situada no prédio Administrativo do Complexo e, antes, chamava-se Biblioteca Conselheiro Nilton Leite da Costa, mas atualmente é conhecida como Biblioteca Penitenciária de Florianópolis (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). As autoras relatam que, anteriormente, a Biblioteca era gerida por uma professora que trabalhava no Complexo Penitenciário entregando livros para os reeducandos do regime fechado, no entanto, para os reclusos do semiaberto a biblioteca era disponibilizada mediante autorização da instituição (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). Para Nakayama

(2011), essa distribuição iniciou-se em 2003, após a reestruturação da biblioteca, pois, em 1990, devido a um incêndio, boa parte do acervo foi danificado.

Em 2016, a biblioteca passou a ser constituída pela bibliotecária e professora Daniella Camara Pizarro, com auxílio dos estagiários²⁵ do Curso de Biblioteconomia Habilitação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). A professora Daniella Camara Pizarro, coordenadora do Programa 'Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade', juntamente com sua equipe, iniciou as atividades na instituição prisional por meio de análise de materiais, com a finalidade de separar os livros danificados para depois descartá-los e organizar o acervo (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

O Programa contribuiu junto ao Complexo Penitenciário de Florianópolis com a implementação do vestibular da Universidade do Estado de Santa Catarina; com a organização e estrutura da biblioteca, com a doação de materiais e com a distribuição de livros, dentre outras atividades desenvolvidas no Complexo (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

A biblioteca da Penitenciária de Florianópolis é uma unidade ativa, com atividades voltadas à leitura. Em estudos realizados por Costa, Pizarro e Barros (2018) sobre a relevância da biblioteca para a penitenciária, as autoras relatam que a biblioteca tem um papel fundamental nas ações sociais, educacionais e culturais da comunidade prisional. Elas perceberam ainda que o bibliotecário faz toda a diferença no desenvolvimento dessas atividades.

A biblioteca contribui para o desenvolvimento de outros projetos que podem vir a colaborar com o Projeto de Remição de Pena pela Leitura, desde que essas ações sejam autorizadas pelo juiz da Vara de Execução Penal (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018). As autoras pontuam a relevância de atividades de pesquisa e de extensão promovidas pela Academia em conjunto com a comunidade carcerária. Assim, a biblioteca é reconhecida pela instituição penal e a Universidade propicia aos estudantes oportunidades de atuação em espaços privados de liberdade (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

As autoras relatam que as atividades desenvolvidas em ambientes prisionais devem ser divulgadas e devem cooperar para a conscientização e para a visibilidade

²⁵ Celina Medeiros; Claudia Piconi; Amabile Costa e Vinícius Trilha (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

da biblioteca prisional, pois, quando implementadas, são instrumentos propiciadores de considerável transformação social e de vida para os reeducandos, mas, para isso, é importante ter a presença do profissional bibliotecário para promover ações socioeducacionais e culturais nesses espaços (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018).

No Estado de Sergipe, em 1986, a Casa de Detenção, localizada em Aracaju, foi o primeiro Complexo a receber mulheres que cometeram delitos ou crimes. Eram 20 vagas destinadas a mulheres em um Complexo misto (FERNANDES, 2019). Porém, com o aumento da criminalidade e os presídios superlotados, tiveram que construir, em 2011, novas unidades com mais vagas. Essa mudança proporcionou dignidade e possibilidades de reintegração das internas por meio de atividades promovidas na instituição penal (FERNANDES, 2019).

Conforme Fernandes (2019), em 2011, ano da criação do Presídio Feminino (PREFEM), foi inaugurada a Biblioteca conhecida como Bibliofem. Seu acervo foi criado a partir de doações realizadas pelo Ministério Público e de parceiros. O espaço físico da biblioteca era amplo, mas pouco ventilado. Ela tinha mesas e cadeiras, além de um televisor utilizado para eventos, mas não tinha bibliotecário – quem cuidava do espaço eram as internas (FERNANDES, 2019).

A autora-pesquisadora relata que, com o apoio das internas responsáveis pela biblioteca, promoveu a atividade Clube do livro, com intuito de incentivar a aproximação da biblioteca com as internas que não tinham acesso a ela; e, por meio da leitura, abordaram temas sociais, como exemplo, a violência doméstica (FERNANDES, 2019). Na visão de Fernandes (2019), a biblioteca do PREFEM sempre procurou ser ativa nos serviços de empréstimos e no incentivo à leitura para amenizar a ociosidade, porém sua potencialidade e estrutura física foram descobertos nos trabalhos desenvolvidos pela autora e sua equipe. O projeto proporcionou às internas não só um contato direto com a biblioteca e suas obras, mas também uma maneira de conhecer o espaço, pois algumas nunca tinham entrado em uma biblioteca (FERNANDES, 2019).

Nas ações promovidas em bibliotecas prisionais, identificou-se a Biblioteca do Centro de Progressão Penitenciária de regime semiaberto, localizada em São Paulo. De acordo com Monteiro (2019), o Centro de Progressão Penitenciária foi inaugurado em 2013. Em 2016, ele passou por uma rebelião que ocasionou uma triste situação: a biblioteca do estabelecimento prisional foi queimada. O autor relatou que participou da reconstrução da biblioteca juntamente com outros funcionários, e que, neste

processo, precisaram reconstituir paredes, pinturas, prateleiras, etc., além do acervo perdido (MONTEIRO, 2019).

O acervo da biblioteca foi reconstituído por meio de doações como de estantes e demais materiais para a recomposição do espaço. Assim, a biblioteca reiniciou os serviços. Monteiro (2019) relata que treinou um educando para tratar o acervo com a Classificação Decimal de Dewey e a Tabela de Cutter, mas para melhor compreensão dos leitores, adaptaram alguns padrões de classificação.

Desde a retomada de atividades, a biblioteca tornou-se um espaço de referência para leitura e para entretenimento, com o clube de leitura e as atividades educacionais como a jornada da cidadania que acontece no estabelecimento prisional (MONTEIRO, 2019). Para Monteiro (2019), a interação com o espaço e os serviços prestados pela biblioteca eram tão dinâmicos, que quando propuseram fechá-la para organizá-la durante um (1) mês, os educandos questionaram e, então, conseguiram diminuir o prazo para três (3) semanas.

Com isso, percebe-se que a biblioteca, quando é gerida por um bibliotecário, promove atividades mais significativas, além de contribuir para o desenvolvimento educacional e sociocultural do reeducando. A experiência de Monteiro (2019) e sua explicação permitem a compreensão de que a biblioteca prisional cumpre a função reintegradora e educacional de um sujeito desprovido de liberdade, além de ser um espaço cultural e de acesso à informação.

Em continuidade, é oportuno expor a relevância da Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais (CBBP), vinculada à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB), que realizou, em 2019, o primeiro I Fórum de Bibliotecas Prisionais. Este evento ocorreu paralelo ao XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD), realizado em Vitória (ES), e foi muito gratificante para pesquisas e para práticas sobre as bibliotecas prisionais (FEBAB, 2019).

A FEBAB (2019) relatou que, na ocasião, reuniram-se mais de 100 bibliotecários e profissionais de outros campos do conhecimento, compartilhando experiências e trazendo para o campo científico discussões relacionadas à realidade das bibliotecas em estabelecimentos prisionais. O evento realizado pela Presidente da CBBP Catia Lindemann teve como intuito dar visibilidade às bibliotecas prisionais e garantir o conhecimento da realidade e das vivências dos bibliotecários que atuam ou já atuaram em bibliotecas prisionais. Este Fórum foi um divisor de águas para a

elaboração deste estudo, pois foi a oportunidade de apresentar a minha vivência como bibliotecária-docente e, assim, iniciar a atual pesquisa sobre a biblioteca prisional.

Neste trajeto, apresentam-se alguns estudos científicos sobre a temática da biblioteca prisional e da remição de pena no Brasil no âmbito da Ciência da Informação, em diferentes Estados brasileiros conforme descrito no Quadro 6.

Quadro 6 – Tese, dissertações e artigos científicos sobre Biblioteca prisional e remição de pena no Brasil.

| AUTOR (AS/ES) | TÍTULO | TIPO DE DOCUMENTO |
|--------------------------------|---|-----------------------------|
| Monteiro (2019) | Informação encarcerada: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão. | Tese |
| Correia (2019) | Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional | Dissertação |
| Fernandes (2019) | O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais | Dissertação |
| Costa (2020) | Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis: um estudo de caso | Dissertação |
| Costa, Pizarro e Barros (2018) | Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo | Artigo |
| Siqueira e Lima (2020) | Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM | Artigo (Relato de Pesquisa) |

Fonte: Elaborado pela autora.

Estes estudos colaboram e impulsionam debates sobre a biblioteca prisional e remição de pena no campo da pesquisa, proporcionando ao leitor-pesquisador o conhecimento sobre o ambiente prisional. Algumas dessas pesquisas foram derivadas de vivências, de ações ou de projetos desenvolvidos antes desta pesquisa acadêmica (ou em seu decorrer), no ambiente prisional brasileiro.

Assim, buscou-se abordar a primeira tese desenvolvida sobre a biblioteca prisional no Brasil do autor Ciro Athayde Barros Monteiro, intitulada Informação encarcerada: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da

Universidade Estadual Paulista com orientação do professor doutor Oswaldo Francisco de Almeida Júnior.

O autor investiga as práticas informacionais relacionadas à mediação e à apropriação dos dispositivos informacionais por jovens, antes e após entrarem no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, localizado no Estado de São Paulo (MONTEIRO, 2019). A pesquisa contou com a participação de 14 reclusos primários do Centro de Detenção com idade entre 18 e 20 anos que entraram na unidade nos anos de 2017 e de 2018 (MONTEIRO, 2019).

Na visão de Monteiro (2019), a problemática do seu estudo perpassa a relação do jovem recluso com as tecnologias e com os dispositivos informacionais, além de compreender o posicionamento político, cidadão e o seu lugar na dita 'sociedade da informação' pela ótica da Ciência da Informação. Outra preocupação do autor era com a situação dos jovens após saírem da prisão, referente ao emprego e à reincidência.

Outra questão abordada foi a carência de estudos sobre a biblioteca prisional e sobre a necessidade de um bibliotecário nas unidades prisionais, especialmente nas bibliotecas (MONTEIRO, 2019). Inclusive, Monteiro (2019) elaborou uma reflexão sobre a necessidade da Ciência da Informação em produzir estudos relacionados às problemáticas sociais.

Destaca-se a vivência do pesquisador como agente penitenciário, as angústias da profissão no campo educacional (por, muitas vezes, receber reeducandos que tinham baixa escolaridade e que não tinham acesso a dispositivos informacionais, como por exemplo a biblioteca) e as dificuldades encontradas para desenvolver projetos na unidade prisional (MONTEIRO, 2019).

O autor discorre, na sua tese, sobre o papel transformador da biblioteca prisional, pois ela assume a função de promover educação, entretenimento e lazer aos reeducandos. Para Monteiro (2019), este espaço é um instrumento de letramento e de cidadania, que proporciona aos reclusos uma transformação de vida ainda dentro do ambiente prisional. A biblioteca é um dos principais dispositivos informacionais das unidades prisionais e um meio do recluso ter acesso à informação e ao conhecimento.

Outro estudo recuperado sobre biblioteca prisional foi a dissertação de mestrado profissional da autora Gabriella Viroli Cavalcanti Correia intitulada Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional, defendida em 2019 no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), orientada pelo professor doutor Lourival José Martins Filho.

A autora discute sobre o valor da biblioteca prisional ao investigar as bibliotecas prisionais nas penitenciárias de Santa Catarina e a sua função no processo de ressocialização²⁶ do reeducando (CORREIA, 2019). No decorrer da pesquisa, Correia (2019) identificou poucas publicações sobre esta temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, visto que é um campo significativo para a área e deveria ser mais estudado e mais documentado.

Questionou-se, na pesquisa, sobre o papel social da biblioteca prisional, sobre a eficácia do cárcere e sobre a situação do sistema prisional brasileiro, além de atualizar sobre a situação das bibliotecas prisionais no Estado de Santa Catarina e sobre a atuação do bibliotecário nestes ambientes (CORREIA, 2019). O objetivo deste estudo para a autora foi falar sobre a relevância da biblioteca prisional para a sociedade e sobre a presença do bibliotecário nas penitenciárias do Estado de Santa Catarina.

Para isso, foram enviados questionários para as onze (11) penitenciárias do Estado, mas somente seis (6) unidades participaram do estudo. Neste contexto, observou-se que todos os estabelecimentos tinham bibliotecas, mas sem a atuação de bibliotecários (CORREIA, 2019). Esses dados demonstraram a ausência do cargo de bibliotecário nas unidades prisionais e a falta que este profissional faz no desenvolvimento de atividades nesses espaços de privação de liberdade.

No decorrer da pesquisa, a autora relata alguns fatores críticos sobre a situação dos estabelecimentos prisionais no Brasil como: a superlotação; o encarceramento em massa de jovens negros, sem formação escolar; e o racismo institucional. Ao finalizar sua pesquisa, Correia (2019) destacou a dimensão da biblioteca prisional como espaço de estudo e de informação, uma vez que as práticas de leitura são relevantes para o desenvolvimento crítico dos reclusos e pode estabelecer o exercício de cidadania por meio da educação.

Destaca-se, nesta apresentação, a partir dos estudos desenvolvidos sobre biblioteca prisional, a dissertação de mestrado profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento da autora Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes denominada O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais. Esta dissertação foi defendida no ano de 2019, no Programa de Pós-Graduação, em Ciência da Informação da Universidade

²⁶ Termo utilizado por Correia (2019).

Federal de Sergipe, com orientação da professora doutora Germana Gonçalves de Araújo.

Em seu estudo, a autora abordou o Presídio Feminino de Sergipe (PREFEM-SE), com objetivo de desenvolver um modelo de dinâmica cultural como incentivo à leitura para internas (FERNANDES, 2019). Fernandes (2019) explica que o público feminino foi escolhido na perspectiva de aceitação da mulher no contexto social, cultural e ético para, assim, estimular o autoconhecimento e o empoderamento através da leitura e de dispositivos informacionais. Outro fator notável é a oportunidade de incentivar as internas a utilizar a biblioteca dentro do presídio. Por isso, em sua problematização, Fernandes (2019) abordou as possibilidades de uso da mediação cultural através de filmes para estimular a leitura das internas na biblioteca do PREFEM.

De acordo com Fernandes (2019), foi realizada uma ação com as internas leitoras e não leitoras, dividindo-as em três (3) grupos com dez (10) mulheres cada. A atividade era apresentar textos e filmes relacionados à violência doméstica, ao feminismo, à maternidade na prisão, entre outras temáticas. Depois das apresentações, as internas puderam falar sobre os temas e expressar suas angústias através das respectivas falas ou por meio de cartazes (FERNANDES, 2019).

Durante as atividades elaboradas, percebeu-se uma aproximação entre as internas com a biblioteca. A autora explica que as ações foram positivas e geraram discussões sobre o tema abordado, o que levou as internas que não frequentavam a biblioteca ao universo da literatura e do acolhimento (FERNANDES, 2019). A autora explica que a biblioteca pode ir além da organização e da guarda da coleção ou dos recursos de informação que dispõe, tornando-se um espaço de acolhimento, de encontros, de experiências e de saberes (FERNANDES, 2019).

Na descrição da pesquisa, ela apresentou um breve histórico sobre o sistema prisional brasileiro e os presídios femininos no país. Além de abordar a conceituação e as características da biblioteca prisional, a autora apresentou a Biblioteconomia no contexto social e o papel do bibliotecário no cárcere (FERNANDES, 2019). Na perspectiva de Fernandes (2019), além de organizar melhor o acervo, o bibliotecário na unidade prisional tem a função de desenvolver atividades culturais como saraus, contação de histórias, dentre outras atividades lúdicas que possam auxiliar na promoção da leitura e para a visibilidade da biblioteca.

Neste contexto, Fernandes (2019) finalizou sua pesquisa acreditando na mudança por meio do livro e da leitura, mesmo que pequena. As internas podem ter uma oportunidade de mudar e assim passar para próximas gerações o discurso da liberdade por intermédio da leitura.

E para finalizar os estudos sobre a biblioteca prisional, apresenta-se a dissertação da autora Amabile Costa intitulada Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis: um estudo de caso, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, com a orientação da professora doutora Camila Monteiro de Barros e com a co-orientação da professora doutora Daniella Camara Pizarro.

A pesquisa foi realizada com intuito de abordar a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis, vinculada ao Complexo Penitenciário de Florianópolis (COSTA, 2020). Este tema foi escolhido dada a circunstância de vivência da autora, quando participou como bolsista do Programa Novos Horizontes: a Universidade nos espaços de privação de liberdade no período da graduação em Biblioteconomia de 2016 a 2019 (COSTA, 2020). Neste período o programa passou por duas gestões: de 2016 a 2017 a coordenadora foi a professora doutora Geysa Spitz Alcoforado de Abreu do Departamento de Pedagogia da UDESC e depois o programa foi coordenado pela professora doutora Daniella Camara Pizarro do Departamento de Biblioteconomia da UDESC no período de 2018 a 2019.

A problemática levantada pela autora foi analisar a constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária Masculina de Florianópolis (COSTA, 2020). Além disso, Costa (2020) examinou o acervo da biblioteca e apresentou a realidade e particularidades da unidade prisional. A autora explica que a pesquisa ocorreu no ano de 2019, por meio de um guia de observação e da aplicação de questionário para profissionais da educação, agentes prisionais, estagiárias e supervisora da biblioteca.

Na análise de dados, ela identificou que as bibliotecas prisionais possuem particularidades e que isso influencia a oferta de serviços, pois algumas ações realizadas através da literatura, às vezes, não contemplam a realidade da unidade prisional, por falta de política de desenvolvimento de coleções (COSTA, 2020). Por isso, Costa (2020), nas suas considerações finais, sugere algumas ações ou políticas voltadas para as bibliotecas prisionais, a saber: a parceria da biblioteca pública com o estabelecimento prisional para que os reeducandos, após saírem do sistema, possam ter acesso à informação; a criação do cargo de bibliotecário no sistema prisional, no

contexto Catarinense e dos Estado brasileiros; política de acesso à biblioteca; a capacitação de funcionários; entre outras ações que possibilitem o desenvolvimento da biblioteca em ambientes prisionais.

Destacam-se, neste campo, os artigos científicos desenvolvidos a partir do assunto: biblioteca prisional e a remição de pena. O artigo Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo das autoras Amabile Costa, produzido por Daniella Camara Pizarro e Camila Monteiro de Barros, publicado em 2018 e já citado anteriormente discute as “[...] manifestações de importância dos funcionários do Complexo Penitenciário de Florianópolis no que tange a sua biblioteca” (COSTA; PIZARRO; BARROS, 2018, p. 372). Neste estudo, as autoras destacam também a biblioteca como instrumento transformador, educativo e necessário na vida social e cultural do reeducando dentro da penitenciária e para o egresso.

Em relação a essa temática, destaca-se o relato de pesquisa dos autores Thiago Giordano de Souza Siqueira e Ingrid de Souza Lima denominado Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus, no Estado do Amazonas e publicado em 2020. Este artigo apresenta a relevância social das bibliotecas prisionais para a reintegração social do reeducando, visto que a biblioteca é um ambiente cultural, educativo e de lazer (SIQUEIRA; LIMA, 2020). Os autores explicam que o campo de atuação foram as bibliotecas prisionais da cidade Manaus (AM) com a finalidade de compreender como são realizados os serviços por essas bibliotecas.

As considerações expostas nesta pesquisa direcionaram o valor significativo da biblioteca para a reintegração social do sujeito e a relevância das ações realizadas por meio dessas para os projetos de remição de pena pela leitura (SIQUEIRA; LIMA, 2020). Dessa forma, Siqueira e Lima (2020) explicam que, apesar de existir uma bibliotecária e colaboradores da Biblioteca Central da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) que realizam a seleção e a organização do acervo das unidades prisionais da cidade de Manaus, as bibliotecas não possuem profissionais bibliotecários dentro das unidades. Tal ausência limita ações que poderiam ser realizadas nestes estabelecimentos.

Diante dessa relevância da biblioteca em ambientes prisionais para os estudos científicos e as práticas bibliotecárias, salienta-se o conhecimento do leitor. No Quadro 7, apresenta-se a relação das publicações de trabalhos de conclusão de curso e

artigos científicos que abordam a temática biblioteca prisional no período de 1984 a 2020 levantadas nas bases de dados Brapci e Ibict oasisbr.

Quadro 7 – Trabalho de conclusão de curso e artigos científicos publicados sobre Biblioteca prisional

| AUTOR (a) (AS/ES) | TÍTULO | ANO | TIPO DE DOCUMENTO |
|--|---|------|--------------------------------|
| Leandro Lopes Trindade | Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições | 2009 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Maria Raimunda de Lira Cabral | Atuação em bibliotecas prisionais: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) | 2010 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Epitácio Gomes Silva Neto e Francisca Chagas Dias Leite | Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e a cidadania. | 2011 | Artigo |
| Rodolfo Costa da Silva | Biblioteca prisional: informação e reintegração | 2012 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Jaciana de Holanda Costa Tonin e Edivanio Duarte Souza | A seleção de fontes de informação em bibliotecas prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado. | 2014 | Artigo |
| Jorge Santa Anna; Eni Maria de Souza Pinto Zanetti e Lucileide Andrade de Lima do Nascimento | Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. | 2015 | Artigo |
| Leni Beatriz Colares e Catia Rejane Lindemann | Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades | 2015 | Artigo |
| Maria José Vitorino | Leituras em cadeia: intervenção em contexto de biblioteca prisional. Projeto Gulbenkian, 2014-2016 | 2015 | Artigo |
| Maria Jeane Santos Melo; Fernando Bittencourt dos Santos e Janaína Ferreira Fialho. | Comportamento informacional por usuários de uma biblioteca prisional: um estudo descritivo | 2015 | Artigo |
| Amabile Costa; Catia Rejane Lindemann; Daniela Câmara Pizarro e Joel Nunes da Silva | Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. | 2016 | Artigo |
| Leandro Moura | As representações da biblioteca prisional: o olhar do presidiário | 2016 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Nádia da Silva Alexandre | Biblioteca prisional e biblioterapia como instrumentos de ressocialização | 2017 | Trabalho de Conclusão de Curso |

| | | | |
|---|--|------|--------------------------------|
| Ketlyn Damaceno Sansonoviz | Demandas de informação em espaços de leitura de instituições carcerárias do RS | 2017 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Flávia Petterson Mendonça de Freitas | Representações sobre as bibliotecas prisionais: uma análise das interações registradas entre os membros do grupo Bibliotecários do Brasil, na rede social Facebook | 2017 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Francisca Liliana Martins de Sousa | Biblioteca prisional no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa: cenário e possibilidades em prol da reinserção social | 2017 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Cristina Carvalho e Marcelo Dias Carvalho | Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. | 2017 | Artigo |
| Bruno Mardson de Souza Oliveira | A leitura como auxílio na resignificação da identidade social de homens negros no cárcere: reflexões a partir da biografia do Malcolm X | 2018 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Yara Maria da Silva Cinque; Caroline Gomes de Oliveira e Maria Claudia Cabrini Grácio | Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017) | 2018 | Artigo |
| Mayra Rosa de Camargo | Biblioteca prisional: um estudo na penitenciária feminina Consuelo Nascer | 2018 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Francisca Liliana Martins de Sousa e Virgínia Bentes Pinto | Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa | 2018 | Artigo |
| Antônio Martín Román | La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles | 2018 | Artigo |
| Amabile Costa; Daniela Câmara Pizarro e Camila Monteiro Barros | Biblioteca da penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo | 2018 | Artigo |
| Jonathas Luiz Carvalho Silva | Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. | 2018 | Artigo |
| Nathany Brito Rodrigues | Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais ou sugestão de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais | 2019 | Trabalho de Conclusão de Curso |
| Renata Figueiredo dos Santos e Dayanne da Silva Prudêncio | Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO em foco. | 2019 | Artigo |
| Amabile Costa e Camila Monteiro Barros | Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade | 2019 | Artigo |
| Marcelo Votto Teixeira e Joares Pescador Lemes de Campos | O Bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no estado de Santa Catarina | 2019 | Artigo |

| | | | |
|--|---|------|--------|
| Adriana Isidório da Silva Zamite | A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade ²⁷ | 2019 | Artigo |
| Raquel Gonçalves da Silva de Araújo Fernandes; Camila Conceição Barreto Vieira; Paulo Roberto Fernandes Junior e Germana Gonçalves de Araújo | 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. | 2019 | Artigo |
| Thiago Giordano de Souza Siqueira e Ingrid de Souza Lima | Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM | 2020 | Artigo |
| Catia Rejane Lindemann | Bibliotecas Prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades | 2020 | Artigo |
| Francisca Liliana Martins de Sousa; Virgínia Bentes Pinto e Maria Giovanna Guedes Farias | Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: um estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área. | 2020 | Artigo |
| Amabile Costa e Camila Monteiro Barros | A constituição do acervo da biblioteca da Penitenciária de Florianópolis | 2020 | Artigo |

Fonte: Elaborado pela autora

Os estudos apresentados nesta seção utilizam pesquisas realizadas em localidades e estabelecimentos prisionais com peculiaridades e realidades diferentes, mas todos abordaram a notoriedade da biblioteca nos ambientes prisionais, visto que são espaços de saberes e de acolhimento para as pessoas que estão privadas de liberdade.

É pertinente expor que há outros assuntos sendo abordados na CI em relação ao ambiente prisional, e outras bases de dados da área que indexam esta temática. Um exemplo é a pesquisa²⁸ da autora Andreza Gonçalves Barbosa sobre as práticas informacionais das apenadas grávidas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade da cidade de Vespasiano, em Minas Gerais. A autora relatou que, ao conhecer o sistema prisional como voluntária do projeto Rodas de Leitura, percebeu

²⁷Artigo publicado em um fascículo especial da Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (RBBD) com os melhores trabalhos do evento do Eixo 14 do I Fórum das Bibliotecas Prisionais do XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação de 2019 derivado do relato de experiência apresentado Vivência de uma bibliotecária docente e encarcerada.

²⁸ Dissertação intitulada "Práticas informacionais das apenadas do Centro de Referência à Gestante Privada de liberdade de Vespasiano/MG apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais defendida em 2017.

que a informação cumpre um importante papel na vida das internas em relação à reintegração, mas também para as mesmas terem notícias dos familiares (BARBOSA, 2017).

Estas pesquisas ou relatos de experiência em ambientes prisionais devem ser divulgados e publicados para contribuir para a área da Ciência da Informação, trazendo novos olhares sobre a pesquisa, principalmente relacionadas ao papel da biblioteca e aos campos de atuação do bibliotecário nos ambientes com privação de liberdade.

3.5 A FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PRISIONAL E DO BIBLIOTECÁRIO NO AMBIENTE PRISIONAL

No âmbito dos direitos socioeducacionais, o ambiente e os serviços de informação da biblioteca podem ser apropriados como ferramenta para reintegrar os internos ao convívio social. As bibliotecas nas prisões têm por finalidade dar suporte às atividades educacionais no ambiente carcerário e criar programas de incentivo à leitura como uma forma de oportunidade para gerar novos leitores e/ou simplesmente ocupar o tempo ocioso do sujeito desprovido de liberdade (TONIN; SOUZA, 2014).

A biblioteca é um espaço social e educativo que pode proporcionar e contribuir para a reintegração social dos internos. Na perspectiva de Ranganathan (2009), a biblioteca é um organismo em crescimento. A função da biblioteca, enquanto uma instituição social, é ser/agir como um fio condutor entre sujeitos e a busca por conhecimento (OLIVEIRA, 2008). Entende-se que a biblioteca no sistema prisional é um espaço cultural e precisa ser utilizada como lugar de cultura, de produção de conhecimento e de mudança para o reeducando – ou seja, como um dispositivo social, uma estrutura importante no sistema carcerário para que o sujeito privado de liberdade possa usufruir dos livros e construir seus saberes.

Para Lehmann e Locke (2015), as bibliotecas devem promover atividades culturais e apoiar programas que incentivam a leitura, a literacia e fins culturais. Os programas devem oferecer o uso criativo do tempo e a qualidade de vida, bem como estimular as ações sociais, pois, quando os reclusos estão em atividades produtivas, eles são menos propensos a causar problemas para a administração prisional.

De acordo com Cavalcanti (2011), o sujeito, mesmo encontrando-se privado de liberdade, tem o direito à educação. Contudo, este pensamento não é unânime entre a população. Para Carvalho (2009), ainda perpetua a visão do Estado de que o preso

é um condenado sem alma, sem sentimentos, sem condições de ser regenerado e, muito menos, sem o direito de estudar, de aprender e de buscar conhecimentos.

Uma maneira de contribuir para a mudança desta realidade seria dar acesso à informação aos reclusos e proporcionar atividades que possibilitem a integração social e cultural do sujeito na biblioteca. A prática de leitura é uma atividade significativa. Na visão de Brito (2010), o hábito de leitura é primordial, pois, quanto mais se lê, mais se aumenta a capacidade de compreensão do mundo por parte do sujeito. A biblioteca prisional tem função de proporcionar, à pessoa privada de liberdade, familiaridade com a leitura e de desenvolver ações que os auxiliem nos aspectos culturais, educacionais e sociais.

Para que haja uma possível transformação social do sujeito, é necessário realizar investimentos e instaurar políticas públicas no sistema prisional. Conforme prescrito na Lei de Execução Penal, é dever do Estado dar assistência e orientação ao reeducando para que o mesmo retorne à convivência em sociedade (BRASIL, 1984). Para Carvalho (2018), as políticas sociais objetivam influenciar mudanças na realidade concreta, no que tange os conflitos de interesses tanto do Estado como do coletivo em administrar conflitos. A sociedade precisa conscientizar-se de que o sujeito privado de liberdade é um sujeito social, que necessita de uma oportunidade para retornar ao convívio social e afastar-se da criminalidade.

Neste percurso, deve-se expor a relevância do bibliotecário para o sistema prisional. Carvalho (2016) explica que os profissionais bibliotecários possuem vários espaços potenciais de atuação, mas que nem sempre são ocupados na prática (e a biblioteca prisional é um desses espaços). Costa *et al.* (2016) ressaltam que o bibliotecário é o profissional qualificado para atuar em uma biblioteca no ambiente prisional. Para atuar em tais ambientes, é preciso ter a consciência de que, independentemente do ambiente ou do público, deve-se proporcionar acesso à informação. O bibliotecário deve possuir sensibilidade e um olhar social perante o leitor privado de liberdade e não fazer nenhum julgamento da situação que o levou aquela reclusão.

Em seus estudos, Ortega y Gasset (2006) relata o papel social do bibliotecário para a coletividade. Ele expõe que o bibliotecário é necessário para a sociedade assim como os médicos, magistrados, entre outros profissionais. Isso demonstra que a missão do bibliotecário é atender à necessidade social a que serve a profissão, uma necessidade humana, variável e evolutiva (ORTEGA Y GASSET, 2006). Para

compreender a figura humana do bibliotecário, o autor relata alguns períodos da história desse profissional.

De acordo com Ortega y Gasset (2006), no século XV, o trabalho do bibliotecário variava em função do livro e da necessidade social que ele significava. Na Idade Média, os livros eram confinados em mosteiros e restrito ao público; e, até o Renascimento, o livro não era uma vigência social (ORTEGA Y GASSET, 2006). O autor explica que a necessidade social do livro naquela época era obter mais obras, pois eram poucos os livros publicados. Neste contexto, o bibliotecário renascentista destacou-se, por sua genialidade, ousadia e por ser um caçador de livros. Ortega y Gasset (2006) esclarece que, no século XV, não havia exigência para catalogar, mas, sim, para produção e para aquisição de livros.

Contudo, no século XIX, a impressão tornou-se acessível e houve um aumento na publicação de obras. Dessa forma, sentiu-se a urgência em catalogar os livros, conforme sua materialidade (ORTEGA Y GASSET, 2006). Nesta direção, Ortega y Gasset (2006) expõe as mudanças ocorridas em relação ao conteúdo do livro, pois, neste momento, passam a ser inseridas informações sobre conhecimentos técnicos e sobre ciências da natureza. Por esse motivo, sentiu-se a necessidade de incentivar a leitura e a buscar novos leitores, pois o livro tornou-se um dispositivo necessário e imprescindível para a sociedade Ocidental (ORTEGA Y GASSET, 2006).

A biblioteca e o bibliotecário foram fundamentais neste processo. Destaca-se que, neste período, a profissão não era oficial e, sim, uma profissão social espontânea. O autor relata que o marco decisivo na evolução da carreira de bibliotecário deu-se a partir de 1850 (ORTEGA Y GASSET, 2006). Em relação a isso, Ortega y Gasset (2006, p. 46) revela que “[...] nesta dimensão de seu ofício imagina o futuro bibliotecário como um filtro que se interpõe entre a torrente de livros e o homem”. Em suma, o autor explica que a missão do bibliotecário não trata somente de administrar o livro como uma coisa ou objeto material, mas como uma verdadeira função vital. Diante disso, Pizarro (2017, p.142) explica que,

[...] a missão social do bibliotecário, passa pela mediação de demandas discursivas que respondem às necessidades de pessoas. Ou seja, por meio do processo comunicativo, o bibliotecário, de maneira ética e responsável, viabiliza que um determinado acervo social de conteúdos significantes seja intersubjetivado pelo o seu leitor. Desse modo, quando o leitor se apropria desse conteúdo, acrescenta benefícios em sua qualidade de vida em sociedade.

Essa missão social do bibliotecário de viabilizar ao leitor informação e de atender às suas necessidades traz à memória a minha vivência como bibliotecária/docente no sistema prisional. Em 2014, fui contratada como instrutora pelo Sest Senat da unidade de Viana no Estado do Espírito Santo para elaborar a apostila (Figura 5) e ministrar o curso de auxiliar de biblioteca através do Pronatec. No primeiro momento, o curso seria para alunas do município de Alfredo Chaves (ES), mas assim que encerrei o conteúdo com a turma, fui convidada pelo Sest Senat de Cariacica (ES) a ministrar o mesmo curso nas unidades PEVV I e PEVV II do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES).

Figura 5 – Apostila do Curso de Auxiliar de Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal da autora

O curso de formação inicial e continuada foi estruturado em duas partes: uma primeira parte incluindo disciplinas de conteúdo básico: português, matemática e conhecimentos gerais, e depois, na segunda parte contendo informações relacionadas à formação do auxiliar de biblioteca. O curso aconteceu presencialmente nas unidades em horários alternados: pela manhã, no PEVV II, e à tarde, no PEVV I.

Na primeira semana de curso, apresentando os fundamentos teóricos e a função de um auxiliar de biblioteca para os alunos/internos, deparei-me com questões que, no ambiente exterior, o profissional também passa, a saber: a maioria nunca esteve em uma biblioteca ou nunca realizou um empréstimo, outros relataram que “[...] não sabiam que poderiam pegar emprestado um livro na biblioteca”. Movida por essas informações, conversei com a coordenação do curso e solicitei uma mudança no

modo de conduzir as aulas. Ao lado da sala de estudo, havia a biblioteca. Nas duas penitenciárias em que atuei, as bibliotecas eram bem equipadas, com estantes novas, carrinhos para transportar livros e um acervo de obras admirável pela variedade de livros. O acervo era composto por doações que, na maioria das vezes, advinham de familiares dos internos.

Durante o curso, tive a oportunidade de conhecer a biblioteca de cada unidade e de conversar com os internos trabalhadores, que naquele período eram cinco (5). Os internos/trabalhadores eram os responsáveis pela seleção das obras e pelo serviço de empréstimo. Eles elaboravam uma lista de obras para facilitar a escolha de livros dos demais internos e essa ação era supervisionada pelo chefe de segurança da unidade. Apesar dessa ação, percebi que poucos internos solicitavam os livros, e essa era a realidade das duas bibliotecas. Alguns alunos alegavam que “[...] não pegavam livros por não gostar de ler” ou simplesmente por falta de incentivo. Então, pensei em uma alternativa para aumentar a circulação de livros nas celas, e a oportunidade foi utilizar o audiovisual e o livro para estimular essa atividade.

Por esse motivo, realizei uma pesquisa na biblioteca prisional de cada unidade referente a livros adaptados para a linguagem cinematográfica. Nesta pesquisa, deparei-me com os seguintes livros: O menino do pijama listrado de John Boyne; As aventuras de Pi de Yann Martel; A culpa é das estrelas de John Green. Além dessas obras, encontrei coleções do autor Dan Brown e muitos livros religiosos. Para viabilizar a mudança, dividi o curso em duas etapas: nas primeiras horas de aula, apresentava o conteúdo programático e depois do intervalo²⁹ exibia o filme para os alunos/internos. Após a sessão, discutíamos os assuntos abordados no longa-metragem e incentivávamos a solicitarem a obra para os internos/trabalhadores, pois o livro possui detalhes que o filme não consegue apresentar por tratar-se de uma produção comercial.

Pela curiosidade dos leitores/internos de conhecer mais sobre a história exibida processo, os livros passaram a circular com maior frequência. Foi muito valioso conduzir as discussões e observar o interesse que eles tinham no livro após a projeção do filme. Essa atividade de alguma forma estimulou a busca pelas obras apresentadas por meio do audiovisual. Em consequência, incentivou a leitura e proporcionou uma ação socioeducacional e cultural para amenizar a angústia da reclusão.

²⁹ O Sest Senat promoveu lanche para os internos durante todo o curso.

Outra atividade significativa realizada durante a formação foi a visita técnica na biblioteca, seguindo todas as orientações de segurança da instituição. Este foi um momento ímpar, em que todos os alunos puderam visitar a biblioteca da respectiva unidade. O curso promoveu conhecimento, cultura e lazer aos alunos/internos. Por meio dele, os reeducandos tiveram a oportunidade de reduzir a pena e aprender uma nova profissão.

A formação continuada nos ambientes prisionais proporciona oportunidades aos internos de uma mudança significativa de realidade, pois muitos adentram o sistema sem qualquer formação. Por isso, é preciso que o sistema penitenciário articule ações ou atividades em que o reeducando possa participar e ter a oportunidade de um recomeço. Para tanto, é fundamental que sejam implementadas políticas socioeducacionais ativas nas unidades que colaboram com este processo.

A biblioteca pode ser uma grande aliada neste cenário, sendo utilizada para fins educativos, culturais e/ou sociais. Aliás, ela pode participar ativamente do processo de remição de pena com projetos voltados para o incentivo à leitura. Para Lehmann e Locke (2015), o sujeito privado de liberdade não renuncia ao direito a aprender e de ter acesso à informação, por isso, a biblioteca prisional deve oferecer serviços e atividades para os reclusos. Logo, pode-se afirmar que a biblioteca tem uma função social fundamental no ambiente prisional, constituir-se como um local de aprendizagem e de esperança para o interno durante os dias de cárcere.

No ambiente prisional, deve-se explorar mais esses espaços acolhedores, por isso a importância de um profissional qualificado para conduzir tais atividades. No Plano Estadual de Educação nas Prisões 2020-2024, está exposta a necessidade de contratar um profissional específico para acompanhar projetos de leitura para remição de pena (ESPÍRITO SANTO, 2021). Esta seria a oportunidade da instituição de contratar o/a bibliotecário/a para realizar essas ações. Este profissional pode contribuir com projetos e estimular atividades que possam colaborar para que o reeducando retorne à sociedade de forma diferente, e tenha a real condição de escolher mudar de vida.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção apresenta o percurso metodológico aplicado na construção e no desenvolvimento da pesquisa. Para Soares (2011), a metodologia é a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método, ou seja, no caminho do trabalho de pesquisa. A pesquisa científica deve contribuir para a construção do saber, com a finalidade de resolver problemas mediante a utilização de procedimentos científicos (BARROS; LEHFELD, 2000). Ou seja, com a finalidade de obter informações que contribuam para o campo da científico da CI e para a sociedade.

4.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa pautada em abordagem qualitativa. De acordo com Creswell (2016), a pesquisa qualitativa objetiva explorar e entender o significado que os sujeitos ou os grupos atribuem a problemas sociais ou humanos, com dados coletados no ambiente do participante e constituídos a partir das particularidades para os temas gerais. O estudo busca compreender o papel da biblioteca no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES).

Quanto aos objetivos, optou-se pela articulação de duas modalidades de pesquisa: a exploratória e a descritiva. As pesquisas exploratórias são investigações empíricas, com objetivo de formular questões ou problemas, desenvolver hipóteses e aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente pesquisado (LAKATOS; MARCONI, 2003). Quanto às pesquisas descritivas, estas têm por finalidade o delineamento ou a análise das características de fatos ou fenômenos, com coleta sistemática de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Os procedimentos metodológicos utilizados para operacionalização do objetivo geral foram:

- a pesquisa bibliográfica, caracterizada por uma condensação de relevantes trabalhos já realizados para a área (LAKATOS; MARCONI, 2003). Para tanto, ela foi aplicada na produção e na definição dos fundamentos teóricos e conceituais da pesquisa.
- a pesquisa documental, para recuperação de documentos legislativos, caracterizada por Lakatos e Marconi (2003), como fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, constituída de fontes primárias.

- a pesquisa de campo, utilizada com a finalidade de obter informações sobre um problema ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles, ademais, consiste na observação de fatos e na coleta de dados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Para Lakatos e Marconi (2003), essa pesquisa requer, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica para entendimento sobre o tema e, depois, um modelo teórico para auxiliar nas técnicas que serão utilizadas para elaboração do plano de pesquisa.

4.2 AMBIENTE DA PESQUISA

A etapa empírica da pesquisa foi realizada considerando o ambiente das bibliotecas das cinco (5) penitenciárias do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES). No entanto, para conhecimento geral do sistema prisional do ES, sistematizou-se no Quadro 8 os estabelecimentos e as informações sobre a oferta de sala de leitura³⁰/biblioteca e o acervo disponibilizado para os reeducandos.

Quadro 8 – Ofertas de Sala de Leitura / Biblioteca do Sistema Prisional do ES³¹

| Estabelecimento | Possui/não possui | Acervo |
|--|--------------------------|---------------|
| 1 Associação de Proteção e Assistência aos Condenados | Não possui | - |
| 2 Casa de Custódia de Vila Velha – CASCUVV | Possui | 3.664 |
| 3 Centro de Detenção Provisória da Serra | Possui | 5.340 |
| 4 Centro de Detenção Provisória de Aracruz | Não informado | Não informado |
| 5 Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim - CDPCI | Possui | 4.200 |
| 6 Centro de Detenção Provisória de Colatina | Não informado | Não informado |
| 7 Centro de Detenção Provisória de Guarapari | Possui | 1.257 |
| 8 Centro de Detenção Provisória de Marataízes | Possui | 680 |
| 9 Centro de Detenção Provisória de São Domingos do Norte | Possui | 153 |
| 10 Centro de Detenção Provisória de São Mateus – CDPSM | Possui | 500 |
| 11 Centro de Detenção Provisória de Viana II | Possui | 2.242 |
| 12 Centro de Detenção Provisória de Vila Velha | Possui | 4.571 |
| 13 Centro de Detenção e Ressocialização de Linhares | Possui | 3.130 |
| 14 Centro de Triagem de Viana | Não possui | - |

³⁰Termo usado pelo Plano Estadual de Educação nas Prisões 2020-2024, ver <https://sejus.es.gov.br/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoas-2>.

³¹ Informações obtidas no site da Sejus e no Plano Estadual de Educação nas Prisões de 2020-2024 (ESPÍRITO SANTO, 2021).

| | | |
|--|--|---------------|
| 15 Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim | Possui | 3.470 |
| 16 Centro Prisional Feminino de Cariacica | Possui | 7.748 |
| 17 Centro Prisional Feminino de Colatina | Possui | 2.620 |
| 18 Penitenciária Agrícola do Espírito Santo | Possui | 1.570 |
| 19 Penitenciária de Segurança Máxima I | Possui | 5.638 |
| 20 Penitenciária de Segurança Máxima II | Possui | 1.380 |
| 21 Penitenciária de Segurança Média de Colatina | Possui | 2.278 |
| 22 Penitenciária de Segurança Média I | Possui | 1.297 |
| 23 Penitenciária de Segurança Média II | Possui | 2.235 |
| 24 Penitenciária Estadual de Vila Velha I | Possui | 4.663 |
| 25 Penitenciária Estadual de Vila Velha II ³² | Possui livros (a biblioteca foi desativada) | 3.548 |
| 26 Penitenciária Estadual de Vila Velha III | Possui | 5.575 |
| 27 Penitenciária Estadual de Vila Velha V | Possui | 1.993 |
| 28 Penitenciária Regional de Barra de São Francisco | Possui | 415 |
| 29 Penitenciária Regional de Cachoeiro de Itapemirim | Possui | 3.986 |
| 30 Penitenciária Regional de Linhares | Possui | 940 |
| 31 Penitenciária Regional de São Mateus Feminina e Masculina | Feminina - Possui | 1.039 |
| | Masculina - Possui | 1.039 |
| 32 Penitenciária Semiaberta de Cariacica | Não possui | - |
| 33 Penitenciária Semiaberta de Vila Velha - PSVV | Possui | 2.000 |
| 34 Penitenciária Semiaberta Masculina de Colatina | Possui | 1.300 |
| 35 Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico | Possui | 656 |
| 36 Unidade de Saúde do Sistema Penal | Não informado | Não informado |

Fonte: Adaptação realizada pela autora a partir do levantamento realizado no site da Sejus e no Plano Estadual de Educação nas Prisões de 2020-2024 (ESPÍRITO SANTO, 2021).

O Estado tem trinta e seis (36) estabelecimentos prisionais, organizados em: penitenciárias, centro de ressocialização, centro de triagem, centros prisionais e detenção, além de unidades, associações, casas e hospitais de custódias³³. Estes estabelecimentos são coordenados pela Secretaria de Estado da Justiça, cuja missão é aplicar a Lei de Execução Penal de maneira humana, garantindo a segurança do Estado e das pessoas que atuam nos estabelecimentos prisionais, além de condições dignas de reintegração social dos internos (ESPÍRITO SANTO, 2020).

³² Na visita técnica realizada na PEVV II, foram detectados alguns livros em estantes localizadas no corredor da unidade, no entanto, a biblioteca tinha sido desativada.

³³ Dados retirados do Plano Estadual de Educação nas Prisões 2020-2024 (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Essa secretaria possui quatro (4) subsecretarias: Subsecretaria para Assuntos Administrativos (SAA); a Subsecretaria de Planejamento e Controle (SPCON); a Subsecretaria para Assuntos do Sistema Penal (SASP) e a Subsecretaria de Ressocialização (SRES), sendo a última a mais recente (ESPÍRITO SANTO, 2021).

De acordo com dados da terceira versão do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Espírito Santo³⁴ referentes a 2020-2024, a Subsecretaria de Ressocialização é a responsável pela Gerência de Educação e Trabalho (GET) e pela Gerência de Reintegração Social e Cidadania (GRSC) nas unidades prisionais do ES (ESPÍRITO SANTO, 2021). A GET é responsável pela promoção das ações desenvolvidas nas áreas de educação, trabalho, psicossocial, com demandas de projetos orientados à reintegração social dos sujeitos privados de liberdade do Estado, subdividida em três (3) subgerências e uma coordenação, são elas: Subgerência de Trabalho do Preso, Subgerência de Educação nas Prisões (SUBED), Subgerência de Psicossocial e Subgerência de Projetos Especiais e Assessoramento Técnico (ESPÍRITO SANTO, 2021).

A biblioteca é gerida e organizada pela própria unidade prisional e cada unidade administra as próprias doações. Contudo, a Subgerência de Educação nas Prisões também recebe doações de livros, mas só quando é contatada, e após receber as doações, distribuem nas unidades que apresentam maior necessidade e/ou interesse em adquirir essas obras. E este setor contribui na formulação e implementação de políticas públicas estaduais que garantam o direito à educação formal e qualificação profissional para as pessoas privadas de liberdade (ESPÍRITO SANTO, 2021).

Das trinta e seis (36) unidades prisionais que o ES possui, trinta (30) são contempladas com bibliotecas e/ou sala de leitura, conforme apresentado no Quadro 8 (ESPÍRITO SANTO, 2021). Para melhor delimitação do ambiente de pesquisa, serão estudadas as bibliotecas das seguintes unidades do Complexo Penitenciário de Xuri (ES):

- Penitenciária Estadual de Vila Velha I (PEVV I) de regime fechado;
- Penitenciária Estadual de Vila Velha II (PEVV II) de regime fechado;
- Penitenciária Estadual de Vila Velha III (PEVV III) de regime fechado;

³⁴ Em 2020, o Departamento Penitenciário Nacional solicitou aos estados brasileiros a atualização dos Planos Estaduais de Educação, sendo a primeira versão do Plano no Espírito Santo elaborada em 2012 e a segunda atualização, em 2015 (ESPÍRITO SANTO, 2021).

- Penitenciária Semiaberta de Vila Velha³⁵ (PSVV) de regime semiaberto;
- Penitenciária Estadual de Vila Velha V (PEVV V) de regime provisório e fechado.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O estudo desenvolveu-se em duas etapas complementares: a primeira etapa consistiu no levantamento bibliográfico e documental de materiais recuperados em bases de dados, livros, em documentos oficiais e normativas do direito penal e posterior discussão de conteúdo, conforme já apresentado nas seções 2 e 3; na segunda etapa, a partir de incursão ao campo, foram aplicados dois (2) modelos de questionários³⁶, um (1) para a representante da Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo e um (1) para cada interno que cumpre a pena no Complexo e que também atua na biblioteca. A seguir, apresentam-se os processos realizados para cada etapa da pesquisa.

4.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

No primeiro momento, buscou-se realizar os procedimentos da pesquisa bibliográfica com levantamento em teses, em dissertações, em artigos científicos e em trabalhos de conclusão de curso no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); no Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (RiUFES). Também foram feitas buscas por informações em sítios do Governo, da Secretaria de Estado da Justiça e em Livros que tratam sobre o tema.

Os critérios adotados para a pesquisa bibliográfica sobre a Ciência da Informação; Biblioteconomia no contexto social e Biblioteca foram: inicialmente, recuperação de teses e dissertações; depois artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso. Neste procedimento, contou-se com auxílio do operador booleano

³⁵ Antiga Penitenciária Estadual de Vila Velha (PEVV IV), instituída PSVV pela Lei complementar n. 692, de 08 de maio de 2013.

³⁶ Quando este projeto foi submetido aos Comitês de ética, o método que seria aplicado era a entrevista semiestruturada, mas ao decorrer da pesquisa e conforme orientação por parte da instituição, foi alterado para questionário.

“AND” e com o conector de busca “” (Aspas) para maior precisão no momento da busca combinada com delimitação de período de 1984 a 2020. Esse procedimento foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no repositório oasisbr IBICT e na BRAPCI, conforme apresentado no Quadro 9. O procedimento de busca sobre o sistema prisional, biblioteca prisional e a remição de pena, foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, no repositório oasisbr IBICT e na BRAPCI, representado no Quadro 10, entre os anos de 1984 a 2020.

Quadro 9 – Recuperação de teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso em bases de dados sobre Ciência da Informação; Biblioteca prisional e Biblioteconomia no contexto social

| BASE DE DADOS | TERMOS | QUANTIDADE | | | |
|---|--|------------|-------------|--------------------------------|------------|
| | | TESE | DISSERTAÇÃO | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | ARTIGO |
| CAPES (Catálogo de teses e dissertações) | “Biblioteca prisional” AND Ciência da Informação” | 1 | 3 | - | Não Indexa |
| | “Ciência da informação” AND Biblioteconomia AND Social | 3 | 47 | - | Não Indexa |
| | “Ciência da informação” AND “Epistemologia social” | 56 | 36 | - | Não Indexa |
| | Biblioteconomia AND Social | 3 | 47 | - | Não Indexa |
| | Biblioteconomia AND Social AND “Biblioteca prisional” | 1 | 36 | - | Não Indexa |
| IBICT oasisbr | “Biblioteca prisional” AND Ciência da Informação” | 1 | 1 | - | 2 |
| | “Ciência da informação” AND Biblioteconomia AND Social | 43 | 151 | - | 568 |
| | “Ciência da informação” AND “Epistemologia social” | 2 | 6 | - | 9 |
| | Biblioteconomia AND Social | - | - | - | 74 |
| | Biblioteconomia AND Social AND “Biblioteca prisional” | - | - | - | - |
| BRAPCI | “Biblioteca prisional” AND Ciência da Informação” | Não Indexa | Não Indexa | - | 22 |
| | “Ciência da informação” AND Biblioteconomia AND Social | Não Indexa | Não Indexa | - | 494 |
| | “Ciência da informação” AND “Epistemologia social” | Não Indexa | Não Indexa | - | 66 |

| | | | | | |
|--|---|------------|------------|---|-----|
| | Biblioteconomia AND Social | Não Indexa | Não Indexa | - | 691 |
| | Biblioteconomia AND Social AND Biblioteca prisional | Não Indexa | Não Indexa | - | 9 |

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 10 – Recuperação de teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso em bases de dados sobre Sistema prisional, Biblioteca prisional e Remição de pena

| BASE DE DADOS | TERMOS | QUANTIDADE | | | |
|---|---|------------|-------------|--------------------------------|------------|
| | | TESE | DISSERTAÇÃO | TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO | ARTIGO |
| CAPES (Catálogo de teses e dissertações) | “Sistema prisional” AND “Remição de pena” | 2 | 1 | - | Não indexa |
| | “Remição pela leitura” | 1 | 6 | - | Não indexa |
| | “Sistema penitenciário” AND Biblioteca | 17 | 74 | - | Não indexa |
| | “Biblioteca prisional” | 1 | 4 | - | Não indexa |
| | “Biblioteca prisional” AND “Remição de pena” | 2 | 9 | - | Não indexa |
| | Reintegração social AND Prisão AND Biblioteca | 4 | 26 | - | Não indexa |
| IBICT oasisbr | “Sistema prisional” AND “Remição de pena” | - | - | - | 1 |
| | “Remição pela leitura” | - | - | - | 1 |
| | “Sistema penitenciário” AND “Reintegração social” | - | - | - | 1 |
| | “Biblioteca prisional” | 1 | 1 | - | 11 |
| | “Biblioteca prisional” AND “Remição de pena” | - | - | - | - |
| | Reintegração social AND Prisão AND Biblioteca | 6 | 14 | - | - |
| BRAPCI | “Sistema prisional” AND “Remição de pena” | Não Indexa | Não Indexa | - | - |
| | “Remição pela leitura” | Não Indexa | Não Indexa | - | 3 |
| | “Sistema penitenciário” AND “Reintegração social” | Não Indexa | Não Indexa | - | - |
| | “Biblioteca prisional” | Não Indexa | Não Indexa | - | 20 |
| | “Biblioteca prisional” AND “Remição de pena” | Não Indexa | Não Indexa | - | 2 |
| | Reintegração social AND Prisão AND Biblioteca | Não Indexa | Não Indexa | - | - |

Fonte: Elaborado pela autora.

No repositório da RiUFES, foram usados os mesmos critérios das bases de dados anteriores para buscar informações sobre teses, dissertações e artigos científicos sobre o sistema prisional no Estado do Espírito Santo no período de 2011 a 2020, nos termos: "Sistema prisional" AND "Espírito Santo", foram recuperados: (2) teses, (14) dissertações e (1) e-book. No processo de pesquisa bibliográfica, foram utilizados também livros impressos e e-books para melhor entendimento sobre a temática.

A pesquisa documental foi realizada a partir da recuperação de leis, de decretos e de demais normativas que pautam o Sistema Prisional do Estado do Espírito Santo. Para tal pesquisa, foi adotado o recorte temporal no período de 1984 a 2020, visto que a legislação da remição de pena foi promulgada em 1984. A recuperação documental foi realizada nos sítios do Governo Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Departamento Penitenciário Nacional e da Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Espírito Santo e no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

4.3.2 Pesquisa de campo

No segundo momento, após a autorização dos Comitês de ética, foram realizadas as pesquisas na instituição e nas unidades penitenciárias, seguindo todos os protocolos sanitários do Governo do Estado devido à pandemia da Covid-19. A pesquisa de campo iniciou-se no dia dezesseis (16) de novembro de 2021 com a ida à sede da Sejus, localizada no Edifício Fábio Ruschi, situado na Avenida Governador Bley, nº 236, Centro de Vitória (ES). Na ocasião, conversei com a Subgerente de Educação nas Prisões, Silvia Moreira Franco Garcia, que gerencia o setor responsável pelo setor biblioteca nas unidades prisionais.

A subgerente foi solícita e esclareceu, na medida do possível, alguns questionamentos referentes à organização da biblioteca prisional. Além da conversa, foi aplicado um (1) questionário para a mesma (Apêndice A³⁷) com objetivo de obter informações sobre: estrutura, função, serviços prestados, uso e acesso, projetos e/ou ações relacionadas à remição de pena que utilizam a biblioteca.

No dia seguinte, foram realizadas as pesquisas nas unidades penitenciárias do Complexo de Xuri em Vila Velha (ES). Neste percurso, tive a companhia da assistente

³⁷ Este documento sofreu intercorrências no título e no método de coleta de dados após ser submetido aos Comitês de ética devido a particulares e questões de segurança na instituição pesquisa.

técnica da SUBED, Ludmila José Barbosa, que apresentou o Complexo penitenciário seguindo o cronograma do Quadro 11. No último dia de visita nas unidades I e II, estava presente também a professora Doutora e orientadora deste estudo Maira Cristina Grigoletto.

Quadro 11 - Cronograma de visitas ao Complexo Penitenciário de Xuri (ES)

| | |
|----------|--------------------|
| PEVV III | 17/11/2021 - manhã |
| PSVV | 17/11/2021 – tarde |
| PEVV V | 18/11/2021 – tarde |
| PEVV II | 19/11/2021 – manhã |
| PEVV I | 19/11/2021 – tarde |

Fonte: Elaborado pela autora.

Nas visitas, tive a oportunidade de conhecer e observar os serviços realizados pela biblioteca de cada unidade. Por isso, foi escolhido também o método de observação pelo fato de o pesquisador poder ter uma vivência de primeira mão com o participante e poder registrar informações durante a coleta de dados (CRESWELL, 2016). Além da observação, aplicou-se o questionário (Apêndice B³⁸) aos internos que trabalham na biblioteca, com intuito de entender a sua importância para os internos e quais serviços eram oferecidos a eles. O Quadro 12 sintetiza as etapas metodológicas do estudo segundo os objetivos específicos.

Quadro 12 - Características metodológicas do estudo segundo os objetivos pretendidos

| Objetivos específicos | Procedimento Metodológico | Etapas desenvolvidas – Breve resumo |
|--|---|---|
| Relatar a conformação da pena e da prisão no cenário da execução penal no Brasil | Pesquisa bibliográfica / Pesquisa documental | Realização de levantamento bibliográfico e documental acerca da temática em questão. |
| Identificar o funcionamento e as práticas de remição de pena desenvolvidas pelas unidades prisionais a partir de suas vinculações com as bibliotecas do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES); | Pesquisa bibliográfica / Pesquisa documental/ Pesquisa de campo | Realização de levantamento bibliográfico e documental para análise das normativas jurídicas sobre a remição de pena e sistema prisional |

³⁸ Este documento sofreu intercorrências no título e no método de coleta de dados após ser submetido aos Comitês de ética devido a particulares e questões de segurança na instituição pesquisa.

| | | |
|---|--|--|
| Caracterizar os usos das bibliotecas prisionais como espaço para práticas socioeducativas e de acesso à informação para os internos do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES); | Pesquisa bibliográfica / Pesquisa de campo | Realização de levantamento bibliográfico para embasar a elaboração do questionário. |
| Analisar as potencialidades de implementação de projetos voltados para remição de pena pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES) a partir de uma política emancipatória da unidade penal mediada pela biblioteca. | Pesquisa documental/ pesquisa de campo | Análise para a implantação de projetos voltados para a remição de pena pela leitura. |

Fonte: Produzido durante a elaboração da pesquisa.

4.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Este projeto foi submetido a dois Comitês de Ética em pesquisa. O primeiro foi da Secretaria de Estado de Justiça realizado após a qualificação, sendo autorizada no 21 de setembro de 2021 (Anexo A) a realização da pesquisa de campo e a aplicação de questionário³⁹, de modo presencial no sistema prisional para os internos que trabalham nas bibliotecas do Complexo.

Cabe ainda destacar que, para participarem desta pesquisa, as autoridades e os internos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A e B). A subgerente durante todo o processo da pesquisa colocou-se à disposição para esclarecimentos de dúvidas e disponibilizou pessoal para acompanhar a pesquisadora durante todo o procedimento de visita e coleta de dados no Complexo Penitenciário do Xuri (ES).

Após a anuência da Sejus, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Espírito-santense – FAESA, aprovado em 8 de novembro de 2021 (ANEXO C) e obtido o CAAE: 52001121.8.0000.5059, sem a necessidade de apreciação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP). Para assim, ser realizada a pesquisa de campo.

4.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Para realizar a análise dos dados coletados, recorreu-se ao método de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Um método empírico, com técnicas de análise da área da Comunicação que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição

³⁹ O questionário foi adaptado e aplicado para melhor atender a instituição por questões de segurança.

de conteúdo, consiste em pré-análise, exploração de material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (BARDIN, 2016). Este método contribuiu para o tratamento das respostas coletadas a partir de questionários aplicados à representante da Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo e aos internos das unidades prisionais do ES.

Para tanto, cabe mencionar que os dados coletados na instituição e com os internos foram organizados e analisados conforme apresentação a seguir:

- **Subgerência de Educação nas Prisões:** Estrutura e gerenciamento; Funcionamento e serviços; Biblioteca, projetos e remição de pena; Regras para acesso e uso da biblioteca/serviços e, por fim, Funções da biblioteca.
- **Internos:** Perfil do interno; Funcionamento e serviços; Remição de pena; Biblioteca, projetos e remição de pena e, por fim, Impressões e usos da biblioteca.

Quadro 13 – Organização da análise de conteúdo

| Pré-análise | Exploração do material | Tratamento dos resultados e interpretação |
|---|--|--|
| Transcrição das observações realizadas pela pesquisadora na biblioteca de cada unidade. | Apresentação dos procedimentos adotados para a pesquisa e as categorias. | Tratamento dos dados obtidos na pesquisa e interpretação dos resultados com orientações da literatura. |

Fonte: Adaptação realizada pela autora a partir de Bardin (2016).

Na próxima seção, serão apresentados os dados obtidos na pesquisa de acordo com as categorias, sua interpretação e discussão com base nos aportes teóricos da literatura e inferências.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Assim como apresentado nos procedimentos metodológicos, este estudo realizou, além das pesquisas bibliográfica e documental, a pesquisa de campo. Neste percurso, foram coletados dados por meio da observação e dos questionários aplicados, que serão apresentados nesta seção. Cabe mencionar que os internos participantes terão um nome fictício escolhido por eles na apresentação dos dados.

Entretanto, seguindo uma sequência cronológica, inicia-se a análise com os dados obtidos na aplicação do questionário para a Subgerência de Educação nas Prisões vinculada a Sejus. Para garantir melhor visualização dos dados, optou-se pela sistematização das respostas fornecidas pela Subgerência representadas no Quadro 14.

Quadro 14 – Informações coletadas do questionário aplicado a Instituição

| Categorias | Dados obtidos |
|---------------------------|---|
| Estrutura e gerenciamento | <ul style="list-style-type: none"> - Não há profissionais bibliotecários na estrutura organizacional da Sejus; - A biblioteca está vinculada a cada unidade prisional e é gerenciada pelos respectivos diretores; - A biblioteca não possui orçamento próprio; - As bibliotecas não recebem os internos, os livros são distribuídos nas galerias por intermédio dos internos trabalhadores; - As bibliotecas do Complexo não possuem política de desenvolvimento de coleções; - O acervo bibliográfico é constituído por doações, com diferentes gêneros literários, entretanto, quando há livros com apologia à violência, drogas etc., estes não são disponibilizados aos internos. |
| Funcionamento e serviços | <ul style="list-style-type: none"> - As bibliotecas oferecem somente o serviço de empréstimo; - O serviço de empréstimo é realizado através de uma listagem do acervo, sendo esta disponibilizada para os internos em suas galerias para escolha do exemplar; - Cada unidade prisional possui uma organização quanto à distribuição de livros, mas em sua maioria, os empréstimos ocorrem quinzenalmente; |

| | |
|---|--|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Os reeducandos que trabalham na biblioteca realizam as atividades relacionadas à organização do ambiente, aos empréstimos e ao restauro de obras danificadas; - Na biblioteca, os internos exercem suas atividades somente em dias úteis, seguindo a carga horária de 8h diária; - As bibliotecas do Complexo possuem nove (9) internos trabalhadores, sendo: PEVV I - 3; PEVV III - 1; PSVV - 2; PEVV V - 3. <p>A PEVV II não possui biblioteca.</p> |
| Biblioteca, projetos e remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - Os internos que atuam na biblioteca estão remindo sua pena pelo tempo de trabalho; - Os livros utilizados na remição pela leitura podem ser da biblioteca, porém a seleção e entrega das obras que são usadas nos projetos de remição pela leitura é realizada pela equipe técnica em conjunto com a instituição parceira; - As unidades prisionais, entre os anos de 2011 e 2021, têm realizado algumas atividades pedagógicas, porém nada registrado formalmente. no entanto, profissionais que atuam na educação utilizam livros da biblioteca nas aulas ministradas; - Somente a Penitenciária Semiaberta de Vila Velha possui atividades de remição de pena pela leitura. Para participar deste projeto, o reeducando não pode estar trabalhando ou estudando. |
| Regras para acesso e uso da biblioteca / serviços | <ul style="list-style-type: none"> - Cada unidade possui uma forma sistemática de suspender o acesso à informação e aos livros aos internos que cometem alguma infração ou danos aos livros; - Após constatado o dano ao livro por meio de rasuras, rasgos entre outros, o interno que danificou a obra pode receber a suspensão temporária do direito de fazer empréstimo e até sofrer um processo administrativo disciplinar (PAD) por dano ao patrimônio público; - As medidas disciplinares adotadas para evitar danos as obras repercutem em mudanças parcialmente significativas, minimizam a situação, mas a não erradica. |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Colabora na construção de conhecimento e aprimora o vocabulário dos internos; - Melhora a escrita e garante a remição de pena pela leitura; |

| | |
|------------------------------|--|
| <p>Funções da biblioteca</p> | <ul style="list-style-type: none"> - É uma grande ferramenta para amenizar a ociosidade, visto que a leitura para muitos internos, é a única ocupação diária; - A biblioteca é o ambiente de trabalho de diversos reeducandos; - É percebido uma mudança parcialmente significativa nos internos que leem livros, mas não há estudos que comprovem estas mudanças na vida dos reeducandos; - O interno tem a oportunidade de iniciar os estudos ou concluí-los na unidade prisional e, por meio deste, remir a pena pelo estudo; - Após projetos de remição de pena pela leitura, alguns reeducandos tornaram-se leitores assíduos. |
|------------------------------|--|

Fonte: Elaborado pela autora.

Por meio das informações obtidas pelo questionário, foi possível detectar que quase todas as unidades do Complexo de Xuri em Vila Velha (ES) possuem bibliotecas, sendo estas criadas entre os anos de 2010 e 2016. Entretanto, na visita realizada no dia dezenove (19) de novembro de 2021 à PEVV II, contatou-se que a biblioteca foi desativada, no entanto, há algumas estantes com livros no corredor próximo à antiga biblioteca.

Segundo informações cedidas pelo diretor da unidade, apesar de não existir fisicamente a biblioteca, os livros circularam durante a pandemia, mas sem nenhum planejamento específico ou formalizado pela penitenciária. É fundamental que a unidade tenha uma biblioteca para oferecer informação útil e possibilitar aos reeducandos um grau de normalidade num ambiente altamente regulado. Além disso, é necessário levar em consideração que a pessoa privada de liberdade não abdicou ao direito de aprender e ter acesso à informação (LEHMANN; LOCKE, 2015).

Para gerir esta biblioteca, é importante que a instituição tenha um profissional qualificado para tal função, uma vez que, segundo Costa e Sales (2021), a biblioteca prisional necessita da supervisão e ser administrada por um bibliotecário formado. O profissional pode atuar de forma necessária e precisa nestes espaços, proporcionando aos reeducandos atividades de incentivo à leitura, debates, projetos educacionais e socioculturais, entre outras ações. Cabe mencionar que o bibliotecário necessita de sensibilidade e de uma visão diferenciada nos ambientes privados de liberdade, pois o acervo da unidade prisional é constituído por meio de doações e

algumas obras são restringidas aos reeducandos por questões de segurança adotadas pelo diretor da unidade prisional.

As bibliotecas das penitenciárias do Complexo funcionam em dias úteis e em horário administrativo. Cada unidade prisional possui uma organização própria quanto à quantidade de pessoas que atuam na biblioteca, que, na maioria das vezes, são de uma a três (3) pessoas seguindo a carga horária de oito (8) horas e, assim, remindo a pena por trabalho. A biblioteca oferece somente o serviço de empréstimo de livros, que acontece por meio de uma listagem disponibilizada aos internos que estão nas galerias para que indiquem o livro do seu interesse.

Em relação à distribuição de livros, os empréstimos ocorrem quinzenalmente e é disponibilizado um (1) livro por interno na maioria das unidades. Quando os internos da biblioteca recolhem os livros e estes estão danificados, há um trabalho de restauração dessas obras que é feita pelo interno trabalhador. Contudo, ao danificar propositalmente o livro, o interno que cometeu esta ação pode ser punido através da suspensão temporária do direito de ficar de posse de um livro ou até sofrer processo administrativo disciplinar (PAD) por dano ao patrimônio público.

Outro fator que deve ser mencionado é que as bibliotecas do Complexo não possuem política de desenvolvimento de coleções – um documento significativo para a formação e desenvolvimento do acervo. Vergueiro (1989) expõe que a política funciona como diretriz para a tomada de decisão, pois descreve o estado da coleção, indica a metodologia de trabalho para alcançar os objetivos propostos e a quem esta coleção deve servir, tornando-se uma peça-chave para o planejamento do acervo.

O autor explica ainda que elaborar uma política para o desenvolvimento da coleção não é uma simples tarefa, por isso tal processo requer estudo e planejamento, bem como a participação de um bibliotecário (VERGUEIRO, 1989), uma vez que este profissional pode compreender as necessidades informacionais dos reeducandos e a sua realidade para promover ações com intuito de estimular a melhora do interno e apresentar novas expectativas de vida. De acordo com as diretrizes e recomendações da IFLA, a biblioteca prisional deve proporcionar aos reclusos “[...] oportunidade de desenvolver competências de literacia, de prosseguir interesses pessoais e culturais, bem como aprendizagem ao longo da vida” (LEHMANN; LOCKE, 2015, p.7).

Neste sentido, a instituição prisional pode aderir também a projetos voltados para a remição de pena pela leitura. Assim como informado anteriormente, as unidades do Complexo não possuem uma padronização administrativa. Somente a

PSVV possui atividades de remição de pena pela leitura, mas para participar deste projeto, o reeducando não pode estar trabalhando ou estudando. A instituição alega que, desta maneira, mais internos são oportunizados a participarem de atividades. Lehmann e Locke (2015) destacam que as autoridades dos estabelecimentos prisionais devem estar cientes de que, ao propiciarem atividades produtivas para o reeducandos, podem amenizar futuros problemas e/ou conflitos.

Cabe mencionar que mesmo a unidade prisional não tendo um projeto sólido voltado para a remição de pena pela leitura, a subgerente relata que, desde 2011, algumas ações vem sendo realizadas com auxílio de profissionais da educação, que utilizam livros da biblioteca nas aulas ou nas ações com parcerias de outras instituições. Essas ações apresentam contribuições expressivas na construção de conhecimento, melhora a escrita, o vocabulário e ameniza a ociosidade das pessoas em privação de liberdade. Destaca-se a importância da biblioteca neste processo, pois a leitura é para muitos a única ocupação.

Outro fator evidenciado pela instituição foi a mudança considerável dos reeducandos que leem livros, tornando-se leitores assíduos da biblioteca. Essa transformação é relevante, pois muitos adentram o sistema sem nenhuma formação sendo, de fato, muito significativo iniciar e concluir os estudos na unidade prisional e, através destes, remir a pena. Diante disso, Jacob (2006) menciona a biblioteca como um lugar de continuidade com o papel crucial de transmitir cultura e saberes. Neste sentido, a biblioteca torna-se uma ferramenta fundamental para o sistema, mas, para assim apresentar toda a sua funcionalidade, ela necessita ser vista como tal.

Neste momento, apresentam-se as informações referentes às unidades: PEVV I; PEVV II; PEVV III; PSVV e PEVV V na visão dos internos que trabalham na biblioteca nos quadros a seguir. Os entrevistados assinaram o TCLE e concordaram em participar da pesquisa voluntariamente e serão identificados por nomes fictícios escolhidos por eles próprios no preenchimento do questionário. Ademais, serão apresentadas as observações da pesquisadora realizadas no período das visitas às bibliotecas prisionais do Complexo.

- Penitenciária Estadual de Vila Velha I

Na PEVV I consta, segundo registro no Depen (no período de julho a dezembro de 2020), aproximadamente 1.343 pessoas privadas de liberdade em regime fechado.

No período desta pesquisa, eram três (3) internos trabalhadores na biblioteca, a saber: Harley Quin; Henrique e Rhuan Kayck conforme apresentado no Quadro 15.

Quadro 15 – Informações coletadas do questionário aplicado aos internos trabalhadores da biblioteca PEVV I

| Categorias | Dados obtidos |
|--|---|
| Perfil do interno | <ul style="list-style-type: none"> - Harley Quin: 29 anos; Ensino médio completo (concluído na unidade prisional, mas, antes de entrar, tinha até o 2º ano); antes da reclusão não frequentava biblioteca e agora trabalha na biblioteca da unidade há dois (2) meses. - Henrique: 26 anos; Ensino fundamental completo; não relatou se frequentava biblioteca anteriormente e trabalha na biblioteca há dois (2) meses. - Rhuan Kayck: 39 anos; Ensino superior incompleto; frequentou uma biblioteca na adolescência e trabalha na biblioteca há três (3) meses. |
| Funcionamento e serviços | <ul style="list-style-type: none"> - Não tem bibliotecário (a) na unidade; - Os internos trabalhadores desenvolvem as atividades de empréstimos com os agentes; - Os livros são separados por galeria e cada cela recebe quatro (4) livros por interno com prazo de trinta (30) dias para devolução; - O serviço de empréstimo é realizado com a supervisão do chefe de segurança; - Caso os livros retornem danificados, o interno que danificou fica três (3) meses sem poder fazer empréstimos; - As obras danificadas são restauradas pelos internos trabalhadores da biblioteca. |
| Remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - Os três (3) reeducandos estão remindo a pena pelo trabalho e não participam de nenhum projeto de remição de pena pela leitura. |
| Biblioteca, projetos e remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca não possui projetos, entretanto, auxilia na preparação dos internos para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); - Os reeducandos tem acesso à informação sobre atividades ou projetos voltados para a remição de pena por intermédio do diretor, chefe de segurança ou serviço social. |

| | |
|---------------------------------|--|
| Impressões e usos da biblioteca | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca é importante por ser uma fonte de informação; - Entretenimento para os reeducandos; - Educativa; - Um lugar transformador. |
|---------------------------------|--|

Fonte: Elaborado pela autora.

O reeducando Harley Quin relatou que gosta muito de ler e que há dois (2) meses está trabalhando na biblioteca. Neste espaço, ele organiza livros, realiza o serviço de empréstimo, mas sem a orientação de um profissional qualificado para tal função, entre outras demandas solicitadas pela unidade com auxílio dos outros dois (2) reeducandos. Em relação a projetos voltados para a remição de pena pela leitura, o reeducando expôs que, até o momento da pesquisa, não participava de nenhuma atividade, mas já participou de dois (2) projetos na unidade com instituições parceiras, entretanto, não informou o nome.

Ele detalhou que deveria ter projetos de remição de pena pela leitura para incentivar os outros internos a lerem e, assim, utilizarem os serviços da biblioteca. O reeducando relatou, ainda, que a biblioteca é importante, “[...] pois oferece informação e entretenimento para os reeducandos”. Neste contexto, Fonseca (2007) expõe que a biblioteca existe para servir aos que buscam informação, recreação e formação. Para tanto, é necessário que tenha um profissional qualificado para promover tais ações e apresentar atividades que a biblioteca pode oferecer nestes ambientes de reclusão.

Já o reeducando Henrique contou que gosta de ler e que, por isso, pediu uma oportunidade para trabalhar na biblioteca. Além disso, o interno relatou que, por sua dificuldade de locomoção, a biblioteca é um espaço ideal para ele; e ele trabalha na biblioteca faz dois (2) meses, catalogando os livros no computador e separando-os para serem guardados nas estantes.

O interno mencionou que não participava de nenhum projeto ou atividade voltada para a remição de pena pela leitura, e, em relação à biblioteca, destacou que é “[...] um importante passa tempo, onde aprende-se coisas novas e descansa a mente”. A biblioteca é um recurso informacional vital para os espaços de privação de liberdade, por reduzir a ociosidade e por estimular o uso criativo e construtivo do tempo dos internos (LEHMANN; LOCKE, 2015).

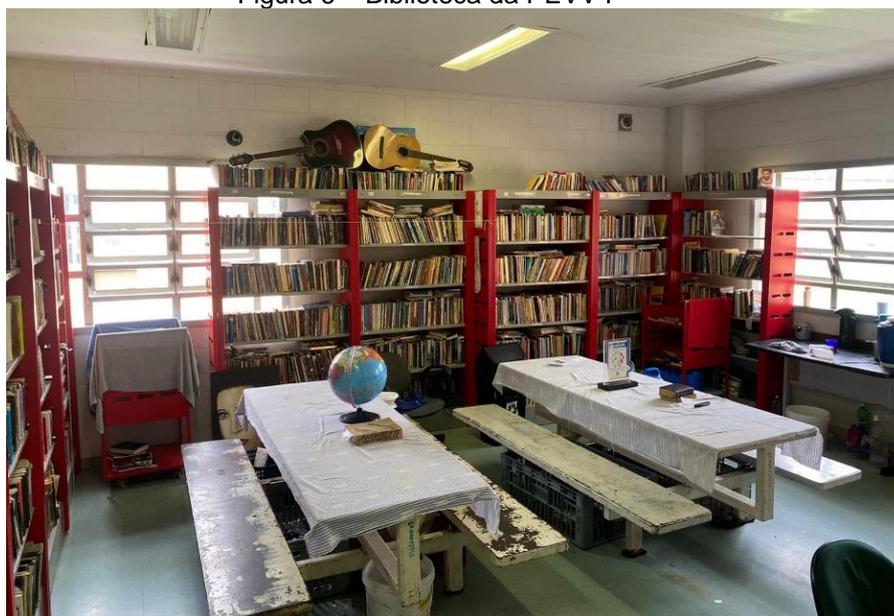
O reeducando Rhuan Kayck trabalhava na biblioteca do PEVV I fazia três (3) meses, mas contou que já trabalhou na biblioteca em outras unidades prisionais. Ele confessou que não gostava tanto de biblioteca antes quanto gosta hoje e que o hábito da leitura, principalmente bíblica, transformou sua vida. Ele realiza as seguintes atividades: entrega e recolhimento de livros nas galerias, cadastro de obras, limpeza e organização do ambiente. Mencionou que, além da biblioteca, trabalha na cozinha, onde obtêm a remição de pena pelo trabalho. Assim como os demais, o reeducando não participa de nenhuma atividade ou projeto de remição de pena pela leitura.

Rhuan Kayck relatou que está escrevendo um livro, com a autorização do chefe de segurança, e que esse livro não é uma biografia, mas, sim, uma história sobre desenvolvimento pessoal e sobre transformação. Em relação à biblioteca, ele comentou que é “[...] muito importante e que a leitura ajuda, acalma, ensina e nos dá esperança e expectativas muito além dos nossos pensamentos”. Por meio dos estudos, conquistou uma bolsa em uma faculdade, mas que teve de trancá-la por adentrar no presídio. Por isso, Jacob (2006) expõe que a biblioteca cria um ambiente de saber, onde os resultados são pontos de partida para o saber coletivo e evolutivo do leitor (JACOB, 2006).

Observa-se que a biblioteca do PEVV I, exibida na Figura 6, possui uma estrutura significativa, com onze (11) estantes, armários, mesas e dois (2) carrinhos de transporte para livros. Além de um computador, sem internet, para o cadastro dos livros. O acervo é constituído por livros diversos, revistas e DVDs doados, na maioria das vezes por familiares dos próprios internos. Assim que a unidade prisional recebe a doação, o item é vistoriado pelo chefe de segurança e depois encaminhado para a biblioteca para ser cadastrado.

Neste processo, o livro recebe algumas etiquetas com informações sobre a doação e o termo de responsabilidade (Anexo D). Apesar de variado, o acervo sofre restrições: as obras que remetem à violência ou ao crime são proibidas na unidade. Outra questão é a capa dura que é retirada do livro e adaptada por uma folha simples assim que chega à biblioteca.

Figura 6 – Biblioteca da PEVV I



Fonte: Imagem disponibilizada pela Sejus.

No período pandêmico do coronavírus SARS-CoV-2, os serviços de empréstimos ocorreram sem restrição na unidade. Para Zamite e Grigoletto (2021), a instituição precisa reconhecer a relevância da biblioteca no estabelecimento prisional, visto que os livros são dispositivos sociais e fontes para a transposição da realidade do cárcere. Portanto, é fundamental que o livro circule na unidade para que os reeducandos possam ter acesso à informação e à cultura, bem como usufruir dos benefícios da leitura. Nesta direção, Jacob (2006), explica que o poder da biblioteca não se encontra somente no mundo dos conceitos e das palavras, mas também na transmissão da cultura e nas suas rupturas.

- Penitenciária Estadual de Vila Velha II

Dados referentes ao período de julho a dezembro de 2020 apresentaram cerca de 1.667 pessoas em privação de liberdade no regime fechado na PEVV II (BRASIL, 2020). A biblioteca desta unidade foi desativada para dar lugar a outras demandas da instituição. Ao visitar a unidade, fomos recebidas pelo diretor Bruno Nienke Machado e a sua equipe e, assim, realizou-se uma visita técnica no PEVV II. Foram apresentados a estrutura da penitenciária e os projetos que os reeducandos realizam para remir a pena pelo trabalho e pelo estudo.

Contudo, senti a falta da biblioteca que, em 2014, tive a oportunidade de conhecer. A biblioteca tinha restrições para uso e empréstimo, mas existia o espaço

e estava ali para os internos acessarem os livros. Ela era bem estruturada, com várias estantes, mesas e carrinhos para transportar livros; e era também um local de trabalho e de remição de pena para alguns internos.

No decorrer da visita, encontramos algumas estantes com livros, no corredor da unidade, próximas às salas de aula. Os livros estavam sem registro e sem qualquer tipo organização. No entanto, o diretor explicou que estava em planejamento um novo espaço para alocar os livros e assim reativar a biblioteca; e ainda acrescentou que, mesmo sem espaço físico, os livros circulavam desde o início da pandemia. Vale ressaltar que a biblioteca é necessária para o desenvolvimento educativo, social e cultural do reeducando.

De acordo com Silva Neto e Leite (2011), as bibliotecas prisionais são espaços de oportunidades para os reeducandos, uma vez que eles têm acesso à educação e à leitura; e, com isso, à perspectiva de mudar de vida. É sabido que a prisão não é um ambiente propício para reintegrar o interno, pois há problemas de superpopulação e de infraestrutura, como já foi mencionado neste estudo. Contudo, se a instituição não promover ações para a melhora do reeducando, isso pode acarretar problemas futuros como tensões, conflitos e aumento da ansiedade dos internos.

- Penitenciária Estadual de Vila Velha III

De acordo com o Depen de 2020, no período de julho a dezembro de 2020, a unidade contava com aproximadamente 1.221 pessoas em privação de liberdade no regime fechado na PEVV III. No período deste estudo, a biblioteca tinha um (1) interno trabalhador denominado Soares, conforme apresentado no Quadro 16.

Quadro 16 – Informações coletadas do questionário aplicado ao interno trabalhador da biblioteca PEVV III

| Categorias | Dados obtidos |
|-------------------|--|
| Perfil do interno | - Soares: 29 anos; Ensino médio completo (antes de ingressar no sistema prisional, tinha até a 8ª série); não frequentava nenhuma biblioteca, trabalha na biblioteca há dois (2) meses. |
| | - A biblioteca não possui bibliotecário (a); - O interno trabalhador/biblioteca auxilia a escola na preparação de materiais para os alunos; |

| | |
|--|---|
| Funcionamento e serviços | <ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela organização e pela limpeza do espaço; - Catalogava os livros no computador, mas o equipamento foi retirado da biblioteca, por isso o registro passou a ser feito em um caderno (nome do autor e título da obra); - Realiza o serviço de empréstimo nas galerias com a fiscalização do chefe de segurança. Neste processo, o interno trabalhador escolhe os livros e os distribui para os outros. |
| Remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - O reeducando assina a remição de pena pelo trabalho e não participa de nenhum projeto de remição de pena pela leitura. |
| Biblioteca, projetos e remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca não desenvolve projetos, atividades culturais ou educativas com os internos; - O interno obtém acesso à informação sobre atividades de remição por meio do agente responsável. |
| Impressões e usos da biblioteca | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca é importante por ser um espaço onde pode-se remir a pena; - Um lugar de “escape” para sair da cela; - Espaço de convivência, pois tem contato com professores e agentes; - A biblioteca é um local de trabalho desejado por muitos internos na unidade. |

Fonte: Elaborado pela autora.

O reeducando Soares trabalha há mais ou menos dois (2) meses na biblioteca e gosta de ler obras de autoajuda, romances e livros de poesia. Ele relatou que teve a oportunidade de trabalhar em um local onde muitos internos gostariam de estar. O reeducando trabalha na biblioteca, mas também na limpeza da escola e corredores da unidade. Na biblioteca, ele auxilia os professores na preparação do material didático e separa os livros literários utilizados em sala de aula. Soares ainda relatou que gosta de trabalhar nesse espaço e queria que tivesse mais doações de livros, pois há uma carência de exemplares na unidade.

As doações são importantes ferramentas para a construção de um acervo, principalmente em ambientes prisionais, contudo, esse procedimento necessita de

critérios, ou seja, de uma política que estabeleça diretrizes para o recebimento das doações. Vergueiro (1989) explica que, nessa política, regulamentam-se os critérios para recebimento desses materiais doados – neste caso, os critérios de seleção das obras.

Por esse motivo, entende-se a importância de um bibliotecário e de uma política de desenvolvimento de coleções para que o acervo seja planejado conforme as demandas informacionais, educativas e culturais dos reeducando. Para Lehmann e Locke (2015), o acervo deve atender às necessidades recreativas e de reintegração dos reclusos e possuir uma variedade de materiais semelhantes ao acervo de uma biblioteca pública ou escolar.

A biblioteca da PEVV III está localizada em uma sala de eventos, onde acontece a formatura dos internos. A sala é grande (Figura 7), mas a biblioteca possui somente cinco (5) estantes (Figura 8), com acervo dividido entre obras literárias, mapas e livros didáticos. O acervo foi constituído, assim como nas outras unidades, por meio de doações. A unidade possui dois (2) carrinhos para transportar livros, uma televisão e um aparelho de DVD utilizados pela escola. Os professores que trabalham na unidade utilizam a biblioteca como apoio para suas atividades.

Figura 7 – Biblioteca do PEVV III



Fonte: Imagem disponibilizada pela Sejus.

Observei que as estantes possuem algumas etiquetas relacionadas a assuntos gerais, uma classificação prévia e aleatória realizada pelo interno trabalhador para localizar as obras. Todavia esse procedimento poderia ser realizado com orientação

de um bibliotecário, a fim de que este pudesse capacitar o reeducando para realizar as atividades na biblioteca, visto que a rotatividade de internos trabalhadores na biblioteca é alta e os serviços prestados são executados aleatoriamente pelos reeducandos.

Figura 8 – Estantes da biblioteca do PEVV III



Fonte: Imagem disponibilizada pela Sejus.

O serviço de empréstimo é realizado de forma eventual, seguindo somente o quantitativo de três (3) livros por cela e com penalidade para aqueles que danificam o livro. Quando isso acontece, a cela fica sem receber livros por aproximadamente quinze (15) dias. O processo de restauração das obras danificadas é executado pelo interno que trabalha na biblioteca.

- Penitenciária Semiaberta de Vila Velha.

Segundo o Depen de 2020, no período de julho a dezembro de 2020, a penitenciária compreendia aproximadamente 1.641 pessoas no regime semiaberto na PSVV. No período deste estudo, a biblioteca contava com dois (2) internos trabalhadores: Gustavo Lucas e José, conforme apresentado no Quadro 17. Os reeducandos estão há pouco tempo trabalhando na biblioteca e não souberam descrever as atividades que a mesma desenvolvia, mas contaram as atividades que eles executam.

Quadro 17 – Informações coletadas do questionário aplicado aos internos trabalhadores da biblioteca PSVV

| Categorias | Dados obtidos |
|--|--|
| Perfil do interno | <ul style="list-style-type: none"> - Gustavo Lucas: 26 anos; Ensino médio completo (completado no sistema prisional, quando entrou estava na 7ª série); não frequentava biblioteca; trabalha na biblioteca há três (3) semanas. - José: 29 anos; Ensino médio completo (completado no sistema prisional, quando adentrou no sistema tinha 1º ano); não frequentava biblioteca; trabalha na biblioteca há vinte (20) dias. |
| Funcionamento e serviços | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca não tem bibliotecário (a); - Os internos tinham pouco tempo na biblioteca; - Não souberam detalhar como era realizado o empréstimo para as galerias; - Obtêm informações sobre trabalho ou projetos através da direção, psicólogos e pela assistência social da unidade; - Separam livros para as atividades dos psicólogos; - As atividades que executam são supervisionadas por um inspetor. |
| Remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - Os dois (2) reeducandos da biblioteca estão remindo a pena pelo trabalho e não participam de nenhum projeto de remição de pena pela leitura. |
| Biblioteca, projetos e remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca não desenvolve nenhum projeto, mas auxilia algumas atividades com os internos por meio da escola. |
| Impressões e usos da biblioteca | <ul style="list-style-type: none"> - Uma fonte de informação; - A leitura liberta, transforma e muda o caráter do interno; - A biblioteca é um lugar de conhecimento, de trabalho (remição) e de distração; |

Fonte: Elaborado pela autora.

O reeducando Gustavo Lucas trabalha há três (3) semanas na biblioteca e está aprendendo, junto com José, as tarefas. Ele relatou que não frequentava biblioteca, que já leu alguns livros e que tinha preferência por obras de romances. Comentou que

foi convidado a trabalhar na biblioteca e que estava gostando. Mencionou que a biblioteca era fundamental para os internos no acesso à informação e relatou que deveria ter uma capacitação para os internos que atuam na biblioteca. Diante disso, Tonin e Souza (2014) relatam que este espaço tem por objetivo dar suporte ao ensino da instituição, incentivar e formar leitores, ou simplesmente ocupar a ociosidade dos reeducandos.

O outro interno trabalhador, José, atuava na biblioteca há vinte (20) dias e relatou que, antes da prisão, não frequentava biblioteca. Assim como Gustavo Lucas, José foi convidado a trabalhar na biblioteca da unidade. Ele contou que estava aprendendo as tarefas do setor e a organizar a biblioteca. Relatou que “[...] a leitura liberta, transforma e muda o caráter do interno”. A biblioteca, além de ser um lugar de conhecimento e de distração, promove trabalho e, por meio deste, o reeducando abate sua pena. Ademais, a leitura ocupa o tempo ocioso, e por esse motivo é “[...] importante levar a biblioteca até os internos”.

De acordo com os internos trabalhadores, a biblioteca não desenvolve projetos de remição de pena pela leitura, porém, em alguns livros da unidade tem uma etiqueta que traz orientações sobre o uso do livro e o desligamento do interno de um projeto da biblioteca quando a unidade prisional era denominada PEVV IV (ANEXO E). Esse projeto não é de conhecimento dos internos que estão atualmente na biblioteca. No entanto, José relatou que já participou de um projeto de remição pela leitura em outra unidade prisional, mas não comentou qual projeto ou qual atividade desenvolvida.

No dia da visita, os alunos/internos estavam participando de uma atividade sobre a Consciência Negra com os professores no auditório da unidade, mas sem envolvimento direto com a biblioteca. Além disso, nas salas onde ficavam os materiais e as estantes das bibliotecas, estava ocorrendo uma palestra da Comissão Técnica de Classificação sobre trabalho, ministrada pelo psicólogo da unidade para outros reeducandos.

A biblioteca neste período estava passando por reformas, por isso foi dividida em duas salas, cada uma com sete (7) estantes. Até a elaboração desta análise, não foram obtidas mais informações sobre o desfecho desta reforma. Por esse motivo, o serviço de empréstimo estava suspenso nas galerias, uma situação preocupante para os leitores/internos. Apesar de não terem experiência no serviço de empréstimo, os reeducandos relataram que, quando solicitados, separavam livros para projetos de outros setores e também organizavam as salas dos cursos.

A biblioteca contém livros, revistas, jogos e mapas, além de estantes, armários, carrinhos para transportar livros e um computador sem internet. Em relação ao cadastro de obras, ambos desconheciam o procedimento e estavam conhecendo a biblioteca pelo fato de serem novos no setor. As informações sobre os serviços da biblioteca são transferidas por meio de conversas, sem orientação documentada. Isso atrapalha o desenvolvimento da mesma, pois há uma grande rotatividade de reeducandos neste setor. O interno necessita de capacitação para atuar na biblioteca e para conseguir dar continuidade ao trabalho elaborado anteriormente por outros reeducandos.

- Penitenciária Estadual de Vila Velha V

Nos dados do Depen de 2020, consta que, no período de julho a dezembro de 2020, a penitenciária tinha aproximadamente 1.393 pessoas privadas de liberdade, sendo 1.042 no regime fechado e 351 no provisório. No período da aplicação do questionário, a biblioteca contava com três (3) internos trabalhadores: Celestino, Léo e Modesto, conforme apresentado no Quadro 18.

Quadro 18 – Informações coletadas do questionário aplicado aos internos trabalhadores da biblioteca PEVV V

| Categorias | Dados obtidos |
|--------------------------|--|
| Perfil do interno | <p>- Celestino: 27 anos; Ensino superior completo; frequentava biblioteca antes do cárcere e trabalha há dez (10) meses no setor.</p> <p>- Léo: 46 anos; Ensino médio completo (concluído no sistema prisional, tinha o ensino fundamental incompleto), antes de adentrar no cárcere não tinha lido nenhum livro e nunca frequentou biblioteca e trabalha no setor há dois (2) meses.</p> <p>- Modesto: 43 anos; Ensino técnico; não relatou se frequentava biblioteca, mas tem o hábito da leitura desde a adolescência e trabalha na biblioteca há três (3) anos.</p> |
| Funcionamento e serviços | <p>- Na unidade não tem bibliotecário (a);</p> <p>- Os internos foram recrutados pela direção para trabalhar na biblioteca;</p> <p>- Realizam a conferência e o cadastro de obras, de revistas, de apostilas, de jogos e a distribuição de livros;</p> |

| | |
|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none"> - São responsáveis pelo serviço de empréstimo que acontece por meio de um catálogo de livros separados por galerias mensalmente; - Entregam os livros nas galerias com a supervisão de um inspetor; - Restauram livros danificados que foram devolvidos nas galerias. |
| Remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - Os reeducandos assinam a remição de pena pelo trabalho e não participam de nenhum projeto de remição de pena pela leitura. |
| Biblioteca, projetos e remição de pena | <ul style="list-style-type: none"> - A biblioteca não desenvolve projetos de remição de pena, mas elabora atividades com os reeducandos das galerias – projeto de xadrez e dominó; - Realiza escambo de livros com um sebo em Vila Velha (ES), atividade supervisionada por um inspetor. |
| Impressões e usos da biblioteca | <ul style="list-style-type: none"> - Um setor de trabalho importante para os internos; - A biblioteca desperta o interesse dos reeducandos para a leitura; - Uma fonte de informação, educação, cultura e lazer; - Acesso à leitura. |

Fonte: Elaborado pela autora.

O reeducando Celestino atua há dez (10) meses na biblioteca da unidade. Ele relatou que frequentava a biblioteca onde estudava, mas confessou que lê mais agora do que antes. Além da biblioteca, trabalha no almoxarifado e na administração. O reeducando proferiu que gosta de trabalhar na biblioteca e que se sente feliz ao despertar o interesse dos colegas para a leitura. Comentou que este setor requer mais pessoas, pois “[...] há muito trabalho [...]” ou que os trabalhadores fossem “[...] exclusivos para tais serviços”. Ademais, relatou que a unidade poderia receber mais doações de livros para aumentar o catálogo da biblioteca.

Já o interno Léo trabalha no setor há dois (2) meses e confessou que “[...] nunca tinha lido um livro, hoje já perdeu a conta [...]” e esta realidade não compete somente a ele, pois outros internos não tinham o hábito de leitura ou de frequentar biblioteca. Além de trabalhar neste setor, atua na limpeza e na barbearia da unidade. Ele mencionou que, na biblioteca, realiza o serviço de empréstimo e de restauração dos

livros danificados devolvidos pelas galerias e que gosta de trabalhar neste espaço por ter acesso à leitura. Léo gostaria que o espaço fosse ampliado, pois, segundo ele, a biblioteca é pequena.

O terceiro reeducando, o Modesto, trabalha na biblioteca desde 2018 e é o interno que mais conhece seu acervo e seus serviços. Assim como os outros reeducandos, foi convidado a trabalhar no espaço, mas também atua na lavanderia e no almoxarifado. Na biblioteca, cadastra e restaura livros, faz o serviço de empréstimo e, junto com os colegas, organizam os projetos de xadrez e dominó nas galerias inspecionados pelos agentes.

Ele relatou que está elaborando junto com um interno um livro que aborda sobre a conversão espiritual e as mudanças que ocorrem dentro do cárcere. Modesto destacou que a biblioteca é um lugar de suma importância para a pessoa privada de liberdade, pois “[...] para alguns, este é o único meio de espairecer a cabeça e fugir da realidade”. Diante disso, menciona a relevância de projetos de remição pela leitura na biblioteca como incentivo para os internos.

Quando visitei a unidade, percebi que a biblioteca era pequena, mas que ela possuía muitos livros, muitas revistas científicas e muitas revistas de quadrinhos, além de três (3) computadores e de seis (6) estantes, dentre as quais, duas eram utilizadas para materiais de papelaria (Figura 9). A biblioteca foi adaptada para outro lugar, pois a antiga localizava-se em um espaço aberto e seus livros foram desaparecendo, já que não havia nenhum controle sobre seu acesso.

Figura 9 – Biblioteca do PEVV V



Fonte: Imagem disponibilizada pela Sejus.

Em relação ao acervo, as obras agora são cadastradas em planilhas no computador, porém sem orientação qualificada. Com auxílio do computador, eles têm o controle de quantidade de obras, de livros doados e de livros emprestados. Além dos livros, os reeducandos cadastram os materiais do almoxarifado na biblioteca. O serviço de empréstimo acontece por meio de um catálogo de livros (ANEXO F⁴⁰).

Este catálogo é enviado para as galerias mensalmente e os reeducandos escolhem seus livros. Após essa ação, os internos da biblioteca registram os pedidos e imprimem uma planilha com os livros solicitados para que os leitores/internos assinem o documento na entrega e na devolução das obras. No entanto, quando o livro é doado pela família do interno, a obra é disponibilizada semanalmente para o mesmo.

Assim que devolvidos, os livros são vistoriados pelos internos trabalhadores, observando-se o estado físico. Caso o livro esteja danificado, a pessoa que cometeu o ato fica “[...] bloqueada por tempo indeterminado”, ou seja, sem receber livros. Cabe destacar que, em média, são realizados trezentos (300) empréstimos por mês e que cada interno, na cela, pode escolher um (1) livro do catálogo. No período da pandemia, o serviço de empréstimo não foi suspenso para os reeducandos.

Diante das informações obtidas a partir da colaboração dos reeducandos do Complexo, pode-se observar algumas particularidades de cada unidade referente às atividades executadas pelos internos que trabalham na biblioteca, pelo fato de cada penitenciária possuir um diretor, com administração própria e com regimes diferentes.

Mas é possível destacar algumas semelhanças entre esses ambientes: nenhuma unidade conta com a atuação do profissional bibliotecário; os internos que são recrutados a trabalhar na biblioteca não recebem formação qualificada; o acervo é, na maioria das vezes, formado por doações realizadas pela família do reeducando; o sistema não possui uma política para a formação e para o desenvolvimento de coleções; a biblioteca é vista como um espaço de trabalho e uma fonte de informação para os internos; e existe grande rotatividade dos internos trabalhadores no setor. Além disso, nenhum dos reeducandos estavam remindo parte de sua pena por meio da leitura ou atividades complementares.

⁴⁰ Os internos elaboraram um código para organização do acervo, exemplo Código AA, significa Autoajuda.

Por isso, Silva Neto e Leite (2011) descrevem a biblioteca prisional como lugar por meio do qual os internos têm acesso à educação, à leitura e ao convívio social com os outros internos, mas, para isso, é fundamental o apoio do bibliotecário para mediar tais atividades na busca por informação e na aquisição de conhecimento. Com o suporte e a supervisão deste profissional, a instituição pode promover a capacitação dos internos para atuarem na biblioteca e, assim, desenvolver técnicas para melhor uso da biblioteca no ambiente prisional. Ranganathan (2009) explica que a biblioteca é um organismo em desenvolvimento e pode estar sujeita a novas mudanças para evoluir.

Para que esse crescimento aconteça, é necessário desenvolver diretrizes que ampliem as potencialidades de usos da biblioteca prisional. Em relação ao acervo, é necessária a elaboração de políticas para desenvolvimento de coleções e para os serviços prestados pelas pessoas que trabalham nesses espaços, bem como a orientação e a capacitação dos internos sobre a dinâmica de serviços da biblioteca. No entanto, Vergueiro (1989) explica que redigir uma política não é uma tarefa simples, pois necessita de estudo e de planejamento para elaborar diretrizes para tomada de decisão sobre a coleção e conhecimento das necessidades informacionais da comunidade em que a biblioteca está inserida. Essa, por sua vez, é uma demanda que o bibliotecário encontra-se apto a realizar.

Tais políticas ou tais atividades envolvendo a biblioteca e a leitura podem promover reflexões e transformações na vida do reeducando. Nas unidades visitadas, foi possível observar, por meio do questionário e das conversas com os internos que trabalham na biblioteca, a diferença na forma de se expressar (escrita e oral) entre os internos que tinham o hábito de leitura há mais tempo e os iniciantes.

Destaca-se, neste momento, o poder transformador da leitura no ambiente prisional. Para Zamite e Grigoletto (2021), o livro é um dispositivo que configura diferentes interações e processos relacionados a saberes e fazeres em ambientes com privação de liberdade, além de promover um sentimento significativo de fuga da realidade do cárcere.

Conclui-se nesta seção, que complementa e que atualiza as demais em relação à conformidade dos objetivos, os encaminhamentos da seção 2 para relatar a Conformação da pena e da prisão no cenário da execução penal no Brasil. Identificar o funcionamento e as práticas de remição de pena desenvolvidas pelas unidades prisionais a partir de suas vinculações com as bibliotecas do Complexo Penitenciário

de Xuri, em Vila Velha (ES) foi feita na seção 3.4. Caracterizar os usos das bibliotecas prisionais como espaço para práticas socioeducativas e de acesso à informação para os internos do Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES) foi realizada nas seções 3.2, 3.3 e 5. E por fim, Analisar as potencialidades de implementação de projetos voltados para remição de pena pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri, em Vila Velha (ES), a partir de uma política emancipatória da unidade penal mediada pela biblioteca, foi apresentado nas seções 2.3, 3.5 e 5.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao desenvolvimento desta pesquisa, pode-se atentar para as contribuições no âmbito da Ciência da Informação e de outras áreas do conhecimento com as quais foi possível estabelecer diálogo. Os dados recuperados proporcionaram novos conhecimentos e interpretações sobre o sistema prisional, principalmente, do Estado do Espírito Santo. Apresentou-se a relevância da biblioteca prisional e de seus serviços, através de estudos e de práticas desenvolvidas por bibliotecários atuantes e pesquisadores do Brasil. Foi possível também evidenciar as diretrizes e as recomendações para o uso favorável da biblioteca em unidades prisionais e como o espaço pode ser melhor usufruído para projetos voltados para a remição de pena, principalmente, por intermédio da leitura.

Esse percurso fortaleceu os conhecimentos práticos que tive em minha vivência como instrutora do Sest Senat, em 2014, nas unidades do Complexo Penitenciário de Xuri (ES), preparou-me para a pesquisa de campo e sustentou o meu contato com os responsáveis pelas unidades e os internos trabalhadores, bem como a observação e análise dos dados coletados nas bibliotecas prisionais.

Em virtude do que foi mencionado, observou-se que as unidades do Complexo Penitenciário de Xuri (ES), em sua maioria, possuem bibliotecas em sua estrutura organizacional. Todavia muitas são subutilizadas e/ou pouco exploradas pela instituição em relação a projetos ou a atividades que envolvam práticas de leitura. De acordo com os dados coletados, o serviço de empréstimo acontece, porém de forma aleatória, sem orientação de um profissional capacitado e com algumas restrições de obras e de materiais. Por questões de segurança, alguns materiais são censurados nas galerias, entretanto, deve-se relatar que o reeducando tem direito ao acesso à informação. E muitos têm esse acesso por meio de livros, dispositivos sociais que proporcionam um momento de lazer, de estudo e de cultura.

A princípio, a biblioteca é vista como um lugar de trabalho tanto pela instituição, quanto pelos reeducandos. Em relatos, alguns internos informaram que a biblioteca é um lugar cobiçado de trabalho, pois muitos querem trabalhar nesse espaço. Evidenciaram também a importância desse ambiente como fonte de conhecimento e de lazer. Contudo, deve-se observar que, além de um espaço de trabalho, a mesma pode oferecer outros serviços e outras atividades que colaborem não só para o desenvolvimento social, cultural e educacional do interno, mas também no abatimento

de parte da pena, com projetos direcionados à remição de pena pela leitura, visto que os internos que atuam na biblioteca abatem parte de sua pena somente por meio da remição pelo trabalho.

Durante a pesquisa, detectou-se no processo de levantamento de dados bibliográficos poucos textos científicos sobre a origem, a função e as potencialidades da biblioteca prisional e da remição de pena no Brasil e, principalmente, no Estado do Espírito Santo. Por isso, a importância de pesquisas que abordem esta temática para que outros pesquisadores possam dar continuidade a estudos relacionados à biblioteca prisional. O intuito é ampliar as discussões sobre esse tema no campo da Ciência da Informação e difundir tal conhecimento para as demais áreas.

A proposta é apresentar explicitar a instituição e os profissionais que atuam no sistema carcerário, as potencialidades de uso e a atuação da biblioteca e do bibliotecário para a melhor exploração desses espaços em benefício dos reeducandos. Além disso, é necessário demonstrar para os gestores das unidades prisionais que a biblioteca é um espaço útil e necessário para os reeducandos, pois, em alguns casos, a mesma é a primeira a sofrer realocações para espaços menores ou mesmo são desativadas.

Acredita-se que as demonstrações realizadas pelo atual estudo contribuirão para que a instituição possa melhor usufruir do espaço e dos serviços da biblioteca. Neste sentido, o sistema prisional poderá ser beneficiado com um espaço potencial não somente para o trabalho, mas também para o desenvolvimento e para a implantação de projetos que fomentem práticas de leituras e ações que contribuam para amenizar a vida no cárcere e que garantam ao reeducando a possibilidade de remir sua pena por meio de outros benefícios.

Em relação às limitações, identificou-se que a prisão não é um ambiente adequado e reintegrador para o interno, pois há problemas de superpopulação e de infraestruturas. Todavia este cenário não é uma particularidade do ES, mas de todo o território brasileiro. Os dispositivos punitivos existem e são praticados há longos períodos, o que altera é o modelo da prisão e como o castigo/pena é praticado. Por essa razão, deve-se propor e apresentar condições para que ocorram melhorias na vida dos sujeitos encarcerados, mesmo em meio a atual situação do sistema.

O sistema prisional possui dispositivos que podem colaborar para que o reeducando tenha oportunidade de transformar sua realidade. A biblioteca tem o papel fundamental neste processo e, além de disponibilizar informação, entretenimento e

cultura, exerce a função educadora e social para o interno. Quando o espaço é utilizado e promove ações, ele desperta o interesse dos reeducandos para a leitura e proporciona uma atividade para aqueles que estão privados de liberdade.

Por todos esses aspectos, a biblioteca é um espaço fundamental no ambiente prisional que necessita ser compreendida pela instituição como um lugar apto à implementação de projetos de remição de pena e/ou de ações que colaborem para o uso do espaço. É imprescindível que haja uma política que direcione esta ação. E, para elaborar essa política, é essencial o protagonismo do profissional bibliotecário, capacitado para tal função, e para que a biblioteca possa ser gerida de forma qualificada.

Com a colaboração do bibliotecário, a instituição poderia promover a capacitação dos internos trabalhadores da biblioteca, visto que os mesmos não são capacitados para assumirem a função. É importante esta formação para que os reeducandos possam conhecer a potencialidade da biblioteca e dos seus serviços para que os livros circulem no ambiente carcerário de forma vital e promovam transformações.

Outra sugestão é a instituição promover parcerias com Universidades, para que a Academia possa realizar projetos de extensão que envolvam o sistema prisional e, assim, levar o conhecimento teórico para a prática no ambiente privado de liberdade. Cabe acrescentar que as parcerias são promissoras, no entanto, os dados obtidos revelaram que é imprescindível a contratação de um bibliotecário para a regularidade das atividades em meio às rotatividades de internos trabalhadores nesse espaço, para que a biblioteca seja um espaço vivo, onde são desenvolvidas atividades voltadas para prática leitora e para a remição de pena.

Em virtude do aprendizado adquirido no contato com a realidade do Complexo Penitenciário de Xuri (ES), pretende-se explorar novos ambientes prisionais do Espírito Santo ou de outros Estados. O intuito é conhecer a realidade e o funcionamento de outros tipos de estabelecimentos prisionais e apresentar novos estudos para contribuir com esta temática. Neste sentido, pretende-se para o Doutorado, o desenvolvimento de estudos sobre a população carcerária feminina e a prática leitora.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Manoela. Presídios do ES vão de denunciados na ONU a menos violentos do país. **G1/Espírito Santo**, Vitória, 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2017/01/presidios-do-es-vao-de-denunciados-na-onu-menos-violentos-do-pais.html>. Acesso em: 20 maio 2021.
- ALEXANDRE, Nádia da Silva. **Biblioteca prisional e biblioterapia como instrumentos de ressocialização**. 2017. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2729>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- ALVARES, Lilian; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de. Marcos históricos da Ciência da Informação: breve cronologia dos pioneiros, das obras clássicas e dos eventos fundamentais. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 195-205, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/rQZcj9bqkmQW5xrpLK8Z8NL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2021.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando Afonso; SOUZA, Luís Antônio Francisco de. A sociedade e a lei: o Código Penal de 1890 e as novas tendências penais na Primeira república. **Justiça e História**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, 2003. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/publicacao/a-sociedade-e-a-lei-o-codigo-penal-de-1890-e-as-novas-tendencias-penais-na-primeira-repblica/>. Acesso em: 30 set. 2020.
- AMAPÁ (Estado). Tribunal de Justiça. Portaria nº 001, de 12 de março de 2019. Vara de Execução Penal. [Disciplina a remição pela leitura no âmbito do sistema prisional para os regimes fechado, semiaberto e aberto da Comarca de Macapá no Estado do Amapá]. **Diário Oficial do Estado do Amapá**, Macapá, 2019. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/684519309/portaria-n-001-2019-12-03-2019-do-tjap?ref=topic_feed. Acesso em: 8 nov. 2020.
- AMARAL, Cláudio do Prado. **A história da pena de prisão**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ANDRADE, Maria Eugênia Albino; OLIVEIRA, Marlene de. A Ciência da Informação no Brasil. In: OLIVEIRA, Marlene (coord.). **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.45-60.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga; OLIVEIRA, Marlene. A produção de conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, Marlene (coord.). **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.29-43.

ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de. **Apropriações de Bruno Latour pela ciência da informação no Brasil**: descrição, explicação e interpretação. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ECID-7UUQGN/1/ppgci_ronaldo_2009.pdf. Acesso em: 27 ago. 2020.

ARAÚJO, Thays Coelho de. **Remição penal pela leitura e letramento**: subjetivação e dessubjetivação do sujeito preso. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6549/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Thays%20Ara%C3%BAjo. Acesso em: 10 jul. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo o doutor Luiz Pedreira do Coutto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1848. Vitória: APEES, 1848. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso Espírito-santense na segunda sessão da 6ª Legislatura. Vitória: APEES, 1908. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/relatorios-e-mensagens-2>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BACELAR, Renan Victor Boy. **Direito canônico**: vivências históricas e teóricas da cultura jurídica ocidental. 2018. 225 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AY5LA5/1/bacelar__direito_can_nico.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

BAILEY, Andree. Standards for Library Service in Institutions: A. In the Correctional Setting. **Library Trends**, [S.l.], v. 21, p. 261-266, 1972. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/4816011.pdf>. Acesso em: 11 jun.2021.

BARBOSA, Andreza Gonçalves. **Práticas informacionais das apenadas do Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade de Vespasiano/MG**. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-B4YJ7Z>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Biblioteca Pública**: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2010. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/publicacoes/biblioteca-publica-principios-diretrizes>. Acesso em: 11 jul. 2021.

BITENCOURT, César Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Aidil Paes de; LEHFELD, Neide de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, Washington, v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOZZETTI, Rodrigo Porto; SALDANHA, Gustavo. Jesse Shera, the Wars and the Pietá: social epistemology as criticism of information ontology. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**. [s. l.], v. 11, n. 2, p. 79-87, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/6681>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.386, de 14 de janeiro de 1882. Institui novo Regulamento para a Casa de Correção da Côrte. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1882. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8386-14-janeiro-1882-544928-publicacaooriginal-56609-pe.html>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 jun. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm. Acesso em: 2 out. 2020.

BRASIL. Conselho de Justiça Federal. **Portaria Conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012**. Disciplina o Projeto da Remição pela Leitura no Sistema Penitenciário Federal. [Brasília, DF], 2012. Disponível em: http://www.cjf.jus.br/cjf/documentos/portaria_remissaoopelaleitura.pdf/view. Acesso em: 4 set. 2020.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Depen publica Nota Técnica sobre remição de pena pela leitura**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/depen-publica-nota-tecnica-remicao-de-pena-pela-leitura>. Acesso em: 4 out. 2020.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Segundo Levantamento do Depen, as vagas no sistema penitenciário aumentaram 7,4%, enquanto a população prisional permaneceu estável, sem aumento significativo**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/tAJoi>. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: dezembro de 2019. Brasília, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/VKkYx>. Acesso em: 20 set.2020.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: janeiro a junho de 2021. Brasília, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/FKYTY>. Acesso em: 4 maio 2022.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. Nota Técnica nº 1/2020/DEPEN - Remição pela Leitura. **Revista Brasileira de Execução Penal**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 309-331, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/175>. Acesso em: 4 out. 2020.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**: Periódico de Divulgação Científica da FALS, Praia Grande, SP, ano 4, n. 8, jun. 2010. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela12/Artigo4_ed08.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

CABRAL, Maria Raimunda de Lira. **Atuação em bibliotecas prisionais**: percepção de formandos em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina. 2010. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/120624/296665.pdf?sequencia=1>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CAMARGO, Mayra Rosa de. **Biblioteca prisional**: um estudo na penitenciária feminina Consuelo Nascer. 2018. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/15952>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal Parte Geral**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Rev. Esc. Bibliot. UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76140>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CARVALHO, Cristina de; CARVALHO, Marcelo Dias de. Projetos de mediação de leitura e bibliotecas em presídios femininos. **Rev. Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 136-163, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/71092>. Acesso em: 24 jan. 2021.

CARVALHO, Jonathas. **A importância da biblioteca nos presídios**. In: CARVALHO, Jonathas. Blog Jonathas Carvalho. Cariri, CE, 2009. Disponível em: <http://professorjonathascarvalho.blogspot.com/2009/09/importancia-da-biblioteca-na-prisao>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARVALHO, Jonathas. **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação**. Rio de Janeiro: Agência Biblio, 2016.

CARVALHO, Luiza Sousa de. O encarceramento em massa da população negra, agenciado pelo Estado brasileiro, como um mecanismo do genocídio anti-negro. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16., 2018. Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ENPESS, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CAVALCANTI, Elisângela Caldas Braga. **Cinema na cela de aula: o uso de filmes no ensino de biologia para a EJA prisional**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ppgec.unb.br/images/sampled/data/dissertacoes/2011/versaocompleta/elisangela_caldas_braga_cavalcante.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

CHIAVERINI, Tatiana. **Origem da pena de prisão**. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/8885/1/Tatiana%20Chiaverini.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CINQUE, Yara Maria da Silva; OLIVEIRA, Caroline Gomes de; GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini. Estudos relacionados a biblioteca prisional: análise bibliométrica na base Scopus (1927-2017). **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16902>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COLARES, Leni Beatriz; LINDEMANN, Cátia Rejane. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 205-215, set./dez. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92634>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Recomendação nº 44, de 26 de novembro de 2013. **Diário da Justiça**, Brasília, 27 nov. 2013. Disponível em: www.cnj.jus.br/dje/jsp/dje/DownloadDeDiario. Acesso em: 2 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Saiba como funciona a remição de pena. **CNJ Serviço**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-funciona-a-remicao-de-pena/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Resolução nº 391 de 10 de maio de 2021. **Agência CNJ de notícias**, Brasília, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. **Relatório de inspeção no Estado do Espírito Santo**: 12 a 14 de março de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/relatorio-presidio-e.pdf>. Acesso em: 20 maio 2021.

CORREIA, Gabriella Viroli Cavalcanti. **Remição da pena pela leitura**: a importância da biblioteca prisional. 2019. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação) - Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8016425. Acesso em: 2 jun. 2020.

COSTA, Amabile. **Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária masculina de Florianópolis**: um estudo de caso. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216645>. Acesso em: 25 jul. 2021.

COSTA, Amabile; LINDEMANN, Catia Rejane; PIZARRO, Daniella Camara; SILVA, Joel Nunes da. Bibliotecas prisionais catarinenses e a ausência do bibliotecário. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 874-885, ago./nov., 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1256/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

COSTA, Amabile; PIZARRO, Daniella Camara; BARROS, Camila Monteiro de. Biblioteca da Penitenciária de Florianópolis: um espaço sociocultural e educativo. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 372-387, ago./nov., 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109205>. Acesso em: 28 jul. 2021.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro. Biblioteca prisional e a leitura nos espaços de privação de liberdade. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 427-436, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/120765>. Acesso em: 11 dez. 2021.

COSTA, Amabile; BARROS, Camila Monteiro. Constituição do acervo da biblioteca da penitenciária de Florianópolis. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 55-70, set.2019/fev.2020. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v10i2p55-70. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/164336/158773>. Acesso em: 11 dez. 2022.

COSTA, Amabile; SALES, Rodrigo de. Biblioteca prisional: um espaço heterotópico. **Brazilian Journal of Information Science: Research trends**, [s.l.], v. 15, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/11298>. Acesso em: 13 jul.2021.

COSTA, Álvaro Mayrink da. **Direito penal**: parte geral. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Bricquet de Lemos, 2008.

DAEMON, Basílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística. 2. ed. Vitória: Secretaria de Cultura; Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010. (Coleção Canaã, v.12).

DIAS, Kaique. Projeto quer reduzir pena de detentos no ES por meio da leitura. **G1/Espírito Santo**, Vitória, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/11/projeto-quer-reduzir-pena-de-detentos-no-es-por-meio-da-leitura.html>. Acesso em: 4 out.2020.

EIRAS, Bruno Duarte. Uma janela para o mundo: bibliotecas e bibliotecários em meio prisional. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE BAD, 9., 2007, Lisboa. **Anais [...]**, Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários BAD, 2007. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/556>. Acesso em: 19 nov. 2019.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 1531-R, de 30 de agosto de 2005**. Inclui na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça e a Escola Penitenciária do Espírito Santo. Alterado pelo Decreto nº 3987/2016. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4.247-R, de 10 de maio de 2018**. Altera a Estrutura Organizacional Básica da Secretaria de Estado da Justiça, sem elevação da despesa. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei ordinária nº 688, de 29 de dezembro de 1952**. Determina que a Penitenciária do Estado, criada pela Lei nº 1416/1924 e posteriormente instituída como "Penitenciária Pedra D'Água", passará a denominar-se "Instituto de Readaptação Social. Revogada e consolidada pela Lei nº10.975/2019. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1952. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 2.517 de 10 de julho de 1970**. O Sistema Penitenciário do Espírito Santo será reestruturado de acordo com esta lei e complementado pelos regulamentos internos de seus órgãos integrativos do Poder Executivo. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1970. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/es/lei-ordinaria-n-2517-1970-espírito-santo->. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 3.172 de 11 de novembro de 1977**. Criação da Casa de Detenção Odilon Castelo Borges em Vila Velha. Revogada e consolidada pela Lei nº 10.975/2019. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1977. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 3.295 de 13 de novembro de 1979**. Criação da Penitenciária Agrícola do Espírito Santo "Desembargador Mario da Silva Nunes", a Colônia Penal Agrícola de Viana. Revogada e consolidada pela Lei nº 10.975/2019. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1979. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 4.432 de 13 de setembro de 1990**. Implantação de Penitenciárias Agrícolas no Estado. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1990. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.013 de 18 de janeiro de 1995**. Criação da Penitenciária Estadual de Linhares, denominada "Desembargador José Mathias de Almeida Neto". Revogada pela Lei nº 5037/95. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1995. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.014 de 18 de janeiro de 1995**. Criação da Penitenciária Estadual de Cachoeiro de Itapemirim, denominada "Dr. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg". Revogada pela Lei nº 5037/95. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1995. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.037 de 18 de maio de 1995**. Criadas a Casa de Detenção da Grande Vitória, como estabelecimento prisional, as Penitenciárias Estaduais de Linhares e de Cachoeiro Itapemirim. Alterada pelas Leis nº 85/96, 113/98, 233/02, 5759/98, 5279/96 e pelo Decreto nº 4140-N/97. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1995. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 85 de 10 de dezembro de 1996**. Cria a Penitenciária Estadual Feminina. Altera os artigos 4º e 6º da Lei nº 5037, de 18 de maio de 1995. Alterada pela Lei nº 113/98, deixou de ser em regime especial pela L.C. nº 233/2002. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1996. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 113 de 12 de janeiro de 1998**. Cria a Casa de Custódia de Viana. Vetos promulgados pela Assembleia em 14/05/98. Deixou de ser em regime especial pela Lei nº 233/2002. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.697 de 02 de julho de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Vila Pavão. Vitória: Assembleia

Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.698 de 02 de julho de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Águia Branca. Revogada pela Lei nº 11.124/2020. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.699 de 02 de julho de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de São Domingos do Norte. Revogada pela Lei nº 11.124/2020. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.714 de 29 de julho de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a construir um presídio no município de Alto Rio Novo. Revogada pela Lei nº 11.124/2020. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 5.716 de 29 de agosto de 1998**. Autoriza o Poder Executivo a construir presídio no município de Água Doce do Norte. Revogada pela Lei nº 11.124/2020. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1998. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 167 de 18 de maio de 1999**. Criação das Penitenciárias regionais de Barra de São Francisco e de Colatina. Alterada pelas L.C. nºs 180 e 182/00. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 1999. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 180 de em 19 de junho de 2000**. Cria o Módulo de Segurança do Sistema Penal - I. Revoga os arts. 19 e 20 da L.C. nº 167/99. Declarada inconstitucional pela ADI 0002901-45.2000.8.08.0000 do TJ/ES. Data da propositura 29/11/2000. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2000. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 182 de 13 de julho de 2000**. Altera os artigos 2º e 21 da Lei Complementar nº. 167/99, que cria a Penitenciária Regional de Barra de São Francisco e a Penitenciária Regional de Colatina. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2000. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 6.690 de 06 de junho de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a privatizar os presídios existentes no território do Estado do Espírito Santo. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2001. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei nº 6.755 de 28 de agosto de 2001**. Cria a Casa de Passagem "Cel.PM. Manoel Nunes de Araújo", órgão no qual está centralizado o controle de entrada e saída de presos no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2001. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 233 de 10 de abril de 2002**. Moderniza e reorganiza a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça. Os órgãos referidos no art.42, deixaram de ser em Regime Especial, passando a integrar a estrutura organizacional da SEJUS. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2002. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 278 de 29 de dezembro de 2003**. Cria, na estrutura da SEJUS, a Penitenciária de Segurança Média II, de Viana. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2003. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 305 de 16 de dezembro de 2004**. Cria a Penitenciária de Segurança Média de Colatina. Regulamenta pela Portaria nº 430-S da SEJUS (D.O. de 31/05/06). Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2004. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 383 de 27 de março de 2007**. Cria a Penitenciária de Segurança Máxima II e o Centro de Detenção Provisória, ambos no município de Viana e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2007. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 435 de 19 de março de 2008**. Cria a Penitenciária Regional de São Mateus, o Pronto Atendimento de Saúde do Sistema Penal de Viana e o Centro de Detenção Provisória de Cachoeiro de Itapemirim e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 449 de 21 de julho de 2008**. Criação do Centro Prisional Feminino de Cachoeiro de Itapemirim, e dos Centros de detenção Provisória de Itapemirim, Aracruz e de São Gabriel da Palha e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 541 de 25 de fevereiro de 2010**. Cria o Centro de Detenção Provisória II de Viana e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 555 de 30 de junho de 2010**. Cria Unidades prisionais e administrativas no âmbito da Secretaria de Estado da

Justiça e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2010. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei complementar nº 643 de 26 de outubro de 2012**. Cria a Penitenciária Semiaberta de Cariacica e a Penitenciária Estadual de Vila Velha III e dá outras providências. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <https://conslegis.es.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Justiça. **Institucional**. c2015-2022. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Justiça. c2021. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Justiça. **Plano estadual de educação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional do Espírito Santo: 2020-2024**. Vitória: Sejus, 2021. Disponível em: <https://sejus.es.gov.br/plano-estadual-de-educacao-nas-prisoos-2>. Acesso em: 8 jan. 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais. **Plano de trabalho CBBP/2020**. 2019. Disponível em: <https://www.acoesfebab.com/prisionais>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. Comissão Brasileira de Bibliotecas Prisionais. **Boletim CBBP**. 2020. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/36/6161/Boletim_CBBP_2020.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo. **O estímulo à leitura em bibliotecas prisionais por meio do desenvolvimento de dinâmicas culturais**. 2019. 157 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/12669>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERNANDES, Raquel Gonçalves da Silva de Araújo; VIEIRA, Camila Conceição Barreto; FERNANDES JUNIOR, Paulo Roberto; ARAÚJO, Germana Gonçalves de. 50 tons de cinza e relacionamento abusivo: um olhar do cárcere. **Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 390-405, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127507>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FONSECA, Edson Nery da Fonseca. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2007.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: Edições n-1, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/35812>. Acesso em: 26 jun. 2021.

FREITAS, Flávia Petterson Mendonça de. **Representações sobre as bibliotecas prisionais: uma análise das interações registradas entre os membros do grupo Bibliotecários do Brasil, na rede social Facebook**. 2017. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/175261>. Acesso em: 11 dez. 2021.

GARUTTI, Selson; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A prisão e o sistema penitenciário: uma visão histórica. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE*, 2012, Maringá. **Anais [...]**. Maringá, UEM, 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf. Acesso em: 28 ago. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37093>. Acesso em: 28 jun. 2021.

IFLA.c2019. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

IFLA. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

JACOB, Christian. Prefácio. *In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p.9-17.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. p. 21-44.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEHMANN, Vibeke. Challenges and accomplishments in U.S. prison libraries. **Library Trends**, [S.l.], v. 59, n. 3, p. 490–508, 2011. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/18747/59.3.lehmann.pdf?sequence=3>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LEHMANN, Vibeke; LOCKE, Joanne. **Orientações para serviços de biblioteca para reclusos**. Traduzido por Maria José Vitorino. 3. ed. Be Haia: IFLA, 2015. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/92-pt.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LIMA, Larissa de Mello. **A Institucionalização cognitiva e social da Ciência da Informação no Brasil: uma análise discursiva com base nos anais do GT1 ENANCIB em sua primeira década**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/149763/lima_lm_me_mar_sub.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 21 jul. 2021.

LINDEMANN, Catia Rejane. Bibliotecas prisionais: da prática bibliotecária à jurisprudência do livro e da leitura atrás das grades. **Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1485>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MACEDO, Tony Bernardino. Ciência da Informação: uma abordagem para a transformação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1509>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MARANHÃO (Estado). Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Lei Estadual 10.606, de 30 de junho de 2017**. Institui o Projeto Remição pela Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Maranhão. 2017. Disponível em: <http://seap.ma.gov.br/leis/>. Acesso em 4 out. 2020.

MELO, Maria Jeane Santos; SANTOS, Fernando Bittencourt dos; FIALHO, Janaína Ferreira. Comportamento informacional por usuários de uma biblioteca prisional: um estudo descritivo. *In*: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC 2015, 7., 2015, Madrid. **Anais eletrônicos [...]**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. Disponível em: http://edicic2015.org.es/ucmdocs/actas/art/327-Santos_Comportamento-informacional.pdf. Acesso em: 11 dez. 2021.

MINAS GERAIS (Estado). Tribunal de justiça. **Projeto Remição pela Leitura**. 2016. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/projeto-remicao-pela-leitura.htm#.X3oARmhKjDd>. Acesso em: 4 out. 2020.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. **Informação encarcerada**: o jovem da "geração internet" e a mediação e apropriação dos dispositivos informacionais no interior da prisão. 2019. 245 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7878640. Acesso em: 28 jul. 2021.

MONTEIRO, Ciro Athayde Barros. Biblioteca prisional: um relato de reconstrução e retomada do funcionamento. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: CBBB, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/2163>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MORRO DO MORENO. Hospedaria de Imigrantes da Pedra D'Água - Atual IRS. 27 set. 2012. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/hospedaria-de-imigrantes-da-pedra-dgua-atual-irs.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

MOURA, Leandro. **As representações da biblioteca prisional**: o olhar do presidiário. 2016. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/175/1/Projeto%20final%20Leandro%20Moura.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

NAKAYAMA, Andréa Rettig. **O trabalho de professores/as em “um espaço de privação de liberdade”**: necessidades de formação continuada. 2011. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94745>. Acesso em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, Bruno Mardson de Souza. **A leitura como auxílio na ressignificação da identidade social de homens negros no cárcere**: reflexões a partir da biografia do Malcolm X. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/17246>. Acesso em: 11 dez. 2021.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo; Secretaria de Estado da Cultura, 2008. (Coleção Canã, v. 8).

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da ciência da informação. *In*: OLIVEIRA, Marlene de (coord.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.9-28.

ONU. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros**. 1955. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>. Acesso em: 12 jun. 2021.

ONU. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. **Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos: regras de Nelson Mandela**. 2015. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 11 jul. 2021.

ORTEGA, Cristina Dotta. **Informática documentária: estado da arte**. 2002. 259 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, [s.l.], v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5664>. Acesso em: 15 out. 2021.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PARANÁ (Estado). Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária. Lei nº 17329, 8 de outubro de 2012. Institui o Projeto Remição pela Leitura no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná. **Diário oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=230#:~:text=O%20Paran%C3%A1%20foi%20o%20primeiro,29%20de%20junho%20de%202011>. Acesso em: 4 out. 2020.

PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. A ciência da informação e a nova sociologia da ciência. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 5-11, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41979>. Acesso em: 21 jul. 2021.

PÉREZ-PULIDO, Margarita. Acerca de lãs bibliotecas de prisiones y sus servicios. **Educacion y Biblioteca**, Madri, ano 9, n. 85, p. 40-44, 1997. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/113436>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. Código de Processo Criminal de Primeira Instância. Arquivo Nacional. **Memória da Administração Pública Brasileira**. 2015. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/282-codigo-de-processo-criminal-de-primeira-instancia-de-1832>. Acesso em: 20 set. 2020.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: Fronteiras remotas e recentes. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro (org.). **Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade**. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p.155-178.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. **O campo da**

Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: UFPB, 2002. p. 61-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/17>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PINTO, Rodrigo Bernardo Ribeiro. **Cárcere, a teoria do “numerus clausus” e a administração “just-in-time”.** Orientador: Henrique Geaquinto Herkenhoff. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade de Vila Velha, Vila Velha, 2018.

PIVA, Rogério Frigerio. Memória sobre a antiga hospedaria de imigrantes da Pedra D'Água, atual Instituto de Reabilitação Social. **Rev. do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, n. 62, p. 33-50, 2008.

PIZARRO, Daniella Camara. **Entre o saber agir e o saber fazer: o que professam os docentes de Biblioteconomia em Santa Catarina.** Orientador: Francisco das Chagas de Souza. 2017. 530 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185647>. Acesso em: 7 jan. 2022.

QUEIROZ, Daniela Gralha de Caneda; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Ciência da Informação: história, conceito e características. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 25-42, set./dez. 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11523>. Acesso em: 23 jan. 2021.

RABELLO, Rodrigo. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 2-36, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1107>. Acesso em: 2 jul. 2021.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **As cinco leis da Biblioteconomia.** Brasília: Brinquet de Lemos, 2009.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da informação**, [online], v. 12, n. 23, p. 133-150, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2007v12n23p133>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RODRIGUES, Nathany Brito. **Práticas abolicionistas em bibliotecas prisionais ou sugestão de critérios avaliativos para bibliotecas prisionais.** 2019. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/22381>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ROMÁN, Antônio Martín. La influencia de la lectura em contexto de encierro y el marco jurídico de las bibliotecas de cárceles. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em:

<https://doaj.org/article/cdb3a4d4bb114564be5d0a2078019508>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SALDANHA, Gustavo. **Ciência da Informação: crítica epistemológica e historiográfica**. Rio de Janeiro: IBICT, 2020. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1101/1/SaldanhaGustavo_CI_CriticaEpistemologicaHistoriografica_2020a.pdf. Acesso em: 23 jun. 2021.

SANSONOVIZ, Ketlyn Damaceno. **Demandas de informação em espaços de leitura de instituições carcerárias do RS**. 2017. 41 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169569>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SANTA ANNA, Jorge; ZANETTI, Eni Maria de Souza Pinto; NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: práticas bibliotecárias em favor da inclusão. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, abr. 2015. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/984>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SANTIAGO, Glaydson Alves da Silva. **A política de ressocialização no Brasil: instrumentos de reintegração ou de exclusão social?** 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4616/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

SANTOS, Ana Paula Lima dos; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 116-131, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/1186>. Acesso em: 19 out. 2021.

SANTOS, Estilague Ferreira dos. Do tribunal da Inquisição ao tribunal de justiça. *In: GURGEL, Antônio de Pádua (coord.). História da justiça no Espírito Santo*. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2014. v. 1.

SANTOS, Lorena Cantanheides dos; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. A prisão em contêineres no Espírito Santo: uma inesquecível crise humanitária e o papel das organizações internacionais de direitos humanos. **Derecho y Cambio Social**, Lima, Peru, n. 62, 2020. Disponível em: https://www.derechoycambiosocial.com/revista062/La_prision_en_contenedores.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

SANTOS, Molaynni Cerillo. **Educar para além das celas de aula: educação prisional como ferramenta de ressocialização**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2019. Disponível em:

http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13203_116-%20Molaynni%20Cerillo%20Vulpi.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

SANTOS, Renata Figueiredo dos; PRUDENCIO, Dayanne da Silva. Atuação profissional e percepções sobre a temática biblioteca prisional: o discente em biblioteconomia da UFF, UFRJ e Unirio em foco. **CAJUR - Caderno de Informações Jurídicas**, Brasília, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109049>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SERRANO, Fernanda Maria Cunha Ferreira. **Ensino e formação, lazer e informação**: práticas nas bibliotecas de estabelecimentos prisionais em Portugal. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Arquivos, Bibliotecas e Ciência da Informação) – Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Fernanda%20Maria%20Cunha%20Ferreira%20Serrano%20-%20Tese%20de%20Mestrado%20-%20169%20471%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Adriana/Downloads/Fernanda%20Maria%20Cunha%20Ferreira%20Serrano%20-%20Tese%20de%20Mestrado%20-%20169%20471%20(4).pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

SHERA, Jesse. *Sociological foundations of librarianship*. New York: Asia Publishing House, 1970.

SHERA, Jesse. Epistemologia social, semântica geral e Biblioteconomia. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/92>. Acesso em: 15 out. 2021.

SHERA, Jesse. Sobre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *In*: GOMES, Hagar Espanha (org.) **Ciência da Informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. 112 p.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Perspectivas de atuação das bibliotecas prisionais e as contribuições para a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. **Rev. Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 104-122, set. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1060>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVA, Rodolfo Costa da. **Biblioteca prisional**: informação e reintegração. 2012. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/3713>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVA, Tiago José da; FREIRE, Isa Maria (org.). **Epistemologia e historiografia na ciência da informação**. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/.740>. Acesso em: 26 jun. 2021.

SILVA NETO, Epitácio Gomes; LEITE, Francisca Chagas Dias. Bibliotecas prisionais enquanto espaços para o acesso à informação e à cidadania. **Biblos:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 1, p. 47-58, jan. 2011. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/1945&>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza; LIMA, Ingrid de Souza. Diagnóstico das bibliotecas prisionais na cidade de Manaus-AM. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 667-685, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150569>. Acesso em: 11 jan. 2022.

SOARES, Cleide Cristina. Biblioteca na prisão: leitura e liberdade. *In*: SANTOS, Fernanda Marsaro dos; GOMES, Candido Alberto; VASCONCELOS, Ivar César Oliveira de (org.). **Educação nas prisões**. Jundiaí, SP: Paco, 2019. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=PUOXDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT243&dq=biblioteca+prisional+estrangeiras&ots=Qd4Ngm1QmG&sig=ZfFTAvmfCxHiKqTXqG2lw0GPU#v=onepage&q=biblioteca%20prisional%20estrangeiras&f=false>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SOARES, Maria Isolina de Castro. Leitura e práticas de pesquisa. *In*: MEDEIROS, Ilalza Maria da Conceição *et al.* (org.). **Diálogos sobre a educação profissional e tecnológica: saberes, metodologia e práticas pedagógicas**. Colatina: IFES, 2011.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de. **Biblioteca prisional no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa**: cenário e possibilidades em prol da reinserção social. 2017. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32104>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes. Biblioteca prisional e reinserção social: o olhar das internas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 2, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/39672>. Acesso em: 23 jul. 2021.

SOUSA, Francisca Liliana Martins de; PINTO, Virgínia Bentes; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Sujeitos em privação de liberdade pela ótica da Ciência da Informação: estudo sobre a produção científica em base de dados nacional e internacional da área. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 10-32, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/146842>. Acesso em: 9 jan. 2021.

SULÉ, Andreu. Bibliotecas prisionais e padrões nacionais e internacionais: evolução histórica. **Cadernos De Informação Jurídica (Cajur)**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 7-25, 2018. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/187>. Acesso em: 10 jun. 2021.

TARGINO, Maria das Graças. **Olhares e fragmentos**: cotidiano da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Teresina: EDUFPI, 2006.

TEXEIRA, Marcelo Votto; CAMPOS, Joares Pescador Lemes de. O bibliotecário como membro de projetos de leitura em bibliotecas prisionais no Estado de Santa Catarina. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 546-559, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127576>. Acesso em: 11 dez. 2021.

TONIN, Jaciana de Holanda Costa; SOUZA, Edivanio Duarte de. A Seleção de Fontes de Informação em Bibliotecas Prisionais do Estado de Alagoas: do direito às condições de acesso do usuário apenado. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 1, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1303/904>. Acesso em: 5 nov. 2020.

TORRES, Eli Narciso da Silva. **A gênese da remição de pena pelo estudo: o dispositivo jurídico-político e a garantia do direito à educação aos privados de liberdade no Brasil**. 2017. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330933>. Acesso em: 25 maio 2020.

TRINDADE, Leandro Lopes. **Biblioterapia e as bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos e atribuições**. 2009. 118 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/944/1/2009_LeandroLopesTrindade.pdf. Acesso em: 11 dez. 2021.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989 (Coleção Palavra-chave, 1).

VITORINO, Maria José. Leituras em cadeia: intervenção em contexto de biblioteca prisional. Projeto Gulbenkian, 2014-2016. **BAD: Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**, [s.l.], n. 12, 2015. Disponível em: <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1431>. Acesso em: 11 dez. 2021.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The Information Scientist**. v. 9, n. 4, p. 127-140, 1975.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva. A leitura e o audiovisual como estímulo para liberdade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. esp. Melhores trabalhos CBBB, p. 406-417, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127537>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ZAMITE, Adriana Isidório da Silva; GRIGOLETO, Maira Cristina. O livro no sistema prisional do estado do Espírito Santo: dispositivo social na pandemia. **Bibliothecae.It**, Bolonha, v. 10, n. 2, p. 498-525, 2021. Disponível em: <https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14075>. Acesso em: 28 jan. 2022.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O
QUESTIONÁRIO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO
SANTO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Dados de identificação

Título do Projeto: O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES).

Pesquisador Responsável: Adriana Isidório da Silva Zamite

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto

Nome do participante: _____

CPF: _____

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa “O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES)” de responsabilidade da pesquisadora Adriana Isidório da Silva Zamite, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, com orientação da professora doutora Maira Cristina Grigoletto, CPF: XXX.XXX.XXX-XX.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine e rubrique ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

1. O estudo tem por objetivo principal Investigar o papel das bibliotecas prisionais do Complexo Penitenciário do Xuri (ES), a partir dos aportes sociais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para o desenvolvimento de projetos de remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura.
2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário semiestruturado (apêndice A), com duração de aproximadamente de 60 minutos a 120 minutos presencialmente na secretaria ou caso preferir, encaminhado via email. Não haverá gravação de vídeo, imagens ou áudios.
3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos significativos como constrangimento e/ou ansiedade quanto a identificação e a resposta do questionário que serão minimizados pela garantia do anonimato quando for solicitado pelo participante. Caso você se sinta assim ou tenha outra queixa, vamos acolher sua demanda, avaliar e ajudar se possível, inclusive buscar suporte profissional caso necessário.
4. Ao participar dessa pesquisa estarei contribuindo para estudo sobre o uso e a importância da biblioteca no ambiente prisional do Estado do Espírito Santo e para futuros estudos acadêmicos na área.
5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo ou represália.
6. Fui informado (a) e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. Sinto-me absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá

qualquer prejuízo.

7. Meu nome será mantido em sigilo, caso não queira me identificar, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo antes, durante e depois da minha participação.

8. Fui informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, apontando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Qualquer dúvida relacionada aos procedimentos ou referente ao projeto você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento via email: adrianaisidoriosilva@gmail.com ou adriana.i.silva@tutor.ufes.br, por telefone: (27) 98151-3209 e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da FAESA, localizado na Avenida Vitória, Monte Belo, 2.220, Vitória - ES, telefone: 2122-4176, e-mail: cep@faesa.br.

Vitória/ES, _____ de _____ de 2021

Adriana Isidório da Silva Zamite
Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

A – QUESTIONÁRIO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO

QUESTIONÁRIO

Pesquisadora: Adriana Isidório da Silva Zamite

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto

Entrevistado (a):

Vinculação do Entrevistado (a): Secretaria de Estado da Justiça do Estado do Espírito Santo.

Projeto: O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES).

APRESENTAÇÃO

O questionário visa a obtenção de informações sobre a estrutura, organização, serviços prestados pelas bibliotecas e ações voltadas para a remição de pena pelo estudo e pela leitura nos estabelecimentos prisionais do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES).

ESTRUTURA E GERENCIAMENTO

1 Existe na estrutura organizacional do sistema prisional do ES profissionais bibliotecários?

Sim ()

Não ()

1.1 Caso a resposta seja SIM, especificar a quantidade e as unidades de atuação?

1.2 Caso a resposta seja NÃO, quais as justificativas para a ausência desse profissional?

2 No organograma da Secretaria de Estado da Justiça, a qual setor a biblioteca prisional está vinculada? E quantas bibliotecas possuem?

3 Como são as distribuições orçamentárias para a manutenção e funcionamento das bibliotecas?

4 Como são as instalações físicas e o mobiliário das bibliotecas? Elas têm capacidade para receber quantos reclusos? O espaço físico comporta qual quantidade de acervo?

5 Quem são os gestores das bibliotecas prisionais?

6 As bibliotecas do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila Velha (ES) possuem políticas de desenvolvimento de coleções? Caso a resposta seja afirmativa, por favor, especificar.

7 Como é realizado o processo de aquisição e organização do acervo?

8 Os acervos das referidas bibliotecas contêm obras literárias de diversos gêneros ou existem restrições?

FUNCIONAMENTO E SERVIÇOS

9 Quais são os serviços oferecidos pelas Bibliotecas das unidades prisionais do Complexo Penitenciário do Xuri (ES)?

10 Como é realizado o serviço de empréstimo para internos do regime fechado e do semiaberto do Complexo Penitenciário do Xuri (ES)?

11 Com que frequência o interno tem acesso à leitura de obras literárias?

12 Existem diferenciações entre as unidades prisionais de regime fechado e semiaberto quanto ao serviço de empréstimo? Caso a resposta seja afirmativa, por favor, especificar.

13 Quais funções executam os internos que atuam na biblioteca no estabelecimento prisional?

14 Como ocorre o funcionamento das bibliotecas? Quantos dias da semana os serviços estão disponíveis para os reeducandos? Quantos são realizados trabalhos técnicos? As atividades acontecem concomitantemente?

15 Quantos internos atuam nas bibliotecas das unidades prisionais de regime fechado e semiaberto do Complexo Penitenciário do Xuri (ES)? Favor especificar o número e a unidade correspondente.

Quadro 1 – Bibliotecas das unidades prisionais

| Número de Internos | Biblioteca/Unidade Prisional |
|--------------------|------------------------------|
| | |
| | |

| | |
|---------------|--|
| | |
| | |
| | |
| | |
| Total: | |

BIBLIOTECA, PROJETOS E REMIÇÃO DE PENA

16 Os internos que atuam na biblioteca estão remindo sua pena por algum instrumento previsto pela Lei de Execução Penal (LEP)?

() Sim () Não

16.1 Em caso de resposta afirmativa, qual forma de remição de pena, quantos usufruem desse direito e a qual unidade estão vinculados?

Quadro 2 – Internos em processo de remição

| Remição Trabalho | Remição Estudo | Remição Leitura | Biblioteca/Unidade Prisional |
|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

17 As bibliotecas participam de projetos voltados para a remição de pena? Em caso afirmativo, por favor, especificar a natureza dos projetos e as unidades que realizam.

Quadro 3 – Projetos para remição de pena

| Remição Trabalho | Remição Estudo | Remição Leitura | Biblioteca/Unidade Prisional |
|-------------------------|-----------------------|------------------------|-------------------------------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | | | |
| | | | |

18 Entre os anos de 2011 e 2021, as unidades prisionais de regime fechado e semiaberto do Complexo têm desenvolvido ações socioculturais e educativas para ou com os reclusos em parceria com as bibliotecas?

() SIM

() NÃO

18.1 Em caso afirmativo, quais ações foram realizadas, em quais unidades e período?

Quadro 4 – Ações realizadas nas unidades

| Data (S) | Biblioteca/Unidade Prisional |
|----------|------------------------------|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Atividades:

19 Como os reeducandos são informados sobre os projetos de remição de pena ofertados pela unidade prisional?

REGRAS PARA ACESSO E USO DA BIBLIOTECA/SERVIÇOS

20 Como os reeducandos são informados sobre as infrações que implicarão em penalidades e suspensão do direito de acesso à biblioteca ou usufruto dos serviços que são por ela oferecidos?

21 Em linhas gerais, quais os tipos de infração podem gerar a limitação/suspensão do direito de acesso à biblioteca e às fontes de informação gerenciadas por este setor?

22 As medidas disciplinares adotadas nesses casos repercutem na mudança de comportamento de reeducandos para que não tenham seus direitos limitados?

() SIM

() NÃO

() PARCIALMENTE

22.1 Por favor, caso se aplique, relate situações que ilustrem o fato.

FUNÇÕES DA BIBLIOTECA

23 Qual a função da biblioteca para o sistema prisional?

24 É possível identificar mudanças de comportamento dos internos que desenvolvem atividades em parceria com a biblioteca?

() SIM

() NÃO

() PARCIALMENTE

24.1 Caso seja possível, especificar as mudanças identificadas após o envolvimento com as seguintes atividades:

- Leitura de livros;

- Participação em projetos para remição de pena pelo estudo:

- Participação em projetos para remição de pena pela leitura:

Assinatura do (a) responsável pelo setor

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO E O
QUESTIONÁRIO PARA OS INTERNOS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DO
XURI (ES)**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Dados de identificação

Título do Projeto: O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES).

Pesquisador Responsável: Adriana Isidório da Silva Zamite

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto

Nome do participante: _____

CPF: _____

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), do projeto de pesquisa “O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura no Complexo Penitenciário de Xuri no Estado do Espírito Santo (ES) de responsabilidade da pesquisadora Adriana Isidório da Silva Zamite, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, com orientação da professora doutora Maira Cristina Grigoletto, CPF: XXX.XXX.XXX-XX.

Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso aceite fazer parte do estudo, assine e rubrique ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra ao pesquisador responsável. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido sobre os seguintes pontos:

9. O estudo tem por objetivo principal Investigar o papel das bibliotecas prisionais do Complexo Penitenciário do Xuri (ES), a partir dos aportes sociais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para o desenvolvimento de projetos de remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura.

10. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário semiestruturado (apêndice B), com duração de aproximadamente de 60 minutos a 120 minutos presencialmente na Instituição. Não haverá gravação de vídeo, imagens ou áudios.

11. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos significativos como constrangimento e/ou ansiedade quanto a identificação e a resposta do questionário que serão minimizados pela garantia do anonimato quando for solicitado pelo participante. Caso você se sinta assim ou tenha outra queixa, vamos acolher sua demanda, avaliar e ajudar se possível, inclusive buscar suporte profissional caso necessário.

12. Ao participar desse pesquisa estarei contribuindo para estudo sobre o uso e a importância da biblioteca no ambiente prisional do Estado do Espírito Santo e para futuros estudos acadêmicos na área.

13. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo ou represália.

14. Fui informado (a) e estou ciente de que não há nenhum valor econômico, a

receber ou a pagar, por minha participação. Sinto-me absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ter que apresentar qualquer justificativa. Ao decidir deixar de participar da pesquisa você não terá qualquer prejuízo.

15. Meu nome será mantido em sigilo, caso não queira me identificar, e se eu desejar terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo antes, durante e depois da minha participação.

16. Fui informado (a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, apontando apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade.

Qualquer dúvida relacionada aos procedimentos ou referente ao projeto você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento via email: adrianaisidoriosilva@gmail.com ou adriana.i.silva@tutor.ufes.br e/ou com Comitê de Ética em Pesquisa da FAESA, localizado na Avenida Vitória, Monte Belo, 2.220, Vitória - ES, telefone: 2122-4176, e-mail: cep@faesa.br.

Vitória/ES, _____ de _____ de 2021

Adriana Isidório da Silva Zamite
Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

B – QUESTIONÁRIO PARA INTERNOS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – COMPLEXO DE XURI (ES)

QUESTIONÁRIO

Pesquisadora: Adriana Isidório da Silva Zamite

Orientadora: Maira Cristina Grigoletto

Entrevistado (a): _____

Vinculação do Entrevistado (a): Interno do Complexo Penitenciário do Xuri (ES) que atua na biblioteca do estabelecimento prisional.

APRESENTAÇÃO

O questionário visa a obtenção de informações sobre a estrutura, organização, serviços prestados pelas bibliotecas e ações voltadas para a remição de pena nos presídios de regime fechado e semiaberto do Complexo Penitenciário do Xuri em Vila Velha (ES).

PERFIL DO INTERNO

- 1 Quantos anos você tem?
- 2 Antes de ingressar no sistema prisional qual era a sua escolaridade?
- 3 Qual seu nível de escolaridade atualmente?
- 4 A qual unidade prisional está vinculado?
- 5 Antes de ingressar na prisão, frequentava bibliotecas? Gostava de ler livros ou preferia outras maneiras de obter informação e diversão (rádio, TV, internet, jornal, etc.)?

FUNCIONAMENTO E SERVIÇOS

- 6 Como descobriu que poderia realizar trabalho na biblioteca do presídio?
- 7 Por que escolheu essa ocupação e não outra?
- 8 Faz quanto tempo que realiza esse serviço?
- 9 Quais as atividades são realizadas pelos internos na Biblioteca? Quais você é responsável?
- 10 Outros internos trabalham com você? Quantos são?

11 Tem algum bibliotecário que auxilia nas atividades da biblioteca?

Sim ()

Não ()

12 Como é realizado o serviço de empréstimo? Por favor, conte um pouco sobre o funcionamento na sua unidade.

13 Como acontece o contato entre os responsáveis pelo funcionamento da biblioteca e vocês que realizam as atividades? Como são definidas as tarefas? Quem fiscaliza o que é realizado?

REMIÇÃO DE PENA

14 Você assina a remição de pena pela sua atuação na biblioteca?

SIM, remição pelo trabalho ()

SIM, remição pelo estudo ()

SIM, remição pela leitura ()

NÃO ()

15 Participa de algum projeto ou atividade voltada para a remição de pena pela leitura? Quais os projetos ou atividades?

BIBLIOTECA, PROJETOS E REMIÇÃO DE PENA

16 Você tem conhecimento de projetos que são desenvolvidos pela biblioteca?

17 A unidade em está inserido realiza atividades culturais ou educativas com os internos? Quais são as ações?

18 Como vocês obtêm informação dos projetos de remição de pena dentro do presídio?

IMPRESSÕES E USOS DA BIBLIOTECA

19 A biblioteca é importante para você? Por quê?

20 Com que frequência você e os seus colegas tem acesso à leitura de obras literárias?

21 Quais atividades realizam na biblioteca no estabelecimento prisional?

22 Você lê livros com que frequência? Quais obras você costuma ler?

23 Conseguiria dizer o que os demais internos acham da biblioteca? Por exemplo, se eles a consideram importante?

24 Em sua opinião, o que deveria ser realizado nas unidades prisionais para que as bibliotecas pudessem ser mais utilizadas pelos internos?

Nome fictício e Unidade prisional

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI (ES)



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA
SUBSECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO

Vitória, 21 de setembro 2021.

DESPACHO: 171/2021

Trata-se de Projeto de pesquisa científico a ser apresentado a Universidade Federal Do Espírito Santo Centro De Ciências Jurídicas E Econômicas Programa De Pós-Graduação em Ciência da Informação.

O tema da pesquisa é: “O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição de pena pelo estudo e pela leitura nos ambientes prisionais do Estado do Espírito Santo”

Após análise da documentação e do projeto de pesquisa, anexos, essa subsecretaria de ressocialização, manifesta-se favorável a realização do trabalho acadêmico, tendo em vista a contribuição para as boas práticas, direcionadas aos sujeitos em privação de liberdade e egressos do sistema prisional.

Diante do exposto, **AUTORIZO a GET** a disponibilizar o acesso a estudante **ADRIANA ISIDÓRIO DA SILVA ZAMITE**, para que realize sua pesquisa de campo no Complexo Penitenciário de Xuri.

Sem mais, agradeço a atenção dispensada e me coloco à disposição para todas as informações que se fizerem necessárias.

ROBERTA FERRAZ

Subsecretária de Ressocialização - SEJUS/ES
(Assinado eletronicamente)

**ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA DOS DIRETORES DAS UNIDADES
PRISIONAIS DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE XURI (ES)**

Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS

CARTA DE ANUÊNCIA

Eu _____,
CPF: _____ na qualidade de responsável pela
Penitenciária Estadual de Vila Velha _____, autorizo a realização da
pesquisa intitulada “O papel da biblioteca no processo de obtenção da remição
de pena pelo estudo e pela leitura nos ambientes prisionais do Estado do
Espírito Santo (ES)” a ser conduzida sob a responsabilidade da pesquisadora
Adriana Isidório da Silva Zamite, CPF: XXXXXXXXX, mestranda do Programa
de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do
Espírito Santo, com orientação da professora Doutora Maira Cristina Grigoletto,
CPF: XXXXXXXXXX.

DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização
da referida pesquisa. Esta declaração é válida apenas no caso de haver
parecer favorável do Comitê de Ética do Instituto de Ciências da Saúde para a
referida pesquisa.

Vila Velha, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do responsável pela Instituição

(carimbo da Instituição)

ANEXO C – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA ACADÊMICO

FAESA-CENTRO
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-
SANTENSE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PAPEL DA BIBLIOTECA NO PROCESSO DE OBTENÇÃO DA REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO E PELA LEITURA NOS AMBIENTES PRISIONAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ES).

Pesquisador: Adriana Isidório da Silva Zamite

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52001121.8.0000.5059

Instituição Proponente: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.084.621

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será realizada considerando o ambiente das bibliotecas das unidades prisionais do Complexo Penitenciário do Xuri, em Vila Velha no Estado do Espírito Santo.

O estudo desenvolve-se em duas etapas complementares: a primeira etapa consiste no levantamento bibliográfico e documental de materiais recuperados em bases de dados, livros, em documentos oficiais e normativas do direito penal. Na segunda etapa serão aplicados (2) dois questionários de entrevista semiestruturada para a representante da Subgerência de Educação nas Prisões do Estado do Espírito Santo e para os internos que cumprem a pena nos estabelecimentos prisionais do Complexo Penitenciário de Xuri em Vila

Velha/ES que atuam na biblioteca

É esperado apresentar sistematização e produção de informações relevantes sobre a biblioteca no cárcere com o intuito de ampliar as discussões sobre esse tema no campo da Ciência da Informação e difundir tal conhecimento para demais áreas.

A proposta é atingir a instituição e os profissionais que atuam no sistema carcerário para o reconhecimento da importância da biblioteca e do bibliotecário para a melhor exploração desses espaços em benefício dos reeducandos. Haja vista que a mesma pode auxiliar no desenvolvimento educativo dos encarcerados e ser utilizada pela Instituição no processo de abatimento da pena.

Endereço: Avenida Vitória, 2220

Bairro: Monte Belo

CEP: 29.053-360

UF: ES

Município: VITÓRIA

Telefone: (27)2122-4176

Fax: (27)2122-4176

E-mail: cep@faesa.br

**FAESA-CENTRO
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-
SANTENSE**



Continuação do Parecer: 5.084.621

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o papel das bibliotecas prisionais do Complexo Penitenciário do Xuri (ES), a partir dos aportes sociais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação para o desenvolvimento de projetos de remição de pena pelo trabalho, estudo e pela leitura.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em carta resposta relativa às pendências indicadas anteriormente, as pesquisadoras informaram: "Os riscos desta pesquisa são significativos, visto que será realizada na Unidade prisional e poderão haver possíveis constrangimentos, incômodos pelas lembranças de situações desagradáveis ou desconfortos ao falar sobre os trabalhos prestados na biblioteca e sobre a remição de pena. Em caso de constrangimento e/ou desconforto, a pesquisadora irá fazer uma pausa e solicitar atendimento a assistência social ou psicóloga da Penitenciária, ou se a pessoa preferir, suas informações serão retiradas da pesquisa. Além disso, conforme especificado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o entrevistado poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo ou represália."

Deste modo, avalia-se que a pendência apontada anteriormente foi plenamente atendida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A contribuição final da pesquisa, que busca embasar projetos de remição de pena pelo trabalho, estudo e leitura, entre a população carcerária, é extremamente nobre e importante. O conhecimento liberta o homem, abre novas possibilidades de vida, constrói sonhos e mostra caminhos para realizá-los.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos pendentes apontados no primeiro parecer foram devidamente apresentados, com dados completos e assinaturas necessárias.

Recomendações:

Sem mais recomendações necessárias.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todos as pendências apontados no primeiro parecer foram plenamente atendidas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da FAESA (CEP/FAESA), de acordo com as atribuições definidas na legislação vigente, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Endereço: Avenida Vitória, 2220
Bairro: Monte Belo **CEP:** 29.053-360
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)2122-4176 **Fax:** (27)2122-4176 **E-mail:** cep@faesa.br

**FAESA-CENTRO
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-
SANTENSE**



Continuação do Parecer: 5.084.621

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/2012, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/2016, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1827600.pdf | 25/10/2021 13:57:31 | | Aceito |
| Solicitação registrada pelo CEP | Texto_teste_carta_resposta.pdf | 25/10/2021 13:55:05 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_pevv5.pdf | 22/10/2021 15:09:53 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_TCLE_Secretaria.pdf | 22/10/2021 15:00:55 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_pevv4.pdf | 22/10/2021 14:50:00 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_pevv3.pdf | 22/10/2021 14:49:49 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_pevv2.pdf | 22/10/2021 14:49:04 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_pevv1.pdf | 22/10/2021 14:48:19 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | Texto_teste_TCLE_Interno.pdf | 22/10/2021 14:40:01 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura | Texto_teste_Projeto.pdf | 21/09/2021 15:36:17 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |

Endereço: Avenida Vitória, 2220

Bairro: Monte Belo

CEP: 29.053-360

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)2122-4176

Fax: (27)2122-4176

E-mail: cep@faesa.br

**FAESA-CENTRO
UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-
SANTENSE**



Continuação do Parecer: 5.084.621

| | | | | |
|----------------|---------------------------|------------------------|-------------------------------------|--------|
| Investigador | Texto_teste_Projeto.pdf | 21/09/2021 15:36:17 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |
| Folha de Rosto | Texto_teste_Documento.pdf | 21/09/2021 15:24:05 | Adriana Isidório da Silva Zamite | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 08 de Novembro de 2021

**Assinado por:
FABIANO TORRES CRUZ
(Coordenador(a))**

Endereço: Avenida Vitória, 2220

Bairro: Monte Belo

CEP: 29.053-360

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)2122-4176

Fax: (27)2122-4176

E-mail: cep@faesa.br

ANEXO D – TERMOS DE DOAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO PEVV I

TERMO DE DOAÇÃO

Vila Velha/ES ____ de ____ de 2021.

Declaro para os devidos fins que a (o) Sr.^a. (o) _____
 Portadora (o) do RG _____, (grau de parentesco) _____
 Estou **Doando** para **Penitenciária Estadual de Vila Velha I (PEVV I)** os seguintes materiais:

Para uso do reeducando: _____

Penitenciária Estadual de Vila Velha I - Complexo Penitenciário de Xuaí
 BR. 101 Sul, KM 313, Fazenda Santa Fé, Zona Rural de Xuaí, Vila Velha
 Email: pevv1@es.gov.br - TEL.: 9946 5219

**TERMO DE RESPONSABILIDADE
BIBLIOTECA PEVVI**

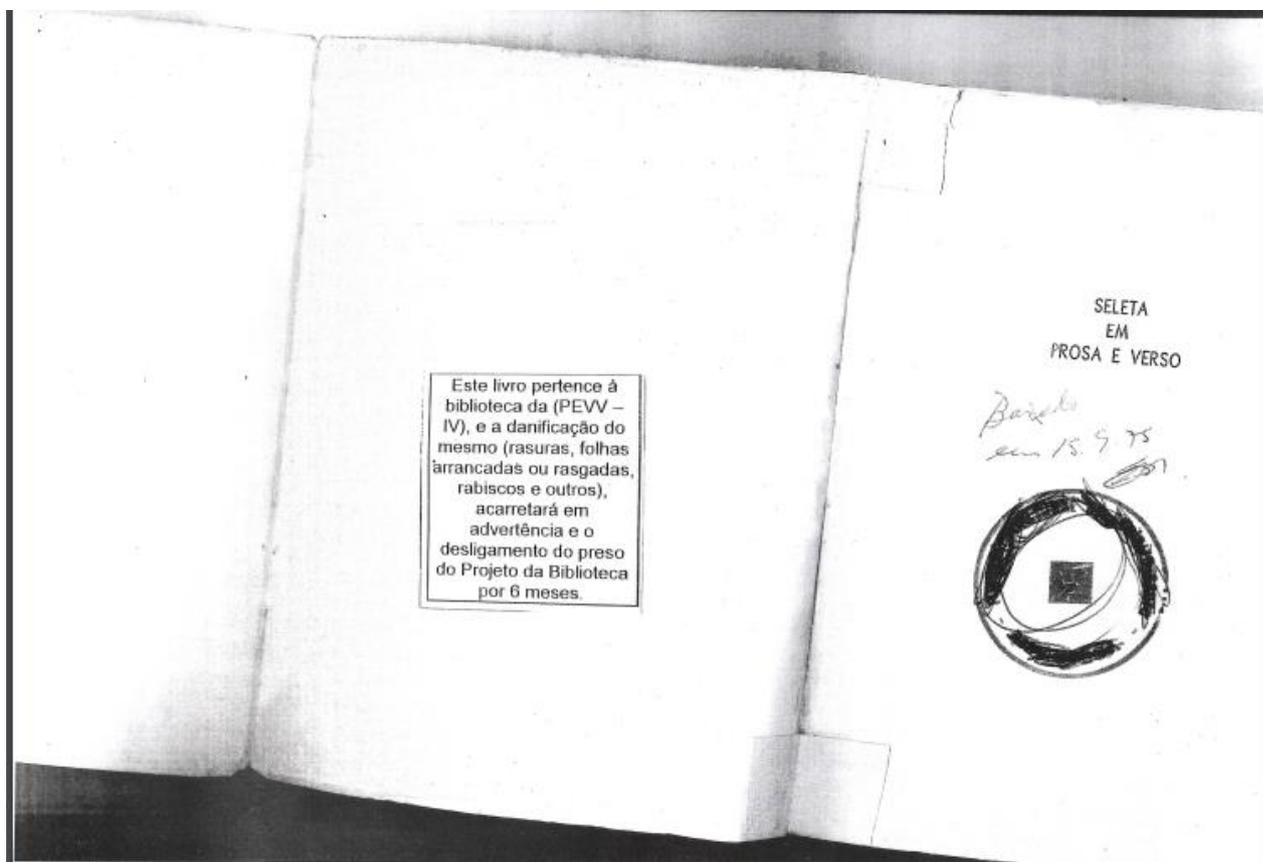
Eu _____ responsabilizo-me por qualquer dano material entregue pelos funcionários da biblioteca desta unidade. estando Ciente que: Qualquer dano ao material entregue será configurado como dano ao Patrimônio Público, podendo gerar **Falta de Natureza por cometimento de crime de dano ao patrimônio nos preceitos da legislação vigente.**

Livro() / Bíblia() / Harpa() / Dicionário() / Outros (): especificar: _____

Data do recebimento ____ / ____ / ____ Data de devolução ____ / ____ / ____

ASSINATURA DO INTERNO

**ANEXO E – ETIQUETA COM ORIENTAÇÕES PARA O INTERNO SOBRE DANOS
AO LIVRO DA BIBLIOTECA DO PSVV (ANTES PEVV IV)**



ANEXO F – CATÁLOGO DE LIVROS DA BIBLIOTECA PEVV V

|  | | Poder Executivo Secretaria de Justiça do Espírito Santo Complexo Penitenciário do Xurí Penitenciária Estadual de Vila Velha V | | | | |
|---|--------|--|----------------------------|-----------|-----|------|
| CATÁLOGO DE LIVROS DA BIBLIOTECA - PEVV V | | | | | | |
| ITEN | CÓDIGO | NOME DO LIVRO | AUTOR | PASTA | QTD | MARC |
| 0004 | AA 004 | MESADA NÃO É SÓ DINHEIRO | REINALDO DOMINGOS | GALERIA D | 1 | |
| 0008 | AA 008 | TENTE OUTRA VEZ 2ª EDIÇÃO | CÉSAR ROMÃO | GALERIA D | 1 | |
| 0023 | AA 023 | TREINANDO A EMOÇÃO PARA SER FELIZ | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0024 | AA 024 | GESTÃO DA EMOÇÃO | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0036 | AA 036 | RESPONDE | DIVALDO P FRANCO | GALERIA D | 1 | |
| 0061 | AA 061 | O PODER DA PACIÊNCIA | M. J. RYAN | GALERIA D | 1 | |
| 0065 | AA 065 | JUVENTUDE & DROGAS: ANJOS CAÍDOS | IÇAMI TIBA | GALERIA D | 1 | |
| 0070 | AA 070 | CASAMENTO BLINDADO 2.0 | RENATO & CRISTIANE CARDOSO | GALERIA D | 1 | |
| 0091 | AA 091 | VIRE A PÁGINA 7ª EDIÇÃO | KARIM KHOURY | GALERIA D | 1 | |
| 0106 | AA 106 | GERAÇÃO DE VALOR | FLÁVIO AUGUSTO DA SILVA | GALERIA D | 1 | |
| 0130 | AA 130 | O CÓDIGO DA INTELIGÊNCIA | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0131 | AA 131 | A MENTE DO EMPREENDEDOR | KEVIN D. JOHNSON | GALERIA D | 1 | |
| 0132 | AA 132 | O VENDEDOR DE SONHOS E A REVOLUÇÃO DOS ANÔNIMOS | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0133 | AA 133 | O QUE PODEMOS APRENDER COM OS GANSOS 2 | ALEXANDRE RANGEL | GALERIA D | 1 | |
| 0134 | AA 134 | O SEMEADOR DE IDEIAS | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0135 | AA 135 | O ÓBVIO QUE IGNORAMOS | JACOB PÉTRY | GALERIA D | 1 | |
| 0136 | AA 136 | O VENDEDOR DE SONHOS: O CHAMADO | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0137 | AA 137 | CONTAGEM REGRESSIVA | ALAN WEISMAN | GALERIA D | 1 | |
| 0138 | AA 138 | O HOMEM MAIS INTELIGENTE DA HISTÓRIA | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0139 | AA 139 | REVOLUCIONE SUA QUALIDADE DE VIDA | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0140 | AA 140 | VOCÊ É DO TAMANHO DOS SEUS SONHOS | CÉSAR SOUZA | GALERIA D | 1 | |
| 0141 | AA 141 | O MESTRE DOS MESTRES | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0142 | AA 142 | AS CHAVES DA AUTOCONFIANÇA | DR. ROBERT ANTHONY | GALERIA D | 1 | |
| 0143 | AA 143 | COMO FAZER AMIGOS E INFLUENCIAR PESSOAS | DALE CARNEGIE | GALERIA D | 1 | |
| 0144 | AA 144 | O PODER DA AUTORRESPONSABILIDADE | PAULO VIEIRA | GALERIA D | 1 | |
| 0145 | AA 145 | O CÓDIGO DA INTELIGÊNCIA | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0146 | AA 146 | O PODER DA AMIZADE | TOM RATH | GALERIA D | 1 | |
| 0147 | AA 147 | SUPERANDO O CÂRCERE DA EMOÇÃO | AUGUSTO CURY | GALERIA D | 1 | |
| 0148 | AA 148 | O PODER DOS QUIETOS | SUSAN CAIN | GALERIA D | 1 | |
| 0171 | DI 010 | MATEMÁTICA 6º ANO | IMENES & LELLIS | GALERIA D | 1 | |
| 0178 | DI 017 | QUÍMICA 2º ANO ENSINO MÉDIO | MARTHA REIS | GALERIA D | 1 | |
| 0182 | DI 021 | SOCIOLOGIA | SILVIA MARIA DE ARAÚJO | GALERIA D | 1 | |